

Mariana de Lima Farinelli

045182



1290004211

TCC/UNICAMP
F227d
FE

**Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, curso de
Pedagogia da Faculdade de Educação da UNICAMP e ANFOPE:
estudo exploratório**

FE 227d F227d

Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação

2009

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

Mariana de Lima Farinelli

045182

**Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UNICAMP e ANFOPE:
estudo exploratório**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência para a
conclusão do curso de Pedagogia na
Faculdade de Educação da
Universidade Estadual de Campinas,
sob a orientação do profa. Dra. Ivany
Rodrigues Pino.

Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação

2009

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

UNIDADE:	FE
Nº CHAMADA	TCC
	F227d
V:	EX:
Tombo:	4211
PROC.:	148/09
C:	D: X
PREÇO:	11,00
DATA:	14/10/09
CÓD TÍTULO:	467109

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

F227d Farinelli, Mariana de Lima
Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em
Pedagogia, Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UNICAMP e
ANFOPE : estudo exploratório / Mariana de Lima Farinelli. — Campinas, SP:
{s.n.}, 2009.

Orientador : Ivany Rodrigues Pino.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -- Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

I. Formação de professores. 2. Diretrizes curriculares nacionais. 3. Curso
graduação. 4. Pedagogia. 5. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de
Campinas. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação.
III. Título.

09-207-BFE

Mariana de Lima Farinelli

**Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da UNICAMP e ANFOPE:
estudo exploratório**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência para a conclusão do curso de Pedagogia na Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da profa. Dra. Ivany Rodrigues Pino.

Campinas, ____ de _____ de 2009.

Profa. Dra. Ivany Rodrigues Pino - Orientadora

Helena Costa Lopes de Freitas - Segunda leitora

**Campinas
2009**

Agradecimentos:

A Deus, por guiar-me durante toda caminhada. A Ele toda a honra

e toda a glória, para sempre!

Aos meus pais, Doraci e Francisco, pelo apoio e incentivo ao estudo.

*Ao meu marido, Gabriel, pela paciência e compreensão nos momentos de desespero e
ansiedade.*

*Ao meu filho Davi que proporcionou momentos felizes e de descontração durante os
anos de faculdade.*

A professora Ivany Rodrigues Pino, pela disposição, dedicação, preciosa orientação.

*A professora Helena Costa Lopes de Freitas, que aceitou ser segunda leitora e muito
contribuiu para a finalização deste trabalho.*

A Francis amiga que leu exhaustivamente este trabalho.

*A Maria Alice do Arquivo Setorial que me ajudou durante todo o trabalho de
pesquisa.*

*A todos os professores da Faculdade de Educação que muito acrescentaram à minha
trajetória de formação na Graduação.*

*A todos os funcionários da Faculdade de Educação, os da coordenação, recepção,
funcionários da limpeza, Biblioteca e informática pelo cuidado e carisma com que realizam
seu trabalho.*

Resumo

O estudo da formação inicial de professores é pertinente e atual, pois trata de um tema, hoje admitido como umas das principais condições para o desenvolvimento da educação básica de qualidade no país. Fundamentando-se no conhecimento produzido mais recentemente sobre formação de professores e em estudos desenvolvidos principalmente através da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação – ANFOPE – que incitam os grandes debates acadêmicos no campo educacional, foi construído o objeto desta pesquisa. O presente estudo centra-se na análise da relação da concepção de educação e de profissional da educação propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia – DCNP – com aquelas propostas pelo projeto pedagógico do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação – CPFE – da UNICAMP, abordada através da última reforma curricular, realizada em 2008. É objetivo desse estudo desvendar a relação que as DCNP e o CPFE da UNICAMP constituíram em torno da concepção de educação e de profissional de educação, tanto no movimento de aproximação quanto no movimento dos distanciamentos, que estas mantêm com os princípios propostos pela ANFOPE. Para tanto, optou-se usar, para o desenvolvimento da pesquisa, a estratégia metodológica da Análise de Conteúdo, estudando os documentos da DCNP e do novo projeto pedagógico do CPFE da UNICAMP, observados o programa do curso e a estrutura curricular.

Palavras-chave: Formação inicial de professores; Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia; Curso Pedagogia da FE/UNICAMP.

SIGLAS

ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ANPAE - Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação
ANPED - Associação Nacional de Pós – Graduação e Pesquisa em Educação
BEJUNE - cantões de Berna, Jura e Neuchâtel
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de Nível Superior
CBE – Conferência Brasileira de Educação
CEDES - Centro de Estudos Educação e Sociedade
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CFE – Conselho Federal de Educação
CONARCFE – Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador
CPFE – Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação
DCNP - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia
DECISE - Departamento de Ciências Sociais na Educação
FE-UNICAMP – Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas
FORUMDIR - Fórum de Diretores das Faculdades/ Centros de Educação das Universidades Públicas do Brasil
HEP - Haute Ecole Pédagogique
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
ISP - Institutos Superiores de Educação
LANTEC - Laboratório de Novas Tecnologias Educacionais
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LEIA - Laboratório de Educação e Informática Aplicada
LITE - Laboratório Interdisciplinar de Tecnologias Educacionais
MEC – Ministério da Educação e Cultura
PAPET - Programa de Apoio Pedagógico na Relação Educação e Tecnologia
PNE – Plano Nacional de Educação
PPP – Projeto Político Pedagógico
PUCSP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
UNESP – Universidade Estadual Paulista
USP – Universidade de São Paulo

QUADROS

Quadro I - Relação das categorias e indicadores do documento final das DCNP.....39

Quadro II – Curso de Pedagogia: Diretrizes Curriculares Nacionais e a formação do professor na FE/UNICAMP.....40

Quadro III – Grade curricular – Curso de Pedagogia Diurno.....51

Quadro IV – Grade curricular – Curso de Pedagogia Noturno.....52

SUMÁRIO

Introdução.....	01
 Capítulo I – Curso de Pedagogia: Diretrizes Curriculares Nacionais e a formação do professor na FE/UNICAMP	
Problematização.....	04
1.1 - A Instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Pedagogias e o Currículo.....	05
1.2 – Curso de Pedagogia da FE-UNICAMP.....	09
1.2.1 – Primeira reforma curricular (1979).....	11
1.2.2 – Segunda reforma curricular (1983-84).....	13
1.2.3 – Instituição do curso noturno e a terceira reforma curricular do curso diurno (1992)...	16
1.2.4 – Penúltima reforma curricular (1998).....	19
1.3 – Objeto e objetivos da pesquisa.....	23
 Capítulo II – Fundamentação teórica da pesquisa	
2.1 – Referencial teórico.....	34
 Capítulo III – Metodologia e Análise	
3.1 - Metodologia.....	34
3.2 - Descrição e análise dos documentos coletados.....	40
3.2.1 – Análise da Resolução CNE/CP n. 01/2006 (DCNP).....	40
3.2.2 – Análise do Projeto Político Pedagógico – PPP – do CPFE da UNICAMP.....	46
3.3 – As DCNP e sua analogia com o novo projeto do CPFE da UNICAMP.....	55
 Considerações Finais.....	61
 Referências Bibliográficas.....	64
 Anexos	
Anexos I – Resolução CNE/CP n. 01/2006 (DCNP).....	69
Anexo II – Projeto Político Pedagógico – PPP (2008) – do CPFE da UNICAMP.....	80

Anexo III – Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais Para o Curso de Graduação em Pedagogia.....	120
---	-----

INTRODUÇÃO

O objeto de estudo apresentado neste trabalho refere-se ao estudo da relação da concepção de educação e de profissional da educação propostos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia – DCNP¹ – com aquelas propostas pelo novo projeto pedagógico do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação – CPFE da UNICAMP.

A origem das preocupações com o meu objeto de estudo remonta não só a um trabalho de pesquisa apresentado à disciplina História da Educação III, da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, como parte da avaliação do curso; como também às discussões sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Pedagogia, homologada pelo presidente do Conselho Nacional de Educação – CNE – Sr. Edson de Oliveira Nunes, em 2006.

A partir daí minha maneira de perceber o curso e com ele me relacionar foram se transformando ao longo do tempo. Minha curiosidade foi aguçada e comecei a procurar leituras que me dessem mais informações e aprofundamento nos estudos e reflexões sobre um possível tema, necessários para a construção de uma problematização para o desenvolvimento de uma pesquisa.

Minha procura levou-me a entrar em contato com dois trabalhos de conclusão de curso sobre reformulações do curso de Pedagogia da UNICAMP: o primeiro, de Luciana C. S. Coutinho, sobre o processo de reformulação curricular do curso de Pedagogia da UNICAMP, apresentado em 2002; o segundo, de Luana Costa Almeida, que analisou o curso de Pedagogia da Unicamp sob a ótica da prática profissional de seus formandos, egressos da reforma curricular de 1998, apresentado em 2004.

¹ As Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia homologada pelo Conselho Nacional de Educação nos Pareceres CNE/CP n. 5/2005 e 3/2006 e na Resolução CNE/CP n. 1/2006.

Decidi desenvolver uma pesquisa que se proporia a dar continuidade a estes estudos, pautando-se por algumas questões suscitadas pelas análises das suas conclusões e, formulando novas indagações a partir de novos contextos, então colocados aos cursos de Pedagogia. Algumas questões levantadas: qual a concepção de educação e de profissional proposta pelas DCNP? Que aspectos desta concepção aproximam ou distanciam-se da compreensão defendida pela ANFOPE de educação e de profissional de educação, constante na Proposta de Diretrizes encaminhadas, em 2002, pela Comissão de Especialistas ao CNE? Quais as alterações feitas no projeto político pedagógico após as exigências das DCNP? Que aspectos essas alterações aproximam ou distanciam-se da proposta de educação e de profissional de educação das DCNP? Quais aspectos o CPFE da UNICAMP possuía, que posteriormente foram apresentados pelas DCNP como inovadores? Qual a concepção de educação e de profissional de educação do novo projeto pedagógico do CPFE da UNICAMP?

O desenvolvimento desta pesquisa procurou seguir os passos científicos e metodológicos da elaboração do conhecimento no campo da educação. Os resultados desse processo estão apresentados no presente texto com a seguinte organização:

No primeiro Capítulo – Curso de Pedagogia: Diretrizes Curriculares Nacionais e a formação do professor na FE/UNICAMP – apresentamos a problematização, com a contextualização histórica dos movimentos estudados (DCNP e CPFE) e a definição do objeto e objetivos abordados nesta pesquisa.

No segundo Capítulo – Fundamentação teórica da pesquisa – procuramos discutir o marco teórico utilizado a fim de compreendermos as relações constituídas pela concepção de educação e de profissional de educação propostas pelas DCNP e pelo novo projeto do CPFE da UNICAMP com a ANFOPE e adquirimos parâmetros para a construção das categorias e indicadores de análise.

No terceiro Capítulo – Metodologia e Análise – apresentamos a metodologia escolhida, explicitando o caminho metodológico percorrido no trabalho e a análise feita nos documentos estudados.

Nas Considerações Finais resgatamos a trajetória do trabalho, apresentando as sínteses que pudemos construir a partir da nossa análise.

CAPÍTULO I – Curso de Pedagogia: Diretrizes Curriculares Nacionais e a formação do professor na FE/UNICAMP

PROBLEMATIZAÇÃO

O presente trabalho de Conclusão de Curso tem como tema a formação inicial de professores e seu objeto de estudo é analisar a relação da concepção de educação e do profissional de educação propostos pelas DCNP com aquelas propostas pelo projeto pedagógico do CPFE da UNICAMP, abordada através da última reforma curricular, realizada em 2008. O objetivo desse estudo foi desvendar a relação que as DCNP e o CPFE da UNICAMP constituíram em torno da concepção de educação e de profissional de educação, tanto no movimento de aproximação, quanto no movimento dos distanciamentos que estas mantêm com os princípios propostos pela ANFOPE. Através da comparação das diretrizes e princípios para a formação do profissional proposto pelo Conselho Nacional de Educação – CNE –, com o Programa de formação do CPFE da UNICAMP (2008) foi possível apreender as direções desses processos, identificando seus encontros e desencontros e as respectivas significações.

Este estudo é pertinente e atual, pois trata de um tema, hoje admitido, como umas das principais condições para o desenvolvimento da Educação Básica de qualidade no país. Essa afirmação pode ser apoiada na concepção do Plano Nacional de Educação – PNE – e, em indicadores como, por exemplo, as atuais formulações das políticas públicas de formação do profissional de educação, decreto recentemente aprovado pelo Sr. Presidente da República, que levou a uma reestruturação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES –, chamada a Nova Capes e, que incorpora a formação de profissionais para a Educação Básica. Além disso, a escolha do CPFE da UNICAMP, foi feita tendo em

vista, como os cursos das duas outras universidades paulistas - Universidade de São Paulo – USP – e Universidade Estadual Paulista – UNESP – o reconhecimento nacional como referência para os demais cursos, em razão da qualidade e da quantidade de suas produções científicas.

1.1 – A Instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Pedagogias e o Currículo.

A iniciativa do CNE em aprovar as DCNP não foi somente um atendimento do Conselho às reivindicações históricas do Movimento dos Educadores em conjunto, das Coordenações de curso e das Entidades Científicas da Educação (como veremos adiante), mas também uma estratégia política, visto que as normas responsáveis pela instituição das DCNP (Pareceres CNE/CP n. 5/2005 e 3/2006 e na Resolução CNE/CP n. 1/2006) reafirmam a responsabilidade do Conselho na criação de parâmetros de regulação e controle dos órgãos dos sistemas de ensino e das instituições de educação superior do país. Estas normas definem princípios, procedimentos, condições de ensino e de aprendizagem que deverão ser observados no planejamento e avaliação destes órgãos e Instituições (Resol. CNE/CP n. 1/2006), para a elaboração dos projetos pedagógicos institucionais do curso de Pedagogia.

A aprovação das DCNP no CNE e sua homologação pelo Ministro da Educação se, de um lado, marcaram o final de uma importante etapa no processo de discussão da formação dos professores e do campo do conhecimento educacional, de outro lado, abriram novas configurações, tanto para formulação de novas políticas nacionais de formação, quanto para definição de novos projetos pedagógicos pelas respectivas instituições responsáveis pela formação. Registra-se que o processo que deu origem a elaboração das DCNP, conforme Aguiar et al (1996).

O movimento de discussão e elaboração das diretrizes da pedagogia tem um marco importante em 1998, quando a Comissão de Especialistas de pedagogia, instituída

para elaborar as diretrizes do curso, desencadeou amplo processo de discussão, em nível nacional, ouvindo as coordenações de curso e as entidades - ANFOPE, ANPAE, ANPED, CEDES, FORUMDIR, Executiva Nacional dos Estudantes de pedagogia. O resultado desse processo foi à elaboração do Documento das Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia e seu encaminhamento ao CNE, em maio de 1999 (p. 824-825).

O Documento encaminhado ao CNE ficou arquivado por oito anos e nesse intervalo, de maio de 1999 a junho de 2004, ocorreram várias iniciativas do MEC em relação à formação de professores e ao próprio curso de Pedagogia, como “o Parecer da Câmara do Ensino Superior – ces n.133/01, Resoluções n. 1 e 2/2002 –, que institui as Diretrizes para Formação de Professores” (AGUIAR et al, 2006: 825).

Como resultado dessas iniciativas, cuja intencionalidade política era bastante clara, cabe destacar a crescente expansão dos Cursos Normais Superiores e do próprio Curso de Pedagogia, principalmente em instituições privadas, em sua grande maioria sem história e sem compromisso anterior com a formação em quaisquer de seus níveis e modalidades. Se em 2001 tínhamos aproximadamente 500 Cursos de Pedagogia, hoje temos 1372, além de 716 Cursos Normais Superiores, sem considerar os inúmeros Institutos Superiores de Educação - ISEs, e outros cursos de licenciatura também criados nesse período (ANFOPE et al, 2005).

Em 07 de novembro de 2001, durante consulta ao setor acadêmico, no âmbito do Programa Especial do CNE *Mobilização Nacional por uma Nova Educação Básica*, o conjunto das Entidades Científicas (ANFOPE, ANPAE, ANPED, CEDES, FORUMDIR)², Executiva Nacional dos Estudantes de Pedagogia e o Fórum Nacional em defesa da Formação de Professores apresentaram o documento *Posicionamento Conjunto das Entidades*, que aprofunda e explicita as concepções das diretrizes de 1999.

Esse documento serviu de base para a *Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia*, encaminhada ao CNE em abril de 2002, pelas Comissões de Especialistas de Ensino de Pedagogia e de Formação de Professores.

É importante destacar que os princípios defendidos neste documento foram: - a docência como a base do curso de Pedagogia e - sua concepção, ao mesmo tempo, como

² ANFOPE – Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, ANPAE – Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação, ANPED – Associação Nacional de Pós – Graduação e Pesquisa em Educação, CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade e FORUMDIR – Fórum de Diretores das Faculdades/ Centros de Educação das Universidades Públicas do Brasil.

bacharelado e licenciatura, uma vez que se propõe a formar “o profissional de educação para atuar no ensino, na organização e gestão de sistemas, unidades e projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, em diversas áreas da educação”. (ANFOPE et al, 2001).

O longo processo de estudo das Diretrizes do Curso de Pedagogia e da importante polêmica criada sobre a questão da formação de professores para a Educação Básica, desencadeou no Conselho Nacional da Educação, em julho de 2002, a criação de uma comissão para estabelecer as bases para um sistema nacional de formação, com a tarefa de consolidar nesse processo os documentos legais (CASTRO, 2007).

Em maio de 2004, a Comissão Bicameral do CNE, refeita com novos membros passou a priorizar as DCNP. Essa Comissão submeteu à apreciação da comunidade educacional uma primeira versão do projeto de Resolução que se consubstanciava no Parecer CNE/CP n. 5/2005. Este documento foi examinado pelo Movimento dos Educadores e das Entidades Científicas que o criticou por não se referir à formação dos profissionais da educação (para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional) no curso de Pedagogia exigidos no artigo 64º da LDB.

Após a revisão do documento, o CNE convocou novamente as Entidades Científicas para examinarem o novo Parecer CNE/CP n. 3/2006, que manteve a concepção de Licenciatura em Pedagogia, nos mesmos moldes do Parecer anterior, porém passou a assegurar a formação dos profissionais de educação, em consonância com o artigo 64º LDB.

Embora houvesse discordâncias entre a posição das Entidades Científicas e a Câmara de Educação Básica do CNE, depois de processos de negociações, foi encaminhada, em 15 de maio de 2006 e homologada pelo presidente do CNE, Edson de Oliveira Nunes, a Resolução CNE/CP n.1, que instituiu as DCNP. O texto final aprovado pelo CNE apresenta princípios em comum com a proposta encaminhada, em 2002, pelas Comissões de Especialistas de

Ensino de Pedagogia e de Formação de Professores. Estes princípios (BRZEZINSKI, 2007) são:

“1. A docência é a base da identidade do pedagogo; 2. A base comum nacional deverá ser respeitada; 3. A concepção de docência é explicitada; 4. O pedagogo não é formado exclusivamente para a docência para a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental; 5. A formação para a gestão educacional e para pesquisa estão asseguradas; 6. As habilitações foram extintas; 7. A organização curricular por disciplinas poderá ser superada e; 8. A experiência docente é pré-requisito para o exercício profissional de quaisquer outras funções de magistério”

Na formulação legal, o curso de Pedagogia destinou-se à formação em licenciatura de professores para a docência em educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental, cursos de ensino médio na modalidade Normal, cursos de educação profissional na área de serviços e apoio escolar, cursos em outras áreas que requeiram conhecimentos pedagógicos (Resol. CNE/CP n. 1/2006, art. 2).

Tal formulação introduziu a transição para um novo modelo de cursos, novas concepções de projetos pedagógicos de formação: - a extinção das habilitações específicas; - a focalização de no mínimo de 3.200 horas de trabalho acadêmico, especialmente (mas não exclusivamente) na formação. Previam-se nestas horas de trabalho acadêmico, pelo menos, 2.800 horas destinadas às aulas, seminários, pesquisas e atividades práticas; 300 horas ao estágio supervisionado, preferencialmente na docência de educação infantil e anos iniciais; e 100 horas em atividades de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos.

Tendo em vista este momento de transição para o projeto pedagógico exigido pelas novas Diretrizes Curriculares Nacionais, os cursos de Pedagogia de todo o país tiveram o prazo de um ano a partir do período letivo seguinte da data da publicação da resolução que a instituiu para se adequarem. Motivo pelo qual o CPFE da Unicamp entrou em reformulação,

apesar de apresentar no projeto pedagógico anterior as DCNP muitos dos aspectos apresentados por esta, como inovadores, um destes a ser citado é a extinção das habilitações desde a sua penúltima reforma em 1998.

1.2 - Curso de Pedagogia da FE/UNICAMP

Uma das características do CPFE da UNICAMP é que a partir de sua primeira reforma, ocorrida em 1979, ele foi objeto de outras (reformas) sempre que era exposto a análises e avaliação. Parece possível afirmar que o curso não se deixou marcar pela permanência e estabilização. Ao contrário, sua marca parece ter sido sempre a procura pela melhor formação do pedagogo e, a partir de determinado momento, podemos certamente afirmar que foi a do melhor profissional da educação. Muitas inovações podem ser identificadas no curso, mesmo sem o processo de reforma, como por exemplo, a introdução de disciplinas de Metodologia de Pesquisa, em 1974. A incorporação dessa disciplina teve como objetivo iniciar em curso de graduação, a formação do pesquisador-pedagogo, como bolsistas do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Pode-se afirmar que foi uma idéia original.

O início (1974) do curso de Pedagogia da UNICAMP, reconhecido em 4 de outubro de 1977 (Diário Oficial da União, Decreto 80.480 assinado pelo presidente Ernesto Geisel) foi formulado com a finalidade de formar especialistas para a educação, em torno de três habilitações: Orientação Educacional, Administração Escolar e Supervisão Escolar. A habilitação de Magistério das Disciplinas Especializadas do Ensino de 2º grau (Escola Normal) constou no catálogo de 1977 (COUTINHO, 2002).

O currículo foi organizado em dois momentos: um núcleo comum a todas as habilitações e um específico à habilitação escolhida, de onde o estágio foi decorrente. O aluno teve garantido o acesso a uma habilitação e, no máximo, a duas habilitações durante o curso.

A característica inicial do curso na UNICAMP não correspondeu às expectativas que tinham os dirigentes da universidade, pois concebiam o curso voltado à formação tecnicista. A idéia de um curso de Pedagogia na então universidade, em recente processo de implantação a partir de 1966, era a criação de um curso de formação de professores, marcadamente com uma visão pedagógica tecnicista, característica do fim dos anos 80. Por circunstâncias não controláveis, o curso de Pedagogia com a idéia de formação inicial em núcleo comum, ministrado no interior da Faculdade de Educação, contrariamente à idéia que dominava na UNICAMP na época, criando o ciclo básico para cada conjunto de áreas do conhecimento e se organizando em Departamentos, a exemplo da Universidade de Brasília, não correspondeu àquela proposta inicial que dele se esperava. O curso de Pedagogia propunha uma formação profissional em habilitações: Orientação Educacional, Administração Escolar, Supervisão Escolar e Magistério das Disciplinas Especializadas do Ensino de 2º grau (Escola Normal), sem apresentar um *lôcus* de formação comum (PINO, 2007).

Essa idéia foi colocada em cheque no fim dos anos de 1970, data que marca uma seqüência de reformulações da formação de professores da FE: 1979, 1983-84, 1991-92, 1998 e 2008. Esta última, objeto de análise desta pesquisa.

Em seguida apresentaremos brevemente o sentido de cada uma das reformas e as significativas mudanças ocorridas na concepção de formação de professores, procurando situá-las, em relação aos movimentos da sociedade brasileira e a reorganização e recomposição do campo da educação. Em relação à avaliação da reforma de 1998 procuramos apresentar uma síntese dos estudos de Almeida (2008) desenvolvidos em sua dissertação de Mestrado “Curso de Pedagogia da Unicamp: marcas de formação”.

Estas reformas foram objetos de estudo de outras pesquisas. Luciana Coutinho apresentou seu Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – “Curso de Pedagogia da UNICAMP: processo de reformulação curricular” em 2002, Luana Almeida em 2004 apresentou o TCC “Curso de Pedagogia da UNICAMP: imagens da formação sob a ótica da prática profissional de seus formandos” e em 2008 a dissertação de mestrado “Curso de Pedagogia da Unicamp: marcas de formação”.

1.2.1 – Primeira reforma curricular (1979)

A primeira reforma do CPFE da UNICAMP ocorreu em 1979, num momento histórico em que a abertura política estava prestes a acontecer e os debates em relação à formação de professores ganhava, a esfera nacional, no Movimento dos Educadores. Estes últimos se mostravam contrários às mudanças tecnicistas advindas do “pacote pedagógico” representado pelo conjunto de encaminhamentos de autoria do então conselheiro Valnir Chagas ao poder instituído, do Conselho Federal de Educação – CFE – (BRZEZINSKI, 1996).

A Faculdade de Educação da UUNICAMP sediou, em 1978, um importante evento polarizado na temática de formação de professores, o I Seminário de Educação Brasileira. Uma das leituras deste evento, encontrada na pesquisa realizada por Coutinho (2002), nos informa que:

Este seminário foi organizado para o lançamento do primeiro número da revista “Educação & Sociedade”. O título da revista era “O Educador precisa ser educado” e foi realizado no período de 20 a 22 de novembro de 1978. A temática do seminário foi a “Função e estrutura da pedagogia na educação brasileira contemporânea” sendo dividido em 8 grupos de trabalho para discutir questões mais específicas: Grupo 1: Alternativas para a formação do educador; Grupo 2: Reforma pedagógica através da alteração das habilitações e dos currículos; Grupo 3: Reforma pedagógica através da alteração dos conteúdos programáticos; Grupo 4: A legislação e sua influência na formação do educador; Grupo 5: Qualidade do ensino nos cursos de pedagogia; Grupo 6: Estrutura e contra-estrutura pedagógica; Grupo 7: Pedagogia, ação cultural e educação permanente; Grupo 8: Extinção do curso de pedagogia (p. 71-72).

Outra leitura pode ser feita através do documento elaborado pelo Departamento de Ciências Sociais na Educação – DECISE – o qual nos informa que a iniciativa de realização do Seminário partiu da necessidade de ampliação do debate que vinha sendo desenvolvido, sob a coordenação do Departamento, numa pesquisa de âmbito nacional financiada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP –, sobre a análise do currículo e conteúdo pragmático dos Cursos de Pedagogia, com vistas a propostas alternativas de reformulação.

Ou ainda, pelos documentos correntes da época que divulgaram o evento, como o Jornal Unicamp e Correio Popular. Segundo esses documentos, o referido Seminário teve o objetivo fundamental de oferecer subsídios para a melhor compreensão dos problemas da educação em nosso país (CORREIO, 19/11/78), como o de repensar o estudo da Pedagogia e o papel do pedagogo na transformação da sociedade (Jornal da Unicamp, Nov. 1978).

O Seminário, constituiu-se, no primeiro Movimento Nacional, pós 1964, em prol dos debates sobre a formação dos profissionais da educação. Os relatórios finais dos grupos de estudos resultantes do I Seminário de Educação Brasileira, expressavam algumas das idéias que passariam a nortear posteriormente o movimento em sua fase mais articulada, tais como: a legitimidade do movimento dos educadores com a criação de um espaço social para tal fim; articulação no curso entre a teoria e a prática e o posicionamento contrário à extinção do curso com a defesa de sua redefinição baseada na diretriz apresentada (CEDES: Relatórios finais dos grupos de estudos, 1978).

Julgamos oportuno registrar aqui, apoiada nas leituras que realizamos sobre esse Seminário, a hipótese de que não se pode afirmar que o lançamento do primeiro número da revista tenha sido a razão da organização do evento, como afirma Coutinho (2002). A revista e o Seminário, resultados da pesquisa sobre formação de professores, foram coordenados simultaneamente pelo Departamento de Sociologia da Educação e, portanto, era óbvio que a

primeira edição fosse lançada durante o I Seminário e circulasse entre o seu público. A razão desse seminário foi a pesquisa, então em processo de finalização, realizada pelo Departamento sobre os cursos de pedagogia .

As discussões produzidas no interior do Seminário influenciaram os debates em prol da reformulação do CPFE. Eles foram limitados a menos de seis meses, atendo ao prazo estipulado pela Câmara Curricular da UNICAMP. O curso reestruturado manteve a permanência das habilitações previstas no Parecer 252/1969 (Orientação Educacional, Administração Escolar, Supervisão Escolar e Magistério das Disciplinas Especializadas do Ensino de 2º grau (Escola Normal)) que o regulamentava e se colocava como um empecilho para mudanças mais “radicais” (COUTINHO, 2002).

Neste período, o Departamento de Sociologia da Educação passou a se chamar Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação. Essa mudança foi baseada numa concepção epistemológica das Ciências da Educação, em que um coletivo de cientistas sociais toma a educação por objeto e, por conseguinte, permitem aos alunos compreender suas práticas educativas através de sua familiaridade com vários corpos de conhecimentos, considerados como fundamentos das Ciências da Educação. A mudança interna do Departamento introduziu no currículo reformulado, a disciplina de Sociologia Geral e da Educação no núcleo básico e contribuiu para a discussão em torno da implementação, mais no final do curso, das disciplinas de estágios e da introdução das Metodologias Específicas como disciplinas eletivas da Habilitação (PINO, 2007).

1.2.2 – Segunda reforma curricular (1983-84)

A segunda reforma ocorreu no período de 1983/84, dois anos após a realização da I Conferência Brasileira de Educação – CBE, sediada na Pontifícia Universidade Católica de

São Paulo – PUCSP, também um grande movimento que teve como tônica os questionamentos contra as políticas educacionais da ditadura. Nessa CBE, em 2 de abril de 1980, foi instalado o Comitê Pró-Formação do Educador, cuja sede instalou-se na Universidade Federal de Goiás - UFG - (Aguiar et al, 2006).

O Comitê foi um dos principais atores no cenário das disputas travadas em função do controle do processo de reformulação dos cursos de formação de educadores, ora se entrecruzando, ora se antagonizando, com as ações do então MEC e do CFE (SILVA, 1999).

Segundo documentos da ANFOPE (1984) a Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador – CONARCFE –, reunida em São Paulo por ocasião da 36ª Reunião Anual da SBPC, após avaliar sobre os resultados do processo de mobilização dos educadores e educandos, a nível nacional, em torno da reformulação dos cursos de licenciatura estabeleceu encaminhamentos e recomendações para continuidade do movimento, a ser reavaliado por ocasião da III CBE.

A discussão suscitada pelos debates no I Encontro Nacional da CONARCFE e na III CBE (Niterói RJ, 1984), teve, como um dos objetivos, suscitar mudanças significativas no curso, especificamente, na habilitação Magistério (COUTINHO, 2002).

No referido encontro, a CONARCFE defendeu a idéia básica sobre “a base comum nacional”, que passou a ser referência dos cursos de formação de educadores, a qual seria desenvolvida e ampliada até 1990, quando passou a ser incorporada como princípio pela ANFOPE. (SILVA, 1999).

Um dos problemas detectados nos debates nacionais no curso estudado, central nas discussões contemporâneas foi “a necessidade de valorização do trabalho docente como base da formação do pedagogo” (FREITAS, 1993, p. 98 Apud COUTINHO, 2002).

Ao final do processo de reformulação em 1984, as alterações feitas no currículo do CPFE da UNICAMP, como relatado por Coutinho (2002), foram:

1. A introdução das cinco didáticas específicas³ como obrigatórias para os alunos da Habilitação de Magistério;
2. Introdução de Metodologia, Ciências e Sociedade e da Didática Integrada;
3. Ampliação da carga horária de Metodologia de Ensino de 1 grau de 4 horas para 8 horas (4 teóricas e 4 práticas); ampliação do número de horas do estágio de 6 horas semanais para 12 horas semanais (180 horas/semestrais – 360 horas/anuais), incluídas na carga horária do aluno.

Identificamos na nossa pesquisa, consultando os catálogos curriculares dos Programas do curso de Pedagogia relativo anos de 1974, 1979, 1984 e 1992 (Arquivo Setorial da FE da UNICAMP), que as alterações dos itens 1 e 2 encontradas por Coutinho, ocorreram na reforma curricular seguinte, ou seja, em 1992.

As mudanças curriculares incorporadas no Programa do curso de Pedagogia, ainda segundo a consulta do documento do catálogo curricular de 1984, foram: - a introdução da Habilitação de Especialista em Educação Pré-Escolar e; - a transformação da Habilitação de Magistério das Disciplinas Especializadas do Ensino de 2º grau (Escola Normal) para Habilitação de Magistério das Disciplinas Especializadas do Ensino de 1º e 2º Graus.

Os achados que encontramos na organização das disciplinas do núcleo comum foram:

- Inclusão da disciplina de Estrutura e funcionamento do Ensino de 2º Grau e Estatística Aplicada em substituição à disciplina de Estatística Metodológica;
- Mudança das disciplinas Legislação de Ensino, Elaboração e Execução de Projetos I e II, Antropologia Filosófica e Ed. Física Desportiva, todas obrigatórias
- do núcleo comum para o campo das disciplinas eletivas.

A organização curricular das disciplinas do núcleo específico da Habilitação de Magistério das Disciplinas Especializadas do Ensino de 1º e 2º Graus foi modificada:

³ Alfabetização, Matemática, História, Geografia e Ciências.

- Mudança para eletiva das disciplinas Testes e Medidas, Psicologia da Personalidade, Metodologia de Ensino de 2º grau e Seminário de Avaliação da Prática de Ensino;
- Acrescentado o módulo de 2º Grau à disciplina Prática de Ensino e Estágio.

A organização curricular das disciplinas do núcleo específico das Habilitações de Administração Escolar e Supervisão Escolar foi modificada com a inclusão da disciplina Currículos e Programas em substituição à disciplina Educação Comparada.

A organização disciplinar do currículo relativo à nova Habilitação de Especialista em Educação Pré-Escolar, constituiu-se através da introdução:

- Psicologia do Pré-Escolar, Planejamento Desenvolvimento e Avaliação Curricular Pré-Escolar, Fundamentos da Educação Pré-Escolar, Nutrição Saúde e Higiene do Pré-Escola, Didática para a Educação Pré-Escolar e Estágio Supervisionado em Educação Pré-Escolar.

Este estudo da estrutura e da organização do catálogo curricular do Programa do CPFE (1984) permite um destaque, entre outros, da forte e significativa inovação, incorporada com a introdução da Habilitação de Especialista em Educação Pré-Escolar, consonante com os debates dos Movimentos Sociais e das Entidades Científicas.

A incrementação dos debates sobre democratização da universidade, na sociedade trouxe esta temática como pólo central na reforma curricular do CPFE da UNICAMP em 1992.

1.2.3 – Terceira reforma curricular do CPFE da UNICAMP (1991-92): instituição do curso noturno

Uma nova discussão se inicia acerca da criação dos cursos noturnos, impulsionados pela cobrança social, que através de movimentos sociais e da imprensa, solicitava às

universidades a abertura do seu acesso às classes trabalhadoras. A necessidade da criação de tais cursos foi uma exigência da função social da universidade após a promulgação da Constituição Federativa do Brasil (1988), que não só estabelecia os cursos noturnos, como fortaleceu a concepção dos direitos objetivos e subjetivos do cidadão brasileiro. Questão central nas universidades públicas do país, a FE da UNICAMP, instaurou, durante os anos de 1991 e 1992, a Comissão de Estudos para Reformulação do Curso de Pedagogia para implementar o curso noturno e reformular o curso diurno.

À primeira turma do curso noturno, em 1991, foram oferecidas quatro habilitações de Magistério:

- Pré-Escolar;
- das Séries Iniciais do 1º Grau;
- das Matérias Pedagógicas do 2º Grau e;
- para Classes de Alfabetização.

Segundo o documento “Curso de Pedagogia Noturno: Justificativa e princípios Básicos” da FE da UNICAMP citado por Coutinho (2002), o curso noturno foi estruturado em duas partes. Na primeira, compreendida pelos dois primeiros anos do curso, constam as disciplinas de fundamentos e as disciplinas de Introdução à Pedagogia, Teorias da Educação e as disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica I e II. Ao passo que a segunda parte, era composta pelas disciplinas específicas a cada uma das habilitações, incluindo os estágios e a disciplina de Pesquisa e Prática Pedagógica III. Esta estrutura curricular aparentemente não marcou diferenças entre curso diurno e noturno.

No ano seguinte, o curso diurno foi reformulado. O princípio orientador da sua estruturação curricular foi a formação do professor, concepção abarcando a formação de todos os alunos ingressos no curso de Pedagogia. Esta estruturação refletiu na organização curricular:

- articulação das disciplinas obrigatórias de “fundamento” com as disciplinas obrigatórias para a Habilitação de Magistério das séries iniciais do Ensino Fundamental (até o quinto semestre);
- introdução de disciplinas obrigatórias de outra habilitação possível, escolhida pelo aluno (COUTINHO, 2002).

O princípio orientador do Programa curricular do curso de Pedagogia – a docência como base de sua formação – ocasionou a concentração curricular das disciplinas e dos estudantes nos cinco primeiros semestres, evitando dispersão na formação, comum na estrutura curricular anterior. A principal alteração do Programa de Formação refletida na sua estrutura e organização curricular foi à incorporação do princípio da docência como base da formação. A inclusão da disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica, já inserida no noturno, foi uma das dimensões fundamentais nesta inovação: o aluno ingressante iniciava-se na escola procurando na articulação da teoria e prática os desafios da sua formação docente.

Um outro achado do nosso estudo, ainda no curso diurno foi, de um lado, a inclusão da Habilitação Formação de Professores para Educação Especial (Deficiente Mental) (Catálogo do CPFE da UNICAMP, 1992) e, do outro lado, a substituição e a redução, da Habilitação de Magistério das Disciplinas Especializadas do Ensino de 1º e 2º Graus para a Habilitação Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau, compreensível a partir da incorporação do princípio da docência como base da formação pedagogo.

A Habilitação de Magistério fundamentando-se no princípio da docência como base da formação do pedagogo introduziu como disciplinas obrigatórias cinco didáticas específicas (ver página tal 15).

As alterações promovidas pela reforma curricular de 1992 reincorporaram, no núcleo comum das habilitações (Administração Escolar, Especialista em Educação Pré-Escolar, Magistério das Matérias Pedagógicas do 2º Grau, Orientação Educacional e Supervisão

Escolar): Educação Física Desportiva, Sistema do Trabalho Individual e de Grupo e História da Educação III, disciplinas eletivas da reforma de 1984, retornando como obrigatórias. No entanto, a habilitação, recém criada, Formação de Professores para Educação Especial (Deficiente Mental), manteve um currículo único.

Após esta abordagem inicial do estudo do Programa do CPFE da UNICAMP em termos de estrutura e organização, avançar a hipótese de que o curso noturno iniciou-se como uma licenciatura, tendo em vista sua proposta de habilitação para a docência em quatro modalidades:

1. Pré-Escolar;
2. das Séries Iniciais do 1º Grau;
3. das Matérias Pedagógicas do 2º Grau e;
4. para Classes de Alfabetização.

Entretanto, o curso diurno manteve-se como bacharelado, na medida em que ofertava várias habilitações (Administração Escolar; Orientação Educacional e Supervisão Escolar) e como licenciatura privilegiando a docência como base de formação do professor, implementando a habilitação Formação de Professores para Educação Especial (Deficiente Mental). Em ambas as dimensões a formação caracterizou-se pela articulação da teoria com a prática social da docência, refletindo as posições defendidas pelas Entidades Científicas do campo da educacional, particularmente da ANFOPE.

1.2.4 – Penúltima reforma curricular (1998)

A penúltima reforma do CPFE da UNICAMP ocorreu no período de 1996 a 1998 e esteve em vigor até 2007. Seu processo de reformulação começou a ser gestado em junho de 1996, quando a coordenadora do curso e Presidente da ANFOPE (1996-2000, 2004-2006)

Dra. Helena Costa Lopes de Freitas, incluiu na Congregação⁴ a proposta e a conseqüente aprovação de uma Comissão Ampliada, com o objetivo de levar adiante o processo de avaliação do curso de Pedagogia e elaboração de uma nova proposta curricular para o mesmo.

Em setembro de 1996, organizado e promovido pela Coordenação do CPFE da UNICAMP, realizou-se o seminário “Curso de Pedagogia: Experiências em Construção” (COUTINHO, 2002), com o intuito de ampliar a discussão sobre avaliação do curso de Pedagogia e tendo em vista o estudo de caminhos para a sua reformulação. As Universidades participantes, escolhidas, porque referências nacionais de formação apresentavam as seguintes características de estrutura e organização curriculares:

1. UNIVERSIDADE FEDERAL de MINAS GERAIS: o Magistério como núcleo central e as especializações como sínteses; a vinculação entre teoria e prática ao longo da formação do profissional da Educação, consubstanciada nas disciplinas denominadas Práticas Educativas.
2. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE: formação do pedagogo multi-habilitado, sendo o magistério a base da formação; currículo organizado por eixos curriculares.
3. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO; currículo visa à licenciatura plena em pedagogia: Magistério das séries iniciais do ensino fundamental; a construção do currículo apoiando-se em eixos curriculares (p.86).

As experiências e propostas curriculares apresentadas pelas Universidades participantes influenciaram as discussões acerca da reformulação do referido Curso. Estas influências referiram à formação multi-habilitada do pedagogo e a vinculação entre teoria e prática ao longo dessa formação.

Em 1997, a Comissão Ampliada elaborou uma proposta e a apresentou à comunidade. Essa proposta tinha o objetivo de superar a fragmentação do curso causada pelas habilitações e criar condições para que o Pedagogo tivesse a compreensão do trabalho pedagógico como um todo (escolar e não escolar). Foi proposto ainda ao currículo, o princípio de tornar o

⁴ A Congregação teve início em 1982 no processo de institucionalização da Unicamp.

trabalho pedagógico mais próximo de sua prática, com a introdução das disciplinas que comporiam o eixo prático⁵ no início do curso.

A sistematização das principais características da proposta curricular de 1998 (Almeida, 2008: 46-48) permite a identificação das categorias que orientaram a estrutura e organização do Programa curricular:

1. *“O fim da divisão e fragmentação entre habilitações. O estudante não conclui a Graduação com especialização em uma área específica de atuação, mas possui uma visão global de todo trabalho pedagógico e administrativo que ocorre na escola. O que o habilita a exercer as várias funções no espaço escolar;*
2. *A redução do tempo de curso de 4 anos e meio para 4 anos;*
3. *Estruturação curricular por módulos bimestrais, com 2 disciplinas cada um, com a Pesquisa Pedagógica de 01 semestre constante, a serem desenvolvidos em períodos de 8 a 10 semanas (4 módulos/ano);*
4. *Organização do currículo tendo como base a pesquisa e o trabalho pedagógico, sendo que parte das disciplinas das antigas habilitações foi incorporada à nova estrutura com o intuito de oferecer a formação ampla e integral do processo de trabalho pedagógico;*
5. *Para atender aos princípios norteadores da proposta (base na docência e pesquisa), em todos os semestres há uma disciplina do “eixo prático” do currículo – Pesquisa Pedagógica I, Pesquisa Pedagógica II, Didática, Metodologia do Ensino Fundamental, Prática de Ensino nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental, Estágio Supervisionado I, Estágio Supervisionado II, Educação Não Escolar (contempla estágios);*
6. *Garantia de sólida formação teórica no campo da docência e da educação, mantendo as disciplinas de Fundamentos Metodológicos das disciplinas de 1ª a 4ª séries da educação básica (Alfabetização, Matemática, Ciências, História e Geografia), Didática, Metodologia de Ensino, Estágio, Estrutura e Funcionamento da Educação Básica, Planejamento Educacional, Gestão Escolar, Pesquisa (Pesquisa e prática e Metodologias de Pesquisa), além das*

⁵ As disciplinas deste eixo são: Pesquisa Pedagógica I, e II; Didática - Teoria Pedagógica; Metodologia do Ensino Fundamental; Prática de Ensino nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental; Estágio Supervisionado I e II.

chamadas disciplinas de "fundamentos" (História da Educação, Filosofia da Educação, Sociologia da Educação e Psicologia da Educação);

7. *Instituiu-se o estágio supervisionado em escolas de educação infantil e mantido o estágio nas séries iniciais, proporcionando nestes espaços, o conhecimento e a experiência prática no âmbito da gestão e supervisão educacional".*

De modo que, do currículo aprovado, em 1998, desse processo de reformulação emergem inovações nas seguintes dimensões curriculares:

1. Substituição das disciplinas do currículo anterior (1992) Pesquisa e Prática Pedagógica (I, II e III) para Pesquisa Pedagógica; de Prática de Ensino de I Grau para Prática de Ensino nas séries iniciais do Ensino Fundamental;
2. Ampliação da carga horária da disciplina de Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação de 6 para 8 créditos;
3. Criação dos Núcleos Temáticos compostos de disciplinas/componentes curriculares de caráter eletivo;
4. Extinção das habilitações, mas parte das disciplinas das antigas habilitações é mantida para permitir a formação do pedagogo.

O programa aprovado em 1998 integrou vários princípios defendidos pelo Movimento dos Educadores, representado pela ANFOPE. Segundo entrevista concedida pela professora Dra. Helena de Freitas a Coutinho (2002), esses princípios seriam a sólida formação teórica, a articulação teoria/prática, a formação continuada como parte dessa formação inicial, docência como base de formação e a pesquisa como parte indissociável da formação.

Tais características encaminharam o currículo à proposta de uma formação inicial docente integrada à Pesquisa, de um profissional capaz de atuar nas diferentes áreas (por exemplo: educação escolar, educação não escolar, educação não-formal, etc.), formado por uma base ampla da teoria e do trabalho pedagógicos e administrativo que ocorre na escola,

mas que tem a possibilidade, ainda em curso, de ampliar seus estudos a uma área específica através de núcleos temáticos.

1.3 – Objeto e objetivos da pesquisa

No estudo da relação da concepção de educação e do profissional de educação propostos pelas DCNP com aquelas propostas pelo projeto pedagógico do CPFE da UNICAMP, realizada em 2008, situou-se a construção do objeto dessa pesquisa, que se propôs a compreender, analisar e desvendar as relações que se constituíram, tanto no movimento de aproximação, quanto no movimento dos distanciamentos, em torno do que uma propõe e a outra como projeto se propõe a formar, referenciados nos princípios propostos e defendidos pela ANFOPE.

A partir desse objeto, o objeto geral procurou responder a seguinte pergunta: Qual a relação existente entre a concepção de educação e de profissional de educação proposta pelas DCNP com a concepção proposta pelo novo projeto pedagógico da FE da UNICAMP?

Os objetivos específicos construídos foram:

- Identificar a concepção de educação e de profissional proposta pelas DCNP;
- Analisar em que aspectos desta concepção aproximam ou distanciam-se da compreensão defendida pela ANFOPE de educação e de profissional de educação, constante na Proposta de Diretrizes encaminhadas, em 2002, pela Comissão de Especialistas ao CNE;
- Verificar quais as alterações feitas no projeto pedagógico do CPFE da UNICAMP após as exigências das DCNP;
- Analisar em que aspectos essas alterações aproximam ou distanciam-se da proposta de educação e de profissional de educação das DCNP;

- Identificar quais aspectos o CPFE da UNICAMP possuía, que posteriormente foi trazido pelas DCNP como inovadores;
- Identificar a concepção de educação e de profissional de educação do novo projeto pedagógico do CPFE da UNICAMP;
- Analisar se a nova estrutura curricular dará conta de satisfazer os seus princípios.

CAPÍTULO II – Fundamentação teórica da pesquisa

2.1 – Referencial teórico

Para se estudar a comparação das DCNP com o novo projeto pedagógico (2008) do CPFE da UNICAMP é de fundamental importância partir-se da concepção de educação e de profissional de educação. Esta análise nos permitiu compreendermos não só as relações que elas se constituem, como também suas relações, constituídas nos movimentos de aproximação e de distanciamento, em relação aos princípios propostos pela ANFOPE. Este entendimento fundamentou a construção das categorias e indicadores para análise dos documentos.

Para tal decidimos nos apoiar no estudo “Pedagogia Histórico-Crítica”, realizado por Saviani (1995) e, do que ele conceituou por natureza e por especificidade da educação, pois a leitura que realizamos de Brzezinski (2008) nos possibilitou estabelecer relações entre a concepção de educação e de formação de professores defendida pela ANFOPE com a concepção apresentada neste estudo. Além disso, tais conceitos nos permitiram conceber a educação como uma das responsáveis pela transformação da sociedade e, por conseguinte, nos permitiram compreender melhor as complexas intenções e proposições em jogo na arena de poder na formulação de políticas públicas de formação do professor, especificamente no caso das DCNP e do projeto pedagógico do CPFE da UNICAMP.

A compreensão da natureza da educação, segundo Saviani (1995), enquanto categoria de trabalho não-material, constitui-se num trabalho em que “o produto não é separável do ato de produção” (MARX, 1978: 79 apud SAVIANI, 1986: 81), nesse caso “o ato de produção e ato de consumo se imbricam” (SAVIANI, 1995: 16). Como afirma Saviani (1995), a educação sendo um fenômeno próprio dos seres humanos é ao mesmo tempo uma exigência do e para o processo do trabalho, bem como é, ela própria um processo de trabalho. É na natureza da educação, segundo o autor, que se situa a especificidade da educação referindo-se

aos conhecimentos, idéias, conceitos, valores, atitudes, hábitos, símbolos sob o aspecto de elementos necessários a formação da humanidade em cada indivíduo singular, na forma de uma segunda natureza, que se produz, deliberada e intencionalmente, através de relações pedagógicas historicamente determinadas que se travam entre os homens (SAVIANI, 1995: 28).

O conhecimento e entendimento dessa natureza e da sua especificidade , segundo o autor, levam a conceber a educação como uma das responsáveis pela transformação da sociedade. A natureza da educação proporciona aos homens o saber sobre a natureza, sobre a cultura – conjunto da produção humana - necessário para que estes produzam a sua existência humana e a perpetue pela transformação da natureza em trabalho material.

A concepção sócio-histórica pressuposta nesta visão de educação é “a compreensão da história a partir do desenvolvimento material, da determinação das condições materiais da existência humana” (SAVIANI, 1995: 102), ou seja, é a compreensão da história produzida pelo homem ao transformar a natureza a si.

A partir deste conhecimento compreendemos que o homem ao transformar a natureza a si, também transforma a sociedade e, que esta transformação é decorrente do conhecimento. Assim a educação, é um instrumento político, e por isto ela é um objeto de disputa. Para se entender políticas públicas, no caso, referentes à educação, é necessário compreender o seu importante papel na transformação da sociedade brasileira. Nesta dimensão, as DCNP constituíram e constituem-se em arena de disputas de poder dos grupos sociais no sentido de imprimir nas Diretrizes, princípios, normas e regulações, expressando lutas nas direções e nas estratégias referentes à formação do profissional de educação que poderá acentuar diferentes concepções de transformações sociais.

Entre as diversas concepções existentes ou possíveis de educação e de profissional da educação que se expressam nessa luta de disputas de poder para marcar direções e estratégias da formação do profissional de educação, Brzezinski (2008), aponta a coexistência de dois projetos de formação de professores. De um lado, está o projeto da “sociedade política, defendida pelos tecnocratas”, que em seus discursos enfatizam a qualidade social da formação

do professor, entretanto colocam em prática os princípios da qualidade total. De outro lado, segundo a autora, situa-se a concepção defendida **por setores** (interpretação nossa) da “sociedade civil” organizados no movimento das Entidades Educacionais e Científicas, assumindo princípio da qualidade social para formar docente que atuam na educação básica⁶.

Do lado dos neo-tecnicista

existe um projeto de sociedade e de formação de professores que se inscreve em uma determinada concepção de economia de mercado, baseada na ideologia neoliberal e na refuncionalização do Estado para mínimo. Este projeto propugna a cultura da produção de saberes instrumentais e utilitários para a preparação de mão de obra tal como exigida pelo sistema capitalista. Para esse sistema, até a satisfação das necessidades elementares do homem sujeitam-se a critérios exclusivamente mercadológicos. Sendo assim, a tendência neo-tecnicista da educação e a teoria do neo-capital humano são seus ancoradouros e as competências consistem o eixo da formação inicial e continuada de professores (BRZEZISNKI, 2008: 1151).

Do outro lado, Brzezinski (2008), salienta a concepção e os princípios das entidades que vêm desenvolvendo ações conjuntas: ANFOPE, ANPED, ANPAE, CEDES e FORUNDIR, que defendem uma concepção histórico-social de sociedade, de educação, de formação de professores e de escola

que tem como paradigma educacional as relações entre cultura, sociedade e educação. Esse paradigma leva em conta as transformações sociais, das forças produtivas e do mundo do trabalho, transformações que, dialeticamente, provocam mudanças no papel social atribuído ao professor. Diante da adoção desse paradigma, a formação do profissional da educação para atuar na educação básica é entendida como um processo marcado pela complexidade do conhecimento, pela crítica, pela reflexão-ação, pela criatividade, pelo reconhecimento da identidade cultural dos envolvidos nos processos formativos e pelas relações estabelecidas na mediação entre formadores e aprendentes (BRZEZISNKI, 2008: 1141-1142).

Um olhar às concepções de um grupo em luta na arena concernente às políticas públicas de formação de professores é o de Libâneo, Pimenta e (FRANCO, 2007). Para estes autores a consideração da natureza epistemológica da Pedagogia como campo científico da educação introduz mais dimensões na construção e na identidade profissional para a formação do pedagogo além do curso como base da formação docente. A autora apresenta cinco

⁶ Parece-nos problemático os conceitos de sociedade política e sociedade civil para indicadores da classificação dos grupos em disputa; mais adequado seria suas constituições referindo-se a projetos de educação e de sociedade.

pressupostos para explicitar a posição do grupo sobre a epistemologia da Pedagogia e a formação de educadores:

“Primeiro: A educação é uma prática social humana, cuja finalidade é possibilitar às pessoas se realizarem como seres humanos, portanto, partícipes do processo civilizatório, dos bens historicamente produzidos e dos problemas gerados por esse mesmo processo. Ela realiza essa finalidade pela mediação dos conhecimentos, da cultura, dos valores, dos modos de agir, por processos comunicacionais, implicando a apropriação e produção de saberes numa perspectiva crítica que tem por base o interesse emancipatório da sociedade.

Segundo: A pedagogia, como ciência da educação, auxiliada por diferentes campos do conhecimento, estuda criticamente a educação como práxis social, visando analisá-la, compreendê-la, interpretá-la em sua complexidade e propor outros modos e processos para concretizá-la, com vistas à construção de uma sociedade justa e igualitária.

Terceiro: A pedagogia é, antes de tudo, um campo científico, não um curso, campo esse cuja natureza constitutiva é a teoria e a prática da educação ou a teoria e prática da formação humana. O objetivo próprio da ciência pedagógica é o fenômeno educativo, que compreende os processos de comunicação e internalização de saberes e modos de ação, visando à formação humana.

Quarto: Nesse sentido, a pedagogia vincula-se diretamente à prática educativa, que constitui seu campo de reflexão, pesquisa e análise. Tem como tarefa o estudo e a reflexão sistemática sobre o fenômeno educativo, sobre as práticas educativas, o que a torna uma instância orientadora do trabalho pedagógico. É a ciência da e para a educação, é, portanto, a teoria e a prática da educação. Tem um caráter ao mesmo tempo explicativo, praxiológico e normativo da realidade educativa,

pois investiga teoricamente o fenômeno da educação, formula orientações para a prática, mediante a própria ação, e propõe princípios e normas relacionados aos fins e meios da educação.

Quinto: *A pedagogia é um campo de conhecimento específico da prática social da educação, que se vale das demais áreas do conhecimento, quando essas se voltam para o estudo do fenômeno educativo, em sua complexidade, e amplitude" (p.74-75).*

Parece-nos que a diferença fundamental entre este grupo e o grupo do movimento das Entidades Educacionais e Científicas (BRZEZISNKI, 2008) situando-se na natureza epistemológica da Pedagogia assume que a docência é uma **das modalidades** da atividade pedagógica e a autora realça “que todo trabalho docente é trabalho pedagógico, mas nem todo trabalho pedagógico é trabalho docente”. O grupo não aceita a afirmação de que “a Pedagogia se faça pela docência” afirmando a “especificidade da Pedagogia dedicada ao estudo da educação (e, portanto,) é preciso encarar a questão da diversidade de enfoque do fenômeno educativo”.

Franco et al. (2007) e Libâneo (2006), adotam a concepção de que a Pedagogia constitui um campo de conhecimento específico, que se vale das demais áreas do conhecimento, quando essas se voltam para o estudo do fenômeno educativo, em sua complexidade e amplitude. Eles defendem que esta concepção assegura o caráter multidimensional e interdisciplinar do fenômeno educativo.

As Entidades Científicas, tendo participado do processo de elaboração das DCNP na Comissão Bicameral do CNE, conseguiram imprimir no seu conteúdo as posições que têm assumido relativas à concepção histórico-social de sociedade, de educação, de formação de professores e de escola e ao princípio da docência como base de formação do Pedagogo, profissional de educação.

Tal situação suscitou e suscitam fortes oposições e contestações dos grupos de um lado, o grupo representado por Libâneo, Pimenta e Franco (LIBÂNEO, 1997; LIBÂNEO, 2006; LIBÂNEO e PIMENTA, 1999 e; FRANCO et al, 2007) e de outro lado, o grupo de tendências neo-tecnicista de educação e da teoria do neo-capital humano.

Outra posição discordante entre os grupos e apoiada pelas Entidades Científicas refere-se ao espaço da concretização da formação do pedagogo profissional de educação: a universidade, considerada como locus “do universo da teoria, do rigor dos conceitos e dos métodos historicamente produzidos, da liberdade, da criação, da produção do novo, da ética (...)” (COELHO, 1996: 36 apud BRZEZISNKI, 2008: 1142). Esta posição, fortemente defendida pela ANFOPE, com fundamentação teórica, não foi incorporada pelas DCNP.

Associada a esta premissa foi construído o conceito de base comum, originado no I Encontro da CONARCFE, realizado em 1983. Esse conceito tem sua relevância histórica por representar uma concepção de educador de caráter sócio-histórico e por constituir-se num instrumento de luta e resistência contra a degradação da profissão do magistério “permitindo a organização e reivindicação de políticas de profissionalização que garantam a igualdade de condições de formação” (FREITAS, 1999: 31).

O conceito de Base Comum Nacional, enquanto princípios orientadores, orienta e organiza os programas de formação docente. Nestas condições, estes princípios apresentando elementos concretos, conceituais e práticos, darão à direção e promoverão a qualidade dos programas e, por conseguinte, a garantia da qualidade do profissional formado⁷.

Os princípios constitutivos da base comum nacional como apresentados nas conclusões do XII Encontro Nacional da ANFOPE pareceu-nos possibilitar a construção de categorias de análise no sentido de refinar a relação das concepções das DCNP e da ANFOPE, assinalando direções das Diretrizes e indicação da qualidade dos programas:

⁷ Dimensão dos princípios, proposta por Maurício Tardif (2008), para guiar a aplicação dos programas de formação inicial para o ensino.

“a) Sólida formação teórica e interdisciplinar sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais bem como o domínio dos conteúdos a serem ensinados pela escola (matemática, ciências, história, geografia, química, etc) que permita a apropriação do processo de trabalho pedagógico, criando condições de exercer a análise crítica da sociedade brasileira e da realidade educacional. Conceber os cursos de formação dos profissionais da educação como momentos de produção coletiva de conhecimento, buscando para isso novas formas de organização curricular nas várias instâncias de formação, em particular nas Licenciaturas, cuja estrutura atual fragmenta e separa, no tempo da formação e no espaço curricular, as disciplinas "de conteúdo específico" das disciplinas "de conteúdo pedagógico e educacional", teoria e prática, pesquisa e ensino, trabalho e estudo.

b) Unidade entre teoria/prática que implica em assumir uma postura em relação à produção de conhecimento que impregna a organização curricular dos cursos, e não se reduz à mera justaposição da teoria e prática em uma grade curricular; teoria e prática que perpassam todo o curso de formação e não apenas a prática de ensino, o que demanda novas formas de organização curricular dos cursos de formação; a ênfase no trabalho docente como base da formação e fonte dessa forma nova de articulação teoria/prática; ênfase no desenvolvimento de metodologias para o ensino dos conteúdos das áreas específicas; tomar o trabalho como princípio educativo na formação profissional, reformulando-se os estágios e sua relação com a rede pública e a forma de organização do trabalho docente na escola; e ênfase na pesquisa como meio de produção de conhecimento e intervenção na prática social.

c) Gestão democrática como instrumento de luta contra a gestão autoritária na escola. O profissional da educação deve conhecer e vivenciar formas de gestão democrática, entendida como "superação do conhecimento de administração enquanto técnica, na direção de apreender o significado social das relações de poder que se reproduzem no cotidiano da

escola, nas relações entre os profissionais, entre estes e os alunos, assim como na concepção e elaboração dos conteúdos curriculares”.

d) Compromisso social do profissional da educação, e com ênfase na concepção sócio-histórica de educador, estimulando a análise política da educação e das lutas históricas desses profissionais professores articuladas com os movimentos sociais;

e) Trabalho coletivo e interdisciplinar entre alunos e entre professores como eixo norteador do trabalho docente na universidade e da redefinição da organização curricular; a vivência e a significação dessa forma de trabalho e produção de conhecimento permitem a apreensão dos elementos do trabalho pedagógico na escola e das formas de construção do projeto pedagógico-curricular de responsabilidade do coletivo escolar.

f) Incorporar a concepção de formação continuada, em contraposição à idéia de currículo extensivo, sem comprometer a formação teórica de qualidade, permitindo que o aluno/professor retorne à Universidade, via cursos de extensão/especialização a partir do contato com o mundo do trabalho.

g) A avaliação permanente dos cursos de formação dos profissionais da educação deve ser parte integrante das atividades curriculares e entendida como responsabilidade coletiva a ser conduzida à luz do projeto político-pedagógico de cada curso em questão”(ANFOPE, 1998)⁸.

Soma-se, posteriormente, a estes princípios:

h) formação inicial articulada à formação continuada, assegurando solidez teórico-prática na formação inicial e diálogo permanente entre o locus de formação inicial e o mundo do trabalho, por intermédio de programas e projetos de educação continuada, correspondendo à concepção de uma formação em redes de conhecimento e saberes, incluindo os programas de pós-graduação” ((ANFOPE, 1998 Apud FREITAS, 1999: 33).

⁸ A pesquisa e atualização dos princípios da ANFOPE foram limitadas a consultas realizadas, em alguns de seus documentos, antes do site do LITE encontrar-se indisponível a partir de maio de 2009.

Tais princípios norteadores expressando uma política de formação construída pelo movimento com a compreensão de que o profissional de educação

domina o conhecimento específico de sua área, articulado ao conhecimento pedagógico, em uma perspectiva de totalidade do conhecimento socialmente produzido que lhe permita perceber as relações existentes entre as atividades educacionais e a totalidade das relações sociais, econômicas, políticas e culturais em que o processo educacional ocorre, sendo capaz de atuar como agente de transformação da realidade em que se insere (CONARCFE, 1989 apud ANFOPE, 2004: 15).

A condução metodológica da elaboração das categorias de análise considerou na formação da identidade do profissional de educação indicações de dimensões de sua formação para compreender e atuar na complexidade social, na problematização das relações sociais e na transformação da sociedade - contrapondo-se aos limites da uma concepção de formação técnica. Identificamos esta compreensão da categoria de formação da identidade profissional do professor nos documentos da ANFOPE.

CAPÍTULO III – Metodologia e Análise

3.1 Metodologia

O presente estudo da relação da concepção de educação e de profissional da educação propostos pelas DCNP e pelo projeto pedagógico do CPFE da UNICAMP, desenvolveu-se fundamentado na pesquisa qualitativa, em consonância com a natureza do objeto e dos seus objetivos. Apoiamo-nos na compreensão da investigação qualitativa, abordagem que se fundamenta na concepção de que “o mundo seja examinado com a idéia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo” (BORDAN; BIKLEN, 1994: 49).

Considerando com André (1984) que a ação da investigação qualitativa em Estudo de Caso, é definida como aquela que “pretende retratar o idiosincrático e o particular como legítimos em si mesmos, tal tipo de investigação toma como base o desenvolvimento de um conhecimento idiográfico, isto é, que enfatiza a compreensão dos eventos particulares (casos)” (p. 52). Anos mais tardes (2007), (Videoconferência: **Estudo de Caso**. Coordenada pela Profa. Dra. Ivany Rodrigues Pino. Ponto de conexão: laboratório de videoconferências da FE da UNICAMP, em 06/05/2007), André definirá o estudo de caso como um fato.

Ora, o estudo do objeto desta pesquisa não se referiu a um “fato”, e, sim ao estudo da relação das concepções de educação e de profissional da educação propostas pelas DCNP e pelo projeto pedagógico do CPFE da UNICAMP. Este estudo sugeriu uma forte caracterização de um estudo histórico, tendo como fonte documentos e como estratégia metodológica a análise de conteúdo.

A Análise de Conteúdo, de acordo com Franco (2003), caracterizou-se neste estudo como um “procedimento de pesquisa que se situa em um delineamento mais amplo da teoria da comunicação e tem como ponto de partida a mensagem” (p.20) - documento. Apoiando-se em

Bardin (2005) o estudo considerou as duas funções da análise de conteúdo: função heurística (análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão à descoberta; é a análise de conteúdo para “ver o que dá”) e função de administração da prova (hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias servindo de diretrizes apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma informação; é a análise de conteúdo para “servir de prova”).

O estudo considerou, de um lado, a concepção de organização da análise de conteúdo proposta por Bardin (2005), que é composta por três fases: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material e; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. De modo que, a pré-análise é a fase de organização propriamente dita, em que se destinam três missões “a escolha dos documentos a serem submetidos à análise, a formulação das hipóteses e dos objetivos e a elaboração de indicadores que fundamentem a interpretação final” (p. 89). A próxima fase, (2), compreende a exploração do material, de forma “longa e fastidiosa, e consiste essencialmente em de operações de codificação, desconto ou enumeração, em função de regras previamente formuladas” (p. 95). E, por último, “os resultados em bruto são tratados de maneira a serem significados e validados” (p.95).

Franco (2003) concorda com Bardin (2005) quando este defende que

“a análise de conteúdo pode ser considerada como um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens... A intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e de recepção das mensagens, inferências esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (BARDIN, 1977: 38 apud FRANCO, 2003: 20).

Porém para Franco (2003) toda comunicação é composta por cinco elementos básicos: “uma fonte ou emissão; um processo codificador que resulta em uma imagem e se utiliza de um canal de transmissão; um receptor, ou detector da mensagem, sendo esse o respectivo processo decodificador” (p.20) por meio do qual o investigador deve analisar mensagens, a fim

de produzir inferências sobre: “as características do texto; as causas e/ou antecedentes das mensagens e os efeitos da comunicação” (p.20-21).

De outro lado, o estudo considerou a organização da análise proposta por Franco (2003) iniciando-se pela pré-análise, na qual se faz a escolha dos documentos e define-se o campo do *corpus* teórico. Seguida pela categorização, esta, por sua vez configura-se numa “operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação, seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos” (p. 51).

Com base nas novas informações obtidas através dos estudos de Bardin (2005) e Franco (2003), a presente pesquisa adotou o enfoque abordado por este último por considerar o enfoque proposto por Franco (2003) relevante, principalmente em relação às indagações acerca de “quem”, do “por quê” e “com que efeito”, que ele impõe à mensagem. Visto que a indagação “com que efeito” é considerada, por alguns estudiosos, como um dos aspectos mais importantes do paradigma da comunicação: “estudar, identificar o efeito e/ou impacto que determinada mensagem causa no receptor” (p.22). Isto, uma vez que, um dos objetivos dessa pesquisa é justamente este, o de identificar através da comparação dos princípios de ambos os documentos estudados que identidade profissional de educação a DCNP propõe e o novo projeto pedagógico (2008) propõe formar, para posteriormente analisar a relação existente entre ambas as concepções.

Orientada por este procedimento metodológico a análise de conteúdo foi realizada nos documentos:

a) da Resolução CNE/CP n. 01/2006 produzido pelo CNE que institui as DCNP (a qual se compõe de parâmetro para implementação e normatização da reforma curricular);

b) da proposta resultante do processo de discussão dos profissionais e estudantes a ele ligados, materializado no Projeto Político Pedagógico, operacionalizado no Programa Curricular do CPFE da UNICAMP 2008.

O primeiro documento analisado foi a Resolução CNE/CP n. 01/2006 (DCNP), considerando o processo da sua trajetória histórica referenciando-se em documento anteriormente produzidos por comissões do MEC e as posições das Entidades Científicas.

A escolha deste documento permitiu, em relação à formação do profissional:

- a identificação e compreensão da sua identidade,
- a identificação dos princípios de fundamentação da sua formação,
- a concretização dos princípios e as indicações de ação orientadoras dos cursos de formação e das tendências indicadoras de sua qualidade (normas)

O segundo documento analisado foi o Projeto Político Pedagógico, operacionalizado no Programa Curricular do CPFE da UNICAMP de 2008. Sua análise foi relevante para esta pesquisa porque permitiu:

- desvendar as relações que o curso estudado constituiu tanto no movimento de aproximação quanto no movimento dos distanciamentos com as DCNP e;
- identificar o profissional que este curso passou a formar após o seu encontro com as DCNP. O que foi possível após a sua delimitação nas categorias propostas, visto que esta nos forneceu subsídios para responder aos objetivos anunciados nessa pesquisa tais como: explicitação dos princípios que fundamentavam a formação do profissional que o curso propõe relacionando-os com as análises do documento das DCNP; e a verificação da nova estrutura curricular e a concretização dos princípios na formação do profissional de educação da FE.

A partir do referencial teórico e do estudo exploratório dos documentos identificamos princípios, construímos as categorias e elaboramos os indicadores.

Categorias identificadas:

a – Valorização do trabalho pedagógico como base da formação do profissional da educação. Evidencia-se nesta categoria a necessidade da valorização do trabalho pedagógico como alicerce da formação proposta. Entende-se, portanto, por valorização do trabalho

pedagógico, todas as ações formativas que valorizem a ação profissional. Dentre as quais damos destaque para a formação e vivência nas diversas áreas de atuação do pedagogo. Vale ressaltar que a atuação do pedagogo se dá em diferentes áreas e dessa forma, contrapondo-se à divisão tecnicista do trabalho pedagógico, e defendendo a posição de que todos os pedagogos devam ter como base de formação a docência.

b – Projeto político pedagógico Formação teórica sólida, interdisciplinar e articulada. Nesta categoria evidencia-se a necessidade de superar a fragmentação curricular do programa em disciplinas, a superação da prática profissional como um campo de aplicação de teorias, sugerindo a então dicotomia Teoria X Prática numa visão relacional entre ambas e a efetivação da pesquisa como instrumento de busca e construção de conhecimento responsável por fundamentar a ação profissional.

A configuração destas categorias permitiu identificar e selecionar os seguintes indicadores:

Quadro I - Relação das categorias e indicadores do documento final das DCNP

Categorias propostas	Indicadores da categoria correspondente encontrados no documento final da Resolução CNE/CP n.01/2006
Valorização do trabalho pedagógico como base da formação do profissional da educação	- docência como base da formação do pedagogo. - identidade do pedagogo, compreendido a partir da: - área de atuação do pedagogo e, por conseguinte, de realização do trabalho pedagógico (professor na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, como a participação docente na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino). - conhecimento da escola, participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino.
Projeto político pedagógico Formação teórica sólida, interdisciplinar e articulada	- estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica; por um repertório de informações e habilidades; formação integrada e multidisciplinar não fragmentada em habilitações, compreendidos a partir da: - estrutura do curso de Pedagogia; - organização da carga horária e; - estratégias da integralização de estudos.

Organização: FARINELLI, 2009. Fonte: análise de conteúdo, 2009.

Quadro II- Relação, descrição das categorias e indicadores do documento PPP (2008) do CPFE da UNICAMP.

Categorias propostas	Indicadores da categoria correspondente encontrados no documento PPP (2008) do CPFE da UNICAMP.
Valorização do trabalho pedagógico como base da formação do profissional da educação	- a docência como base da formação do pedagogo e a identidade do pedagogo, compreendidos na: - articulação da teoria com a prática social da docência - organização do trabalho pedagógico.
Projeto político pedagógico Formação teórica sólida, interdisciplinar e articulada	- formação sólida teórica, interdisciplinar e articulada com a prática, estágio e pesquisa, compreendida na: - estrutura do curso de Pedagogia; - organização da carga horária e; - estratégias da integralização de estudos.

Organização: FARINELLI, 2009. Fonte: análise de conteúdo, 2009

3.2 - Descrição e análise dos documentos coletados.

3.2.1 – Análise da Resolução CNE/CP n. 01/2006 (DCNP)

Lembramos que a exploração da Resolução CNE/CP n. 01/2006 foi realizada, com base na análise de conteúdo, de forma manual através de operações de codificação, desconto/enumeração (Bardin), em função das categorias e indicadores enunciados no Quadro I (p. 37). Este quadro de dados “brutos”, resultante deste processo, permitiu a realização do tratamento dos resultados de maneira significativa e válida através da inferência e da interpretação, proporcionada pela análise:

a – Categoria: Valorização do trabalho pedagógico como base da formação do profissional da educação. Esta categoria pode ser evidenciada no documento estudado da DCNP pela identificação de alguns de seus indicadores:

a.1 – Indicador: Docência como base da formação do pedagogo,

Este indicador é explicitado no Artigo 2º, ao expressar que “... o curso de Pedagogia aplica(m)-se à formação inicial para o exercício da docência” incorpora o princípio da base da docência na formação do pedagogo, defendido pela ANFOPE, e presente na Proposta de Diretrizes Curriculares, encaminhada ao CNE em 2002, pelas Comissões de Especialistas. Esta concepção da docência como eixo da formação do trabalho pedagógico, compreendido como escolar e não escolar (ANFOPE 1988 apud Proposta de Diretrizes Curriculares, 2002) é também expressa no Artigo 2º ao indicar o espaço da docência na Educação Básica e “nos cursos de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos”.

Nessa dimensão a docência é compreendida como trabalho escolar e não-escolar e é caracterizada pela “ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional” (§ 1º), concepções que dizem respeito à educação compreendida em sua natureza e especificidade e em sua complexidade ao localizar os lugares da construção da docência. A formação do profissional de educação para atuar como docente na Educação Básica é assim marcada, como reconhece a ANFOPE

domina(ndo) o conhecimento específico de sua área, articulado ao conhecimento pedagógico, em uma perspectiva de totalidade do conhecimento socialmente produzido que lhe permita perceber as relações existentes entre as atividades educacionais e a totalidade das relações sociais, econômicas, políticas e culturais em que o processo educacional ocorre, sendo capaz de atuar como agente de transformação da realidade em que se insere (CONARCFE, 1989 apud ANFOPE, 2004: 15).

a.2 – Indicador: Identidade do pedagogo

Neste indicador a **identidade do pedagogo** como docente e gestor ganha força no Artigo 3º, que define naturezas e características do trabalho do estudante de Pedagogia centralizando sua formação (parágrafo único) no conhecimento da escola (I), da pesquisa (II) e da participação na gestão (III).

O Artigo 4º, em seu parágrafo único, de forma coerente continua a reforçar esta concepção da docência, ao especificar que “as atividades docentes também compreendem

participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino” (RESOL. CNE/CP n. 01/2006) e nos seus incisos I, II e III especifica esta participação explicitando as ações correspondentes. Identifica-se claramente a concepção da identidade profissional do pedagogo como docente e gestor. Esta mesma clareza e coerência, entretanto, não se refere às áreas não-escolares e que exigem conhecimentos pedagógicos. Parece que aqui está o núcleo que provoca o desentendimento entre grupos em disputa (Entidades Científicas/grupo representado por Libâneo e Pimenta).

Isto permitiu identificar que o documento estudado apresenta como centralidade para a formação do licenciado em Pedagogia o conhecimento da escola; o conhecimento, a análise e a aplicação da pesquisa e, a participação na gestão e organização de processos educativos, conferindo à formação do profissional da educação a vivência e experimentação da teoria, prática e pesquisa, o que fará diferença posteriormente no desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Essa análise permitiu concluirmos que a valorização do trabalho pedagógico como base da formação do profissional da educação está indicada nas DCNP na atuação profissional que ela propõe aos pedagogos, que, por sinal, se dá em diferentes áreas e, dessa forma, rompendo com a divisão tecnicista do trabalho pedagógico e, fazendo com que a valorização esteja no fato de que todos os pedagogos tenham a docência como base de formação, uma vez que os cursos de Pedagogia são os responsáveis pela formação de todos os professores que atuam nas séries iniciais do ensino fundamental e na educação infantil, além de outros campos.

b – Categoria: Projeto político pedagógico, formulado através da concepção de formação teórica-prática sólida, interdisciplinar e articulada com a abrangência de vivências e experiências práticas e com a pesquisa.

A concepção do projeto pedagógico, proposto pelas DCNP, fundamenta-se na concretização do curso de Pedagogia concebido em estudos teórico-práticos, investigação e

reflexão crítica (§ 2º do Artigo 2º), permitindo a previsão e avaliação das atividades educativas, a interdisciplinaridade do campo da educação. A formação assim pensada sustentará a conexão entre sua formação inicial, o exercício da profissão e a pesquisa “fundamentada em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética” (Art. 3º) e a exigência do conhecimento da escola, da pesquisa e da “participação na gestão dos processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino” (I, II e III).

O curso de Pedagogia fundamenta-se na formação integrada e multidisciplinar não fragmentada em habilitações, respeitando princípios da diversidade nacional, da autonomia pedagógica das instituições e da abrangência de vivências e experiências práticas desde o início do curso (Art. 6º), articulando formação teórica-prática e pesquisa; perseguindo a construção de um programa de curso com base sólidas e integradas, norteador do ato docente e suas repercussões na aprendizagem em situações escolares e não escolares.

A categoria “Projeto Político Pedagógico” pode ser evidenciada no documento estudado da DCNP pela identificação de alguns de seus indicadores:

b.1 – Indicador: Estrutura do curso de Pedagogia

Este indicador é analisado em três dimensões, que constituem os três núcleos nas DCNP (incisos I, II e III):

b.1.1 – um núcleo de estudos básicos, articulando: princípios e conhecimentos multidimensionais, pertinentes ao campo da Pedagogia, que cooperem: a) para o desenvolvimento das pessoas, das organizações, da sociedade e da gestão democrática e; b) para o planejamento, a implementação e avaliação de processos educativos e de experiências práticas educacionais, em espaços escolares e não-escolares. Esta dimensão, articulada com o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa, atenta às questões éticas, estéticas e lúdicas, possibilita a concretização do diagnóstico das necessidades e aspirações e o

estudo das didáticas, de teorias e metodologias pedagógicas, de processos de organização do trabalho docente (I).

b.1.2 – **um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos**, que oportuniza, entre outras possibilidades: a) investigações sobre processos educativos e gestoriais, em situações escolares e não escolares; b) “avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira” e; c) estudo, análise e avaliação do campo teórico da educação, com o intuito de elaborar propostas educacionais inovadoras (II).

b.1.3 – **um núcleo de estudos integradores**, proporcionando enriquecimento curricular e participação do estudante em: a) atividades de pesquisa, seminários, estudos curriculares, monitoria e extensão, orientados pelo corpo docente da instituição de educação superior; b) atividades práticas nas áreas escolares e não escolares do campo educacional e; c) “atividades de comunicação e expressão cultural”(II).

Dentro desta dimensão, 2.1.3 - **núcleo de estudos integradores**, encontram-se:

b.1.3.1 – O desenvolvimento da pesquisa como um eixo de formação, que perpassa todo o projeto pedagógico e o Trabalho de Curso;

b.1.3.2 – o desenvolvimento de experiências disciplinares e não disciplinares assegurados no aprofundamento e diversificação de estudos, permitindo a superação da organização curricular disciplinar tradicional.

b.2 – Indicador: Organização da carga horária

Este indicador refere-se à **organização da carga horária** da estrutura do curso Licenciatura em Pedagogia, prevista com “mínimo de 3200 horas de efetivo trabalho acadêmico” (Artigo 7º). Sua distribuição prevê: 2.800 horas dedicadas às atividades formativas (I); 300 horas ao Estágio Supervisionado (II) e; 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento (III).

Essa estrutura explicita uma nova forma de organização curricular do projeto pedagógico, compreendendo a formação (professor e gestor), superando a divisão curricular fragmentada pelas habilitações.

b.3 – Indicador: Estratégias da integralização de estudos

Este indicador além de se referir as estratégias da integralização de estudos aponta para o fortalecimento da integração e da multidisciplinaridade na formação (Art. 8º). Esta integralização, prevista no desenvolvimento da organização curricular, concretiza-se através de disciplinas e didáticas, consideradas a natureza e a especificidade da educação (I), predominantemente teóricas e articuladas com o desenvolvimento de práticas de docentes e gestão educacional (II). Atividades complementares como monitoria, iniciação científica, etc., são previstas no planejamento e desenvolvimento do Trabalho de Curso (III) e o Estágio Curricular desenvolvido ao longo do curso, tendo em vista assegurar experiências do exercício profissional, nas áreas escolar e não escolar, envolvendo a dimensão de professor e de gestor (IV).

Dentro deste indicador:

b.3.1 – A formação inicial do licenciado no professor e gestor, dependendo das necessidades e interesses locais e regionais, neste curso, poderá ser aprofundada, em questões relativas “a educação de pessoas com necessidades especiais, a educação do campo, a educação indígena, a educação em remanescentes de quilombos, em organizações não-governamentais, escolares e não-escolares públicas e privadas” (III) e;

b.3.2 – O Estágio Curricular pressuposto em atividades pedagógicas deverá ser efetivado em um ambiente integrado com o sistema público de ensino (IV).

Essa análise da categoria “**Projeto político pedagógico**” por meio da identificação dos seus indicadores **estrutura do curso de Pedagogia, organização da carga horária e de estratégias da integralização de estudos** nos permitiram concluir sua proximidade com o

princípio defendido pela ANFOPE e constante na Proposta de Diretrizes Curriculares encaminhada ao CNE, em 2002, pelas Comissões de Especialistas ((Proposta de Diretrizes Curriculares, 2002: 5)⁹.

3.2.2 – Análise do Projeto Político Pedagógico – PPP - de 2008 do CPFE da UNICAMP.

A exploração do PPP (2008), materializado no Programa Curricular do CPFE da UNICAMP foi realizada, com base na análise de conteúdo, de forma manual através de operações de codificação, desconto/enumeração (Bardin) em função das categorias e indicadores enunciados no Quadro II (p. 38). Este quadro de dados permitiu a realização do tratamento dos resultados de maneira significativa e válida através da inferência e da interpretação, proporcionada pela análise:

a – Categoria: Valorização do trabalho pedagógico como base da formação do profissional da educação, formulado através da concepção da docência como base da formação do pedagogo e da sua identidade na formação do professor e do gestor.

O trabalho pedagógico concebido a partir da docência como base da formação do pedagogo, objetivado no exercício do Magistério para atuar em instituições escolares, “não-escolares e não formais” (PPP, 2008: 22), compreende a docência como trabalho escolar e não-escolar, caracterizado pela “experiência investigativa” e por reflexões “acerca de aspectos políticos e culturais da ação educativa” (PPP, 2008: 22).

A identidade do pedagogo como professor e gestor expressa, no PPP do CPFE, identifica-se claramente pela qualificação do licenciado em Pedagogia “para atuar no

⁹ Sólida formação teórica e interdisciplinar sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais, que permita a apropriação do processo de trabalho pedagógico, criando condições de exercer a análise crítica da sociedade brasileira e da realidade educacional (Proposta de Diretrizes Curriculares, 2002: 5).

magistério” na Educação Básica e “na gestão pedagógica e educacional, no âmbito escolar e institucional” (PPP, 2008: 22).

A categoria “Valorização do trabalho pedagógico como base da formação profissional da educação” pode ser evidenciada no PPP (2008) do CPFE da UNICAMP pela identificação de alguns de seus indicadores.

a.1 – Indicador: Articulação da teoria com a prática social da docência.

Este indicador é operacionalizado na constituição do curso, através das disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica. Nesta dimensão, os conjuntos de conhecimentos teóricos e práticos formulados nestas disciplinas permitem aos estudantes compreender o processo do trabalho pedagógico, identificar os processos pedagógicos que se desenvolvem na prática social e equacionar os fundamentos das políticas públicas para, a partir deles, intervir no âmbito escolar, não-escolares e não formal.

a.2 – Indicador: Organização do trabalho pedagógico

Este indicador referenciado no objeto das Ciências da Educação, operacionaliza-se nas disciplinas “EP107 Introdução à Pedagogia – Organização do Trabalho Pedagógico” e “EP164 Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar”, tendo em vista “a contribuição das ciências para a explicação e compreensão da educação” (PPP/CPFE da UNICAMP, 2008: 35). Compreensão que dizem respeito à natureza e especificidade da educação e em sua complexidade ao localizar a identidade do trabalho pedagógico no professor e gestor.

A análise da categoria “valorização do trabalho pedagógico como base da formação do profissional da educação” indicada no PPP do CPFE da UNICAMP por meio da **articulação da teoria com a prática social da docência e da organização do trabalho pedagógico** sinalizam sua proximidade com o princípio da “docência como base da formação do pedagogo” defendido pela ANFOPE e, constante na Proposta de Diretrizes Curriculares, encaminhada ao CNE em 2002, pelas Comissões de Especialistas.

b – Categoria: Projeto Político Pedagógico, formulado a partir da concepção de formação sólida teórica, interdisciplinar e articulada com a prática, estágio e pesquisa.

O projeto pedagógico, concebido no PPP (2008) do CPFE da UNICAMP, apropriando-se da construção e compreensão das Ciências da Educação, permite a construção, elaboração e ressignificação dos elementos teóricos e das experiências advindas da prática, tendo em vista, a compreensão da prática educativa a partir da familiaridade do conhecimento teórico e da pesquisa.

O curso de Pedagogia fundamenta-se na formação integrada e interdisciplinar não fragmentada em habilitações, articulando formação teórico-prática e pesquisa; operacionalizadas em seu programa com base sólidas e integradas.

A categoria “Projeto Político Pedagógico” pode ser evidenciada no PPP (2008) do CPFE da UNICAMP pela identificação de alguns de seus indicadores:

b.1 – Indicador: Estrutura do curso de Pedagogia.

Este indicador refere-se à **estrutura do curso de Pedagogia** analisado em cinco dimensões no PPP (2008):

b.1.1 - Pesquisa e Prática Pedagógica I, II, III, composto por disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica, orientadas e organizadas por docentes da instituição, com o intuito de promover o debate e o trabalho interdisciplinar a serem desenvolvidos vinculados com a pesquisa em diversas áreas do campo educacional (PPP/CPFE da UNICAMP, 2008);

b.1.2 - Seminário de Integração Curricular I, II, III, visando contribuir “à construção e compreensão das Ciências da Educação”, apresentam-se como momentos oportunizados para construção e integralização de conhecimentos desenvolvidos nos vários campos disciplinares, pelos estudantes do CPFE (p. 29);

b.1.3 - Práticas Curriculares, compostas de atividades de formação, “fora do âmbito da sala de aula e dos estágios supervisionados”, compreendidas na participação em

Congressos; audiência de defesas de dissertação ou tese; trabalhos de Iniciação Científica; monitorias; estágios extracurriculares; etc. (p. 29);

b.1.4 - Estágio Curricular, no âmbito da docência e da gestão democrática “em espaços formais (creche, pré-escola, anos iniciais do Ensino Fundamental e educação de adultos) e não formais” (p. 29);

b.1.5 - Trabalho de Conclusão de Curso I e II, compreende a realização da pesquisa, “em formato de monografia, de caráter teórico, de campo ou memorial de formação, sob orientação de um professor da Faculdade pesquisa”, ao final do curso (p. 30).

Estas dimensões, tendo em vista suas apropriações na construção e compreensão das Ciências da Educação, possibilitam a constituição no currículo do “trabalho interdisciplinar entre os distintos campos do conhecimento”, articulados com a prática e com a pesquisa (PPP/CPFE da UNICAMP, 2008: 29); e a superação da divisão curricular fragmentada pelas habilitações.

b.2 – Indicador: Organização da carga horária

Este indicador refere-se à **organização da carga horária** da estrutura do curso Licenciatura em Pedagogia, prevista com 3465 horas (PPP/CPFE da UNICAMP, 2008). Sua distribuição prevê: 2940 horas em disciplinas teórico-práticas; 420 horas em estágio e; 105 horas em práticas curriculares.

Esta Estrutura confere flexibilidade e autonomia ao estudante na escolha das disciplinas, uma vez que não há pré-requisitos para as disciplinas do currículo. Com exceção das disciplinas de estágio, que exige que o estudante tenha cursado 30% das disciplinas obrigatórias para matricular-se.

b.3 – Indicador: Estratégias da integralização de estudos.

Este indicador refere-se às **estratégias da integralização de estudos**, as quais estipulam aos ingressos do curso (diurno e noturno) matrícula nas disciplinas obrigatórias, em

disciplinas eletivas, em práticas curriculares e a matrícula no último semestre, num destes seminários: Educação Especial; Pesquisa nas Áreas do Currículo Escolar; Pesquisa em História da África; Pesquisa em História Indígena; Educação, Cultura e Artes e Relações Interpessoais na Escola e na Educação Infantil, prevendo aos seus estudantes o aprofundamento de seus estudos numa destas áreas.

b.4 – Indicador: Grade curricular do curso de Pedagogia.

Este indicador refere-se à **grade curricular do curso de Pedagogia**, sugerida para o cumprimento e integralização do curso de Pedagogia. Compreendida pelos Quadros III e IV, evidenciando diferenças entre o curso diurno e o curso noturno, em relação ao tempo de curso e ao limite de créditos para a matrícula semestral:

- Tempo de curso, o curso diurno poderá ser integralizado, em período integral, em 08 semestres e no máximo em 12 semestres, ao passo que no curso noturno o prazo mínimo para integralização é de 10 semestres e no máximo 15 semestres.

- Limite de Créditos para matrícula semestral, no curso diurno o máximo de créditos permitidos é de 40 créditos, enquanto, no curso noturno este limite é de 32 créditos.

Quadro III – Grade curricular - Curso de Pedagogia Diurno

1º Sem.	EP 107 Introdução à Pedagogia Org do Trab. Ped.	EP 130 Filosofia da Educação I	EP 110 História da Educação I	EP 140 Sociologia Geral	EP142 Educação e Antropologia Cultural	EP315 Pesquisa e Prática Pedagógica I	
2º Sem.	EP 230 Filosofia da Educação II	EP128 Psicologia I	EP210 História da Educação II	EP 340 Sociologia da Educação I	EP 347 Educação, Cultura e Linguagens	EP 316 Pesquisa e Prática Pedagógica II	
3º Sem.	EP 129 Psicologia II	EP 163 Política Educacional: Estrutura e Func. da Ed. Básica	EP 152 Didática - Teoria Pedagógica	EP 412 História da Educação III	EP 330 Filosofia da Educação III	EP 317 Pesquisa e Prática Pedagógica III	
4º Sem.	EP 153 Metodologia do Ensino Fundamental	EP 226 Psicologia e Educação	EP 445 Sociologia da Educação II	EP 164 Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar	EP 158 Educação, Corpo e Arte	EP 566 Seminário de Integração Curricular I	
5º sem.	EP 471 Escola, Alfabetização e Culturas da Escrita	EP 473 Escola e Cultura Matemática	EP 472 Escola e Conhecimento de História e Geografia	EP 474 Escola e Conhecimento em Ciências Naturais	EP 376 Prát. de Ensino e Estágio Sup. Anos Iniciais do Ensino Fund.	EP 910 Estágio Supervisionado I - Gestão Escolar	
6º sem.	EP 765 Fundamentos da Ed. Infantil	EP 144 Metodologia da Pesquisa em Ciências da Ed. I	EP 372 Avaliação	EP 567 Seminário de Integração Curricular II	EP 377 Planej. Educ. e Estágio sup. Gestão Escolar	EP 911 Estágio Sup. II- Anos Iniciais do Ensino Fund.	
7º sem.	EP 139 Pedagogia da Ed. Infantil	EP 348 Educação Especial e Inclusão	EP 162 Escola e Currículo	EP 146 Educação e Tecnologias	EP 912 Estágio Sup. III - Ed. Infantil	EP 808 Trabalho de Conclusão de Curso I	EP 147 Práticas Curriculares
8º sem.	EP 887 Educação Não Formal	EP 529 Educação de Surdos e Língua de Sinais	EP 913 Estágio Sup. IV Educação Infantil	EP 914 Estágio Sup. V Educação Não Formal	EP 568 Sem. de Integração Curricular III	EP 809 Trabalho de Conclusão de Curso II	

Fonte: COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA. **Caderno de informações.** [Campinas], 2008.

Quadro IV – Grade curricular - Curso de Pedagogia Noturno

1º Sem.	EP 107 Introdução à Pedagogia Org do Trab. Ped.	EP 130 Filosofia da Educação I	EP 110 História da Educação I	EP 140 Sociologia Geral	EP315 Pesquisa e Prática Pedagógica I	
2º Sem.	EP 230 Filosofia da Educação II	EP128 Psicologia I	EP210 História da Educação II	EP142 Educação e Antropologia Cultural	EP 316 Pesquisa e Prática Pedagógica II	
3º Sem.	EP 129 Psicologia II	EP 340 Sociologia da Educação I	EP 152 Didática - Teoria Pedagógica	EP 347 Educação, Cultura e Linguagens	EP 317 Pesquisa e Prática Pedagógica III	
4º Sem.	EP 153 Metodologia do Ensino Fundamental	EP 412 História da Educação III	EP 163 Política Educacional: Estrutura e Func. da Ed. Básica	EP 330 Filosofia da Educação III	EP 566 Seminário de Integração Curricular I	
5º sem.	EP 471 Escola, Alfabetização e Culturas da Escrita	EP 472 Escola e Conhecimento de História e Geografia	EP 164 Org. do Trabalho Pedag. e Gestão Escolar	EP 376 Prát. de Ensino e Estágio Sup. Anos Iniciais do Ensino Fund.	EP 910 Estágio Supervisionado I - Gestão Escolar	
6º sem.	EP 473 Escola e Cultura Matemática	EP 474 Escola e Conhec. em Ciências Naturais	EP 158 Educação, Corpo e Arte	EP 377 Planej. Educ. e Estágio sup. Gestão Escolar	EP 911 Estágio Sup. II- Anos Iniciais do Ensino Fund.	
7º sem.	EP 765 Fundamentos da Ed. Infantil	EP 445 Sociologia da Educação II	EP 226 Psicologia e Educação	EP 912 Estágio Sup. III – Ed. Infantil		
8º sem.	EP 144 Metodologia da Pesquisa em Ciências da Ed. I	EP 139 Pedagogia da Ed. Infantil	EP 146 Educação e Tecnologias	EP 372 Avaliação	EP 913 Estágio Sup. IV Educação Infantil	EP 567 Seminário de Integração Curricular II
9 sem.	EP 887 Educação Não Formal	EP 348 Educação Especial e Inclusão	EP 162 Escola e Currículo	EP 914 Estágio Sup. V Educação Não Formal	EP 808 Trabalho de Conclusão de Curso I	EP 147 Práticas Curriculares
10 Sem.	EP 529 Educação de Surdos e Língua de Sinais	EP 568 Sem. de Integração Curricular III	EP 809 Trabalho de Conclusão de Curso II			

Fonte: COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA. **Caderno de informações**. [Campinas], 2008.

As mudanças curriculares incorporadas no Programa do curso de Pedagogia, identificadas nesta grade curricular, foram:

- Inclusão do módulo III na disciplina Pesquisa e Prática Pedagógica;

- Inclusão das disciplinas Seminário de Integração Curricular I, II III em substituição às disciplinas Seminários de Pesq. Pedagógica I e II;
- Mudança da disciplina Comunicação Educação e Tecnologias para Educação e Tecnologias;
- Inclusão das disciplinas Psicologia I e II e da disciplina Psicologia e Educação em substituição às disciplinas Introdução à Psicologia, Psicologia Educacional e Psicologia Educação e Pesquisa;
- Mudança da disciplina Pensamento Linguagem e Desenvolvimento Humano do curso obrigatório para as disciplinas eletivas;
- Ampliação da carga horária da disciplina Educação Não Formal de 2 para 4 créditos;
- Inclusão da disciplina Prática de Ensino e Estágio Supervisionado - anos iniciais do Ensino Fundamental em substituição à disciplina Prática de Ensino nas séries iniciais do Ensino Fundamental;
- Inclusão da disciplina Educação Cultura e Linguagens em substituição à disciplina Leitura e Produção de Textos;
- Ampliação da carga horária dos Estágios Supervisionados em Educação Infantil e Educação Não Formal e inclusão do Estágio na área de Gestão Escolar;
- Inclusão das disciplinas de Escola Alfabetização e Culturas da Escrita, Escola e Cultura Matemática, Escola e Conhecimento de História e Geografia, Escola e Conhecimento em Ciências Naturais em substituição às disciplinas de Fundamentos da Alfabetização, do Ensino de Matemática, do Ensino de História/Geografia e do Ensino de Ciências;
- Inclusão da disciplina Pedagogia em Educação Infantil em substituição à disciplina Educação Não Escolar;

- Inclusão da disciplina Planejamento Educacional e Estágio Sup. Gestão Escolar em substituição à disciplina Planejamento Educacional;
- Redução da carga horária da disciplina de Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação de 8 para 6 créditos;
- Inclusão das disciplinas Educação Especial e Inclusão e Educação de Surdos e Língua de Sinais em substituição à disciplina Fundamentos da Educação Especial;
- Novas disciplinas incluídas Práticas Curriculares, Avaliação e Filosofia da Educação III no Programa (2008) do CPFE da UNICAMP.

Tais mudanças encaminham o curso para uma reestruturação curricular mais condizente com a formação proposta, evidenciadas, entre outras, pelas alterações que promoveram a ampliação das formações teórica-prática na Educação Infantil e na Gestão Escolar.

Essa análise da categoria “**Projeto político pedagógico**” por meio da identificação dos seus indicadores **estrutura do curso de Pedagogia, organização da carga horária, nas estratégias da integralização de estudos e na grade curricular do curso de Pedagogia** nos permitiram concluir sua proximidade com o princípio defendido pela ANFOPE e constante na Proposta de Diretrizes Curriculares encaminhada ao CNE, em 2002, pelas Comissões de Especialistas, segunda a qual “a prática pedagógica, denominada na perspectiva legal de Prática de Ensino, deve constituir-se em espaço de integração teórico-prática para professores e estudantes (...) de um Projeto de Prática que envolva suas múltiplas dimensões e etapas de desenvolvimento” (2002, p. 9).

3.3 – As DCNP e sua analogia com o novo projeto do CPFE da UNICAMP

A análise das DCNP e sua analogia com a análise do PPP, operacionalizado no Programa (2008) do CPFE da UNICAMP, nos permitiu identificar a relação existente entre a concepção de profissional de educação (proposta em ambos os documentos) e os princípios de formação deste profissional defendidos pela ANFOPE.

Esta relação, demarcada na delimitação dos documentos estudados nas categorias de análise, marcaram sua aproximação com a ANFOPE pela incorporação dos seus princípios “docência como base de formação do profissional da educação”, “sólida formação teórica e interdisciplinar” e “unidade entre teoria/prática” e, por conseguinte, da sua compreensão sócio-histórica de educação e de profissional de educação.

A concepção de educação e de profissional de educação, proposta pelas DCNP e pelo projeto pedagógico do CPFE da UNICAMP, compreende a formação inicial do pedagogo como docente, gestor e pesquisador.

Esta análise nos permitiu identificar algumas diferenças entre as DCNP e o novo projeto pedagógico do CPFE, referentes:

- **A estrutura do curso de Pedagogia** é compreendida, nas DCNP, em três dimensões (um núcleo de estudos básicos; um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos e um núcleo de estudos integradores), enquanto no PPP a estrutura compõe-se de em cinco dimensões (Pesquisa e Prática Pedagógica I, II, III; Seminário de Integração Curricular I, II, III; Práticas Curriculares; Estágio Curricular e Trabalho de Conclusão de Curso I e II);
- **A organização da carga horária**, nas DCNP é previsto o mínimo de 3200 horas (2.800 horas de atividades formativas, 300 horas de estágio supervisionado e 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento),

enquanto que no PPP (2008) do CPFE prevê-se o mínimo de 3465 horas (2940 horas de disciplinas teórico-práticas, 420 horas de estágio e 105 horas de práticas curriculares);

- **As estratégias da integralização de estudos** previstas no desenvolvimento da organização curricular, nas DCNP, concretizam-se através de disciplinas teóricas e no desenvolvimento de práticas de docentes e gestão educacional, de atividades complementares e do estágio curricular. Enquanto que no PPP (2008) do CPFE é previsto a concretização das disciplinas obrigatórias (compreendidas a partir das cinco dimensões da estrutura do curso), disciplinas eletivas, de práticas curriculares e num dos seminários ofertados ao final do curso.

A identificação destas diferenças nos permitiu concluir que o novo projeto do CPFE compreende modalidades da formação do professor e do gestor não propostas pelas DNCP, como a Educação Não Formal e a Educação Especial, incorporadas na estrutura do referido curso e em suas estratégias de integralização de estudos no rol das disciplinas obrigatória. É importante ressaltar que estas modalidades não foram introduzidas no novo projeto pedagógico, faziam parte do referido curso antes desta reforma.

Foi possível identificar que as exigências legais, impostas pelas DCNP, representaram alterações consideráveis na formação proposta pelo curso em sua última reformulação de 2008. As mudanças encontradas no novo projeto pedagógico do CPFE da UNICAMP foram:

- Reestruturação do curso em cinco dimensões;
- Ampliação da carga horária do curso de 2850 horas com 190 créditos, para 3465 horas com 231 créditos;
- Ampliação da carga horária de Estágio de 300 para 420 horas;
- Retirada dos pré-requisitos para as disciplinas da grade curricular e;

- Substituição dos Núcleos Temáticos pelos Seminários Eletivos oferecidos no final do curso.

Estas mudanças possibilitaram a concretização de discussões recorrentes feitas no interior da instituição estudada, em torno da abertura do currículo para experiências não disciplinares e da concretização do estágio da docência e da gestão nos espaços escolar, não escolar e em educação não formal (PPP/CPFE da UNICAMP, 2008), que orientaram a reorganização do currículo de Pedagogia.

Tais orientações reforçam algumas das marcas deste curso, indicadas no início desta pesquisa, tais como a procura pela melhor formação do profissional da educação, como professor, gestor e pesquisador, compreendidos na dimensão pedagógica na educação escolar, não escolar e não formal e, da sua afinidade, particularmente, com os princípios da ANFOPE. Parece-nos que a identificação destas orientações nos permite afirmar a ocorrência antecipada no Curso de algumas dimensões inovadoras propostas pelas DCNP. Estes aspectos são:

1. Extinção das habilitações, visto que a partir do projeto pedagógico (1998) o curso deixou de ser dividido em duas partes (um núcleo comum composto pelas disciplinas de fundamentos e um específico destinado à habilitação pretendida) para ser integralizado em 08 semestres, conforme sugestão da unidade para o cumprimento do currículo pleno, sendo 12 semestres o prazo máximo para integralização;
2. Incorporação da disciplina de metodologia da pesquisa, no Programa do CPFE da UNICAMP desde sua criação, em 1974. Esta incorporação teve como objetivo iniciar a formação do pesquisador-pedagogo e, constituiu uma idéia original do referido curso. Posteriormente, em 1998, a carga horária da disciplina de Metodologia da Pesquisa em Ciências da Educação de 6 para 8 créditos e, em 2008, volta a ser reduzida para 6 créditos constituindo-se numa perda considerável a formação do pesquisador-pedagogo. Outra dimensão da pesquisa referente à compreensão do

espaço escolar como objeto de estudo (pesquisa) para a formação do professor pode ser evidenciada no interior do CPFE, primeiramente em discussões suscitadas pelo I Seminário de Educação Brasileira realizado, em 1978, no seu interior. O documento final deste I Seminário indicou como uma das causas da desorganização dos cursos de Pedagogia da época, a desvinculação da teoria e prática, sugerindo, como uma das alternativas de solução, a vinculação da teoria com a prática desde o início do curso (CEDES: Relatórios finais dos grupos de estudos, 1978). Tal discussão repercutiu, timidamente, no projeto pedagógico (1979) do referido curso, na introdução das Metodologias Específicas como disciplinas eletivas da Habilitação escolhida. Posteriormente, estas disciplinas foram instituídas no projeto pedagógico (1984) como obrigatórias e tiveram a carga horária ampliada de 4 horas para 8 horas (4 teóricas e 4 práticas) aproximando a formação teórica e prática do espaço escolar. Em 1992, esta compreensão do espaço escolar como objeto de pesquisa ganha destaque, no interior do curso, com a introdução no projeto pedagógico das disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica I, II e III, que também procuravam aproximar a formação teórica e prática. Estas disciplinas são substituídas no projeto pedagógico (1998) pelas disciplinas de Pesquisa Pedagógica, com o intuito de, introduzir o estudante “às linguagens de acesso às diferentes fontes de produção da pesquisa educacional” (PPP/CPFE da UNICAMP, 1998: 12) e, em 2008, volta a ser chamada de Pesquisa e Prática Pedagógica.

3. Introdução das tecnologias no campo da educação, (Resol. CNE/CP n. 1/2006, inciso VII do artigo 5º), prevendo ao egresso do curso de Pedagogia a capacidade “de relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas”. No

CPFE da UNICAMP a introdução das tecnologias foram conseqüências de pesquisas desenvolvidas pelos laboratórios criados na referida FE. Estes laboratórios são: a) **Laboratório de Educação e Informática Aplicada – LEIA** (1989), dedica-se a pesquisa e ao desenvolvimento na área de informática em Educação; b) **Laboratório Interdisciplinar de Tecnologias Educacionais – LITE** [1990?], contribuiu para a criação da sala de **videoconferência** e foi responsável pela criação do **Programa de Apoio Pedagógico na Relação Educação e Tecnologia – PAPET** (1999), “em sua primeira fase, denominada PAD - Programa de Apoio Pedagógico, resultou do conjunto de experimentos da inclusão das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) em situações de cursos presenciais de formação da FE. A segunda fase do programa, já então com a denominação atual Programa de apoio pedagógico na relação educação e tecnologia – PAPET – foi iniciada em 2002, caracterizando-se como pesquisa aplicada de apoio ao ensino, resultante do desdobramento da Pesquisa Interdisciplinar – SAPIENS – na área de Tecnologias e Educação, desenvolvida de 1999” (PINO, 2009) e; c) **Laboratório de Novas Tecnologias Educacionais – LANTEC** (2004) com “o desenvolvimento de projetos na área de Educação e Tecnologia Digital Interativa, centrada na sistematização da linguagem do vídeo digital interativo em projetos pedagógicos, bem como o desenvolvimento de conteúdo educacional para a TV Digital com possibilidades interativas aplicadas à educação presencial e a distância além da construção de bibliotecas escolares digitais interativas” (LANTEC, 2002). No projeto pedagógico (1998) do CPFE da UNICAMP é ofertada a disciplina EP141 Comunicação, alterada, em 2008, para Educação e Tecnologias cuja abordagem interdisciplinar, propõe o tratamento das tecnologias de comunicação e informação no ambiente educativo (PPP/CPFE da UNICAMP, 2008).

A análise da analogia das DCNP com o novo projeto pedagógico do CPFE da UNICAMP nos permitiu concluir que a concepção de educação e de profissional de educação proposta em ambos os documentos, aproximam-se da compreensão sócio-histórica defendida pela ANFOPE, identificada na incorporação de alguns de seus princípios. Identificamos também, que os dois documentos se propõem a formar o professor, gestor e pesquisador. Entretanto, o CPFE vai além e, se diferencia das DCNP ao incorporar as modalidades de formação Educação Não Formal e Educação Especial, compreendida nas DCNP, apenas a modalidade de Educação Especial, por questões passíveis de serem aprofundadas.

Considerações Finais

Entendendo a relevância da formação inicial de profissionais de educação para o desenvolvimento da Educação Básica com qualidade, buscou-se nesta pesquisa analisar a relação que as DCNP e o novo projeto pedagógico do CPFE da UNICAMP constituíram em torno da concepção de educação e de profissional de educação, através da compreensão e análise das relações que eles estabeleceram, tanto no movimento de aproximação, quanto no movimento dos distanciamentos, em volta do que cada um deles se propõe a formar com os princípios propostos e defendidos pela ANFOPE.

Escolhemos para o desenvolvimento desta pesquisa a estratégia metodológica “Análise de Conteúdo” dos documentos da DCNP e do novo projeto pedagógico do CPFE da UNICAMP, pois acreditávamos ser esta a que melhor atendia as questões colocadas neste estudo. De fato, a análise que se seguiu nos permitiu identificarmos que ambos os documentos incorporaram princípios propostos e defendidos pela ANFOPE, caracterizando a proximidade da formação proposta por eles com a concepção histórico-social de educação e de profissional de educação defendida por esta Entidade Científica.

A pesquisa revelou a importância desta proximidade para o desenvolvimento da Educação Básica de qualidade, constituída no fato de que as DCNP ao imprimirem princípios, normas e regulações, poderá acentuar transformações sociais condizentes com a formação, do professor, do gestor e do pesquisador, pressupostas nos princípios incorporados da “docência como base de formação do profissional da educação”, da “sólida formação teórica e interdisciplinar” e da “unidade entre teoria/prática”, tendo em vista a concepção de um novo projeto pedagógico que esta pressupõe aos cursos de Pedagogia.

Em consonância com a exigência legal imposta pelas Diretrizes, o CPFE da UNICAMP iniciou sua reformulação. Na análise efetuada no documento, resultante desta

reforma, identificamos que os princípios incorporados no novo projeto pedagógico do curso estudado, da ANFOPE, são decorrentes de reformas anteriores (1991-92 e 1998). Também foram identificadas alterações consideráveis no curso, impostas pelas DCNP, como a reestruturação do curso em cinco dimensões, a ampliação da sua carga horária de 2850 para 3465 horas, a ampliação da carga horária de Estágio de 300 para 420 horas e a retirada dos pré-requisitos para as disciplinas do currículo, as quais aperfeiçoam os subsídios teóricos e práticos necessários para a efetivação dos princípios incorporados e objetiva maior flexibilidade e autonomia ao estudante na escolha das disciplinas.

Nossa pesquisa explicitou o entrosamento do CPFE da UNICAMP, ao longo da sua trajetória, com setores de Movimentos da Sociedade brasileira organizados em Entidades Educacionais e Científicas, em prol da reorganização e recomposição do campo da educação e da sua afinidade, em particular com a ANFOPE, evidenciada em diversos momentos do curso pela busca da melhor formação do pedagogo, característica que permitiu que este curso se mantivesse a frente das exigências legais impostas pelo poder instituído ora do MEC, ora do CFE e ora do CNE, como pudemos verificar em suas reformulações de 1979, 1983-84, 1991-92, 1998 e 2008.

Tais reformulações permitiram-nos reconhecer novas descobertas e apontamentos, decorrentes entre outros das reformas de:

- 1979 com a incorporação das disciplinas Sociologia Geral e Sociologia da Educação ao núcleo comum, suscitada pela concepção epistemológica das Ciências da Educação, que fundamentou a mudança interna do Departamento de Sociologia da Educação que passou a se chamar Departamento de Ciências Sociais Aplicadas à Educação;
- 1983-84 ao ofertar a Habilitação de Especialista em Educação Pré-Escolar;

- 1991-92 responsável pela introdução da modalidade de Educação Especial à formação docente ao curso diurno e da instituição do curso noturno. Ambos os cursos (noturno e diurno) caracterizaram-se pela articulação da teoria com a prática social da docência, refletindo as posições defendidas pelas ANFOPE;
- 1998 quando o curso extinguiu as habilitações e integrou os princípios “sólida formação teórica”, “articulação teoria/prática” e “pesquisa como parte indissociável da formação” da ANFOPE tornando mais veemente a sua afinidade com esta Entidade Científica.

Foi possível apreender, a partir de tais descobertas e apontamentos, a ocorrência antecipada no CPFE da UNICAMP de algumas dimensões inovadoras, propostas pelas DCNP, como a extinção das habilitações, incorporação da disciplina de metodologia da pesquisa e a introdução das tecnologias no campo da educação no seu Programa de Curso. A importância destas antecipações consubstancia-se no fato das DCNP acentuarem possibilidades de transformações sociais. Além disso, a análise do novo projeto pedagógico (2008) do CPFE nos permitiu identificar que a formação do professor, gestor e pesquisador, compreendem dimensões do trabalho pedagógico não formal, não abordada pelas Diretrizes.

Concluimos com a indicação de alguns limites identificados no decorrer desta pesquisa referentes à análise da reorganização do Programa do novo projeto pedagógico do CPFE da UNICAMP e; a questões referentes ao trabalho coletivo e formação continuada, os quais sugerem novas pesquisas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Documentos:

ANFOPE; ANPAE; ANPED; CEDES; EXECUTIVA NACIONAL dos ESTUDANTES de PEDAGOGIA; FORUNDIR. **Documento das Entidades Sobre a Resolução do CNE.**

Brasília, 2005. Disponível em:

<http://ced.ufsc.br/pedagogia/Documentos%20das%20entidades/DocumentoEntidades2005.htm>. Acesso em: 20 de março de 2009a.

ANFOPE; ANPAE; ANPED; CEDES; FORUNDIR e FÓRUM NACIONAL em DEFESA da FORMAÇÃO do PROFESSOR. **Posicionamento conjunto das entidades na reunião de consulta com o setor acadêmico, no âmbito do programa especial "Mobilização nacional por uma nova educação básica".** Brasília, 2001. Disponível em: <http://lite.fae.unicamp.br/anfope/>. Acesso em: 14 de março de 2008 a.

ANFOPE. **I Encontro Nacional da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação.** Avaliação da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores, 1984. Disponível em:

[http://lite.fae.unicamp.br/anfope/menu2/links/arquivos/CNCBE\[2\].doc](http://lite.fae.unicamp.br/anfope/menu2/links/arquivos/CNCBE[2].doc).

Acesso em 20 de março de 2009b.

_____. **IX Encontro Nacional da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação.** Campinas, 1998. Disponível em

<http://www.lite.fae.unicamp.br/anfope>. Acesso em 20 de março de 2009c.

_____. **XII Encontro Nacional da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação.** Brasília, 2004. Disponível em

<http://www.lite.fae.unicamp.br/anfope>. Acesso em 10 de abril de 2009 a.

_____. **VII Seminário Nacional Sobre a Formação dos Profissionais da Educação.** Brasília, 2005. disponível em: <http://lite.fae.unicamp.br/anfope/> Acesso em: 10 de abril de 2009b.

CEDES, **Relatórios finais dos grupos de estudos.** Campinas, 20-22 de novembro de 1978 Faculdade de Educação – UNICAMP. (Acervo Arquivo Setorial da FE).

COMISSÃO de ESPECIALISTAS de ENSINO de PEDAGOGIA (CEEP) e COMISSÃO de ESPECIALISTAS de FORMAÇÃO de PROFESSORES. **Proposta de diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia.** Brasília, 2002. Disponível em:

http://lite.fae.unicamp.br/anfope/menu2/links/doc_aocne_proposta.htm. Acesso em: 25 de out. de 2008.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. **Resolução CNE/CP n.1/2006, de 15 de maio de 2006.** Institui Diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em pedagogia, licenciatura. Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf. Acesso em: 20 de ago. 2008 a.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP n.3/2006, de 21 de fevereiro de 2006.** Reexame do Parecer CNE/CP n.5/2005, que trata das Diretrizes

Curriculares Nacionais para o curso de graduação em pedagogia, licenciatura. Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp003_06.pdf. Acesso em: 20 de ago. 2008b.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Conselho Pleno. **Parecer CNE/CP n.5/2005, de 13 de dezembro de 2005**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em pedagogia, licenciatura. Reladoras: Célia Brandão Alvarenga Craveiro e petronilha Beatriz Gonçalves e Silva. Diário Oficial da União, Brasília, 2006.

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pcp_0505.pdf. Acesso em: 20 de ago. 2008c.

COORDENAÇÃO DE PEDAGOGIA. **Caderno de informações**. [Campinas], 2008.

DECISE, [projeto político pedagógico]. Campinas [2006].

Projeto político pedagógico do curso de Pedagogia da Unicamp 1998. [Campinas]. (Coordenação de Graduação da FE)

Projeto político pedagógico do curso de Pedagogia da Unicamp 2008. [Campinas]. (Coordenação de Graduação da FE)

UNICAMP. **Catálogos dos Cursos de graduação**: 1974, 1979, 1984 e 1992. Campinas. (Acervo Arquivo Setorial da FE).

UNICAMP. **Catálogos dos Cursos de graduação: 2008, 2009**. Campinas. Disponível em: <http://www.dac.unicamp.br/portal/grad/catalogos/index.html> Acesso em: 16 julho de 2008

Livros, artigos, dissertações e teses:

AGUIAR, Márcia Angela da S., BRZEZINSKI, Iria, FREITAS, Helena Costa L. SILVA, M. S. P. da e PINO, Ivany Rodrigues. Diretrizes curriculares do curso de pedagogia no Brasil: disputas de projetos no campo da formação do profissional da educação. **Educação e Sociedade**, 96, v 27, Campinas: CEDES, out. 2006, p.819-842.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a10v2796.pdf>. Acesso em: 14 de março de 2008b.

- ALMEIDA, Luana Costa. **Curso de Pedagogia da UNICAMP**: imagens da formação sob a ótica da prática profissional de seus formandos. Trabalho de conclusão de Curso. Campinas, Faculdade de educação da UNICAMP, 2004.

_____. **Curso de Pedagogia da Unicamp**: marcas de formação. Dissertação de Mestrado. Campinas-SP, Faculdade de Educação da Unicamp, 2008.

ANDRÉ, Marli E. D. A. Estudo de Caso: seu potencial na educação. **Cadernos de Pesquisa** (49): 51, maio 1984.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa; Portugal: Edições 70, 4ª ed, 2005.

BORDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto: Porto, 1994.

BRZEZINSKI, Iria. **Pedagogia, pedagogos e formação de professores: busca e movimento**. Campinas, SP: Papirus, 1996. – (coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

_____. Formação de professores para a educação básica e o curso de Pedagogia: a tensão entre instituído e instituinte. **Revista brasileira de política e administração da educação - RBPAE**, 2, v 23, Porto Alegre: ANPAE, maio./ago. 2007, p.229 - 252.

_____. Políticas contemporâneas de formação de professores para os anos iniciais do ensino fundamental. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 29, n. 105, dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a10.pdf>. Acesso em 30 de março de 2009.

CASTRO, Marli de. A formação de professores e gestores para os anos iniciais da educação básica: das origens às diretrizes curriculares nacionais. **Revista brasileira de política e administração da educação - RBPAE**, 2, v 23, Porto Alegre: ANPAE, maio./ago. 2007, p.199-227.

COUTINHO, Luciana Cristina Salvatti. **Curso de Pedagogia da UNICAMP: processo de reformulação curricular**. Trabalho de conclusão de Curso. Campinas, Faculdade de educação da UNICAMP, 2002.

FRANCO, Maria Laura P. B. **Análise do conteúdo**. Brasília: Plano Editora, 2003.

FRANCO, Maria Amélia Santoro; LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Elementos para a formulação de diretrizes curriculares para cursos de pedagogia. **Cad. Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 130, Abril. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n130/05.pdf> Acesso em 14 de março de 2008c.

FREITAS, Helena Costa Lopes de. A reforma do Ensino Superior no campo da formação dos profissionais da educação básica: as políticas educacionais e o movimento dos educadores. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 20, n. 68, Dez. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a02v2068.pdf> Acesso em 12 de abril de 2009a.

_____, Helena Costa Lopes de. A (nova) política de formação de professores: a prioridade postergada. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, Out. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2628100.pdf> Acesso em 12 de abril de 2009b.

JAMATI, V. I. Ciências da educação: um plural importante quando se trata de pesquisa. **Teoria e Educação**, 5, 1992, p.170-173.

LIBÂNEO, José Carlos. Diretrizes curriculares da pedagogia: imprecisões teóricas e concepções estreitas da formação profissional de educadores. **Educ. e Soc.**, v 27, n. 96, Campinas, out. 2006, p. 843-876.
Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/es/v27n96/a11v2796.pdf> . Acesso em: 14 de março de 2008d.

_____. Educação: pedagogia e didática – o campo investigativo da pedagogia e da didática no Brasil: esboço histórico e buscas de identidade epistemológica e profissional. IN:

PIMENTA, S. G. (org). **Didática e formação de professores percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal**. São Paulo: Cortez, 1997, p.77-129

LIBÂNEO, J. C.; PIMENTA, S. G. Formação de profissionais da educação: visão crítica e perspectiva de mudança. **Educ. e Soc.**, Campinas, v.20. n.68, p.239-77, 1999.

PINO, Ivany Rodrigues. **Memórias: um olhar sobre as relações Educação e Sociedade – 1978 a 1995**. Tese de Doutorado. Campinas-SP, Faculdade de Educação da Unicamp, 2007 (mimeo).

SAVIANI, D. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados, 1987.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica**. Campinas: Autores Associados, 1995.

SCHEIBE, Leda. Diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia: uma solução negociada. **Revista brasileira de política e administração da educação - RBPAE**, 2, v 23, Porto Alegre: ANPAE, maio./ago. 2007, p.277-292.

SILVA, Carmem Silvia Bissolli da Silva. **Curso de Pedagogia no Brasil: história e identidade**. Campinas,SP: Autores Associados, 1999. – (coleção polêmicas do nosso tempo; 66).

TARDIF, Maurício. Princípios para guiar a aplicação dos programas de formação inicial para o ensino. In BONIN, I. T., EGGERT, E., PERES, E. e TRAVERSINI, C. S. **Trajetória e processos de ensinar e aprender: didática e formação de professores**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008, p.17-46.

Publicações em jornais:

Inicia-se amanhã:: Seminário sobre Educação. [Campinas], [19 nov. 1978?]. (Acervo Arquivo Setorial da FE).

Pedagogia Brasileira em debate na Unicamp. [Campinas], [1978?]. (Acervo Arquivo Setorial da FE).

Seminário de Educação: Conclusões hoje, na UNICAMP. **Correio Popular**, Campinas, p. 10, 23 nov. 1978. (Acervo Arquivo Setorial da FE)

SUGIMOTO, Luiz. “Educação e Sociedade” chega ao número 100. **Jornal da Unicamp**, Campinas, Edição 381- 26 nov. a 2 dez. 2007, p.3. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/novembro2007/ju381pag03.html. Acesso em 16 set. 2008.

UNICAMP: A Educação Brasileira em xeque e a ausência de P. Freire. **Jornal da Unicamp** [Campinas], [21 nov. 1978?]. (Acervo Arquivo Setorial da FE).

Videoconferências:

ANDRÉ, Marli. Videoconferência: **Estudo de Caso**. Coordenadora Ivany Rodrigues Pino, ponto de conexão laboratório de videoconferências da FE/UNICAMP, 06/05/2007. Disponível em: <http://www.lite.fae.unicamp.br/videoconferencias/index.html>. Acesso em: 20 abril 2009a.

GATTI, Bernardete. Videoconferência: **Pesquisa Qualitativa: Fundamentos e Características**. Coordenadora Ivany Rodrigues Pino, ponto de conexão laboratório de videoconferências da FE/UNICAMP, 27/03/2007. Disponível em: <http://www.lite.fae.unicamp.br/videoconferencias/index.html>. Acesso em: 20 abril 2009b.

LUKDE, Menga. Videoconferência: **Pesquisa Qualitativa: Fundamento e Características**. Coordenadora Ivany Rodrigues Pino, ponto de conexão laboratório de videoconferências da FE/UNICAMP, 2007. Disponível em: <http://www.lite.fae.unicamp.br/videoconferencias/index.html>. Acesso em: 20 abril 2009c.

Homepages:

LANTEC. **Diretório dos grupos de pesquisas no Brasil**. 2002. Apresenta Repercussões dos trabalhos do grupo. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0079708UGU4HSF>. Acesso em: 04 ago. 2009 a.

LEIA. **Diretório dos grupos de pesquisas no Brasil**. 1989. Apresenta Repercussões dos trabalhos do grupo. Disponível em: <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/detalhegrupo.jsp?grupo=0079708JCED2FX>. Acesso em: 04 ago. 2009 b.

PINO, Ivany Rodrigues. **Currículo do Sistema Lattes**. Certificado em 09 mar. 2009. Apresenta o projeto de pesquisa PAPET. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/6411733800425516>. Acesso em: 04 ago. 2009 c.

ANEXOS

ANEXO I – Resolução CNE/CP n. 01/2006 (DCNP)

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

CONSELHO PLENO

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 15 DE MAIO DE 2006. (*)

Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 9º, § 2º, alínea “e” da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, com a redação dada pela Lei nº 9.131, de 25 de novembro de 1995, no art. 62 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e com fundamento no Parecer CNE/CP nº 5/2005, incluindo a emenda retificativa constante do Parecer CNE/CP nº 3/2006, homologados pelo Senhor Ministro de Estado da Educação, respectivamente, conforme despachos publicados no DOU de 15 de maio de 2006 e no DOU de 11 de abril de 2006, resolve:

Art. 1º A presente Resolução institui Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, definindo princípios, condições de ensino e de aprendizagem, procedimentos a serem observados em seu planejamento e avaliação, pelos órgãos dos sistemas de ensino e pelas instituições de educação superior do país, nos termos explicitados nos Pareceres CNE/CP nos 5/2005 e 3/2006.

Art. 2º As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia aplicam-se à formação inicial para o exercício da docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, e em cursos de Educação Profissional na

área de serviços e apoio escolar, bem como em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

§ 1º Compreende-se a docência como ação educativa e processo pedagógico metódico e intencional, construído em relações sociais, étnico-raciais e produtivas, as quais influenciam conceitos, princípios e objetivos da Pedagogia, desenvolvendo-se na articulação entre conhecimentos científicos e culturais, valores éticos e estéticos inerentes a processos de aprendizagem, de socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo.

§ 2º O curso de Pedagogia, por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, propiciará:

I - o planejamento, execução e avaliação de atividades educativas;

II - a aplicação ao campo da educação, de contribuições, entre outras, de conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental ecológico, o psicológico, o lingüístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural.

Art. 3º O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética.

Parágrafo único. Para a formação do licenciado em Pedagogia é central:

I - o conhecimento da escola como organização complexa que tem a função de promover a educação para e na cidadania;

II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional;

III - a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino.

Art. 4º O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos.

Parágrafo único. As atividades docentes também compreendem participação na organização e gestão de sistemas e instituições de ensino, englobando:

I - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de tarefas próprias do setor da Educação;

II - planejamento, execução, coordenação, acompanhamento e avaliação de projetos e experiências educativas não-escolares;

III - produção e difusão do conhecimento científico-tecnológico do campo educacional, em contextos escolares e não-escolares.

Art. 5º O egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto a:

I - atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;

II - compreender, cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, de forma a contribuir, para o seu desenvolvimento nas dimensões, entre outras, física, psicológica, intelectual, social;

III - fortalecer o desenvolvimento e as aprendizagens de crianças do Ensino Fundamental, assim como daqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;

IV - trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;

- V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- VI - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- VIII - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras;
- X - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental- ecológica, étnico-racial, de gêneros, faixas geracionais, classes sociais, religiões, necessidades especiais, escolhas sexuais, entre outras;
- XI - desenvolver trabalho em equipe, estabelecendo diálogo entre a área educacional e as demais áreas do conhecimento;
- XII - participar da gestão das instituições contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;
- XIII - participar da gestão das instituições planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
- XIV - realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos, entre outros: sobre alunos e alunas e a realidade sociocultural em que estes desenvolvem suas experiências não escolares; sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental- ecológicos; sobre propostas curriculares; e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas;

XV - utilizar, com propriedade, instrumentos próprios para construção de conhecimentos pedagógicos e científicos;

XVI - estudar, aplicar criticamente as diretrizes curriculares e outras determinações legais que lhe caiba implantar, executar, avaliar e encaminhar o resultado de sua avaliação às instâncias competentes.

§ 1º No caso dos professores indígenas e de professores que venham a atuar em escolas indígenas, dada a particularidade das populações com que trabalham e das situações em que atuam, sem excluir o acima explicitado, deverão:

I - promover diálogo entre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprias à cultura do povo indígena junto a quem atuam e os provenientes da sociedade majoritária;

II - atuar como agentes interculturais, com vistas à valorização e o estudo de temas indígenas relevantes.

§ 2º As mesmas determinações se aplicam à formação de professores para escolas de remanescentes de quilombos ou que se caracterizem por receber populações de etnias e culturas específicas.

Art. 6º A estrutura do curso de Pedagogia, respeitadas a diversidade nacional e a autonomia pedagógica das instituições, constituir-se-á de:

I - um núcleo de estudos básicos que, sem perder de vista a diversidade e a multiculturalidade da sociedade brasileira, por meio do estudo acurado da literatura pertinente e de realidades educacionais, assim como por meio de reflexão e ações críticas, articulará:

a) aplicação de princípios, concepções e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, com pertinência ao campo da Pedagogia, que contribuam para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;

b) aplicação de princípios da gestão democrática em espaços escolares e não escolares;

- c) observação, análise, planejamento, implementação e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais, em ambientes escolares e não-escolares;
- d) utilização de conhecimento multidimensional sobre o ser humano, em situações de aprendizagem;
- e) aplicação, em práticas educativas, de conhecimentos de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biossocial;
- f) realização de diagnóstico sobre necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade, relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-lo nos planos pedagógico e de ensino aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas;
- g) planejamento, execução e avaliação de experiências que considerem o contexto histórico e sociocultural do sistema educacional brasileiro, particularmente, no que diz respeito à Educação Infantil, aos anos iniciais do Ensino Fundamental e à formação de professores e de profissionais na área de serviço e apoio escolar;
- h) estudo da Didática, de teorias e metodologias pedagógicas, de processos de organização do trabalho docente;
- i) decodificação e utilização de códigos de diferentes linguagens utilizadas por crianças, além do trabalho didático com conteúdos, pertinentes aos primeiros anos de escolarização, relativos à Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia, Artes, Educação Física;
- j) estudo das relações entre educação e trabalho, diversidade cultural, cidadania, sustentabilidade, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;
- k) atenção às questões atinentes à ética, à estética e à ludicidade, no contexto do exercício profissional, em âmbitos escolares e não-escolares, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;

l) estudo, aplicação e avaliação dos textos legais relativos à organização da educação nacional;

II - um núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos voltado às áreas de atuação profissional priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições e que, atendendo a diferentes demandas sociais, oportunizará, entre outras possibilidades:

a) investigações sobre processos educativos e gestoriais, em diferentes situações institucionais: escolares, comunitárias, assistenciais, empresariais e outras;

b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;

c) estudo, análise e avaliação de teorias da educação, a fim de elaborar propostas educacionais consistentes e inovadoras;

III - um núcleo de estudos integradores que proporcionará enriquecimento curricular e compreende participação em:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, monitoria e extensão, diretamente orientados pelo corpo docente da instituição de educação superior;

b) atividades práticas, de modo a propiciar vivências, nas mais diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamentos e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) atividades de comunicação e expressão cultural.

Art. 7º O curso de Licenciatura em Pedagogia terá a carga horária mínima de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, assim distribuídas:

I - 2.800 horas dedicadas às atividades formativas como assistência a aulas, realização de seminários, participação na realização de pesquisas, consultas a bibliotecas e centros de documentação, visitas a instituições educacionais e culturais, atividades práticas de diferente natureza, participação em grupos cooperativos de estudos;

II - 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição;

III - 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos alunos, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria.

Art. 8º Nos termos do projeto pedagógico da instituição, a integralização de estudos será efetivada por meio de:

I - disciplinas, seminários e atividades de natureza predominantemente teórica que farão a introdução e o aprofundamento de estudos, entre outros, sobre teorias educacionais, situando processos de aprender e ensinar historicamente e em diferentes realidades socioculturais e institucionais que proporcionem fundamentos para a prática pedagógica, a orientação e apoio a estudantes, gestão e avaliação de projetos educacionais, de instituições e de políticas públicas de Educação;

II - práticas de docência e gestão educacional que ensejem aos licenciandos a observação e acompanhamento, a participação no planejamento, na execução e na avaliação de aprendizagens, do ensino ou de projetos pedagógicos, tanto em escolas como em outros ambientes educativos;

III - atividades complementares envolvendo o planejamento e o desenvolvimento progressivo do Trabalho de Curso, atividades de monitoria, de iniciação científica e de extensão, diretamente orientadas por membro do corpo docente da instituição de educação superior decorrentes ou articuladas às disciplinas, áreas de conhecimentos, seminários, eventos científico-culturais, estudos curriculares, de modo a propiciar vivências em algumas modalidades e experiências, entre outras, e opcionalmente, a educação de pessoas com necessidades especiais, a educação do campo, a educação indígena, a educação em

remanescentes de quilombos, em organizações não-governamentais, escolares e não-escolares públicas e privadas;

IV - estágio curricular a ser realizado, ao longo do curso, de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências:

- a) na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente;
- b) nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal;
- c) na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar;
- d) na Educação de Jovens e Adultos;
- e) na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos;
- f) em reuniões de formação pedagógica.

Art. 9º Os cursos a serem criados em instituições de educação superior, com ou sem autonomia universitária e que visem à Licenciatura para a docência na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos, deverão ser estruturados com base nesta Resolução.

Art. 10. As habilitações em cursos de Pedagogia atualmente existentes entrarão em regime de extinção, a partir do período letivo seguinte à publicação desta Resolução.

Art. 11. As instituições de educação superior que mantêm cursos autorizados como Normal Superior e que pretenderem a transformação em curso de Pedagogia e as instituições que já oferecem cursos de Pedagogia deverão elaborar novo projeto pedagógico, obedecendo ao contido nesta Resolução.

§ 1º O novo projeto pedagógico deverá ser protocolado no órgão competente do respectivo sistema ensino, no prazo máximo de 1 (um) ano, a contar da data da publicação desta Resolução.

§ 2º O novo projeto pedagógico alcançará todos os alunos que iniciarem seu curso a partir do processo seletivo seguinte ao período letivo em que for implantado.

§ 3º As instituições poderão optar por introduzir alterações decorrentes do novo projeto pedagógico para as turmas em andamento, respeitando-se o interesse e direitos dos alunos matriculados.

§ 4º As instituições poderão optar por manter inalterado seu projeto pedagógico para as turmas em andamento, mantendo-se todas as características correspondentes ao estabelecido.

Art. 12. Concluintes do curso de Pedagogia ou Normal Superior que, no regime das normas anteriores a esta Resolução, tenham cursado uma das habilitações, a saber, Educação Infantil ou anos iniciais do Ensino Fundamental, e que pretendam complementar seus estudos na área não cursada poderão fazê-lo.

§ 1º Os licenciados deverão procurar preferencialmente a instituição na qual cursaram sua primeira formação.

§ 2º As instituições que vierem a receber alunos na situação prevista neste artigo serão responsáveis pela análise da vida escolar dos interessados e pelo estabelecimento dos planos de estudos complementares, que abrangerão, no mínimo, 400 horas.

Art. 13. A implantação e a execução destas diretrizes curriculares deverão ser sistematicamente acompanhadas e avaliadas pelos órgãos competentes.

Art. 14. A Licenciatura em Pedagogia, nos termos dos Pareceres CNE/CP nos 5/2005 e 3/2006 e desta Resolução, assegura a formação de profissionais da educação prevista no art. 64, em conformidade com o inciso VIII do art. 3º da Lei nº 9.394/96.

§ 1º Esta formação profissional também poderá ser realizada em cursos de pós-graduação, especialmente estruturados para este fim e abertos a todos os licenciados.

§ 2º Os cursos de pós-graduação indicados no § 1º deste artigo poderão ser complementarmente disciplinados pelos respectivos sistemas de ensino, nos termos do parágrafo único do art. 67 da Lei nº 9.394/96.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a Resolução CFE nº 2, de 12 de maio de 1969, e demais disposições em contrário.

EDSON DE OLIVEIRA NUNES

Presidente do Conselho Nacional de Educação

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
CURSO DE PEDAGOGIA
2008

Coordenadora:

Profa. Dra. Ângela Fátima Soligo

Coordenadora Associada:

Profa. Dra. Maria Márcia Sigríst Malavasi

ABRIL

/

2007

DIRETOR

Prof. Dr. Jorge Megid Neto

DIRETORA ASSOCIADA

Profa. Dra. Regina Maria de Souza

COMISSÃO DE PEDAGOGIA:

Profa. Dra. Ângela Fátima Soligo – Coordenadora

Profa. Dra. Maria Márcia Sigrist Malavasi – Coordenadora Associada

Profa. Dra. Ana Lúcia Goulart de Faria – Representante DECISE

Profa. Dra. Anna Regina Lanner de Moura – Representante DEPRAC

Prof. Dr. Carlos Eduardo Albuquerque Miranda – Representante DELART

Profa. Dra. Rosely Palermo Brenelli – Representante DEPE

Prof. Dr. Sílvio Ancizar Sanches Gamboa – Representante DEFHE

Prof. Dr. Zacarias Pereira Borges – Representante DEPASE

Débora Imada de Jesus – Representante Discente

Luciane Grandin – Pedagoga da Coordenação de Graduação

GT – REFORMULAÇÃO DO CURSO DE PEDAGOGIA:

Prof. Dr. Guilherme do Val Toledo Prado – DEPRAC

Profa. Dra. Ivany Rodrigues Pino – DECISE

Profa. Dra. Márcia Maria Strazzacappa Hernandez - DELART

Prof. Dr. Pedro Ganzeli - DEPASE

Profa. Dra. Telma Pileggi Vinha - DEPE

(Mais todos os membros da Comissão de Pedagogia)

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO DOCUMENTO FINAL:

Profa. Dra. Ângela Fátima Soligo (Coordenadora de Pedagogia)

Profa. Dra. Maria Márcia Sigrist Malavasi (Coordenadora Associada de Pedagogia)

Luciane Grandin (Mestranda em Educação e Pedagoga da Coordenação de Graduação)

Luana Costa Almeida (Mestranda em Educação)

SUMÁRIO

1. Curso de Pedagogia: História e Identidade.....	04
1.1. Surgimento do curso de Pedagogia no contexto nacional.....	05
1.2. As Faculdades de Educação como locus na formação do pedagogo.....	07
1.3. O Movimento dos Educadores nos debates para definição do curso.....	08
1.4. O reflexo das discussões do Movimento dos Educadores nas IES.....	13
1.5. As legislações que regulamentam a formação do pedagogo: duas legislações, duas concepções?.....	13
2. Curso de Pedagogia da FE / Unicamp.....	17
3. As Diretrizes Curriculares para o curso de Pedagogia e as demandas para o atual currículo.....	19
4. Proposta curricular do curso de Pedagogia.....	22
4.1. Perfil do profissional.....	22
4.2. Integralização.....	22
4.3. Conhecimentos teóricos e práticos e compromissos esperados para o profissional pedagogo.....	23
5. Disciplinas e Grade curricular.....	26

1. CURSO DE PEDAGOGIA: HISTÓRIA E IDENTIDADE¹⁰

A preocupação com a formação dos educadores no interior do curso de pedagogia é alvo de reflexão e investigação de muitos estudiosos da área (Fávero, 1987; Gadotti e Pino, 1979; Franco e Balleta, 1979; Freitas, 2002; Brzezinski, 1996 e Silva, 2003), não sendo poucas as críticas e propostas de reformulação para tais cursos, já que a complexidade da identidade desse profissional acarreta diferentes propostas de formação, segundo os diferentes entendimentos da especificidade do profissional formado.

O curso de Pedagogia, desde sua criação e no decorrer de sua história (no Brasil), é marcado pela incerteza quanto à sua finalidade e, dessa forma, pela incerteza de que profissional deveria formar: deveria ocupar-se da formação de professores (magistério)? Deveria ocupar-se da formação de especialistas (curso técnico)? Deveria ocupar-se da formação de professores e de especialistas (habilitações)? Ou deveria ocupar-se da formação de professores/especialistas (educadores cuja base da formação é a docência)?

Em decorrência dessa incerteza, muitas foram as propostas e implementações desde sua criação na década de 1930 até os dias atuais, sendo a conformação das políticas de Formação dos Profissionais da Educação, em nosso país, entendida como o resultado do embate entre duas forças. A primeira delas, denominada Poder Instituído, baseia-se em conceitos como capacitação em serviço, treinamento dos professores e formação de especialistas voltados para a necessidade do mercado de trabalho com o objetivo de aumentar a produtividade; é representada pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) e o Conselho Federal de Educação (CFE). A segunda diz respeito aos Movimentos dos Educadores e se apóia nos conceitos de escola como instituição social, lugar de produção de conhecimentos historicamente construídos, em sua relação com a sociedade, seu papel social entendido como um ato político, sendo o educador um agente **transformador da realidade**; é representada por organizações de grupos de educadores em torno das políticas de formação. Essas instâncias representativas passam por três momentos organizacionais com características diferenciadas: Comitê Nacional Pró-Formação do Educador (1980 a 1983), Comissão

¹⁰ Os itens 1 e 2 deste Projeto fazem parte do texto da dissertação, em andamento, da mestranda Luana Costa Almeida, sob orientação da Profa. Dra. Maria Márcia S. Malavasi, coordenadora associada da Pedagogia.

Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação do Educador (Conarcfe – 1983 a 1990) e Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope – 1990 até os dias atuais).¹¹

É através dessas duas forças e de suas conquistas e retrocessos que os cursos de pedagogia, assim como a atuação profissional e formação esperada desses cursos vão sendo forjadas nacionalmente (através de implementações legais) e pontualmente (dentro dos cursos e Faculdades de Educação), no contexto educacional brasileiro.

1.1) Surgimento do curso de Pedagogia no contexto nacional

O curso de Pedagogia tem sua origem na seção de pedagogia da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil através do decreto-lei nº 1.190 de 4 de abril de 1939.

Na ocasião o curso foi estruturado pelo chamado “esquema 3+1”¹², em que a formação do bacharel se dava em 3 anos e do licenciado com o acréscimo de mais 1 ano dedicado às disciplinas de didática.

Em decorrência desta divisão entre a formação do bacharel e do licenciado, em que a compreensão da licenciatura estava fundamentalmente ligada à pura aquisição de métodos vinculados às disciplinas de didática, podemos perceber, já em momento de sua criação, uma fragmentação dentro da proposta de formação e uma indefinição acerca da formação propiciada pelo curso de pedagogia. Conforme ressalta Silva,

Em sua própria gênese, o curso de pedagogia já revelava muitos dos problemas que o acompanharam ao longo do tempo. Criou um bacharel em pedagogia sem apresentar elementos que pudessem auxiliar na caracterização desse novo profissional. Dentre as finalidades definidas para a faculdade Nacional de Filosofia é possível reconhecer a que é dirigida ao bacharel em geral. É a que se refere ao preparo de ‘trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica’ (artigo 1º, alínea a). Mais adiante, ao tratar das regalias conferidas pelos diplomas, o decreto-lei 1.190/39 refere-se especificamente ao bacharel em pedagogia, determinando que, a partir de 1º de janeiro de 1934, houvesse exigência dessa diplomação para preenchimento dos cargos de técnicos de educação do Ministério da Educação (artigo 51, alínea c).

¹¹ Diferenciação apontada por Coutinho (2002).

¹² Segundo Brezezinski (1996), o sistema de formação de professores proposto pelo Decreto-lei 1.190/39 passou para a história dos estudos pedagógicos em nível superior com a denominação “esquema 3+1”.

Mas, nos dois casos, a referência é muito vaga para a identificação de um profissional criado naquele momento e que não possuía ainda suas funções definidas na medida em que não dispunha de um campo profissional que o demandasse. (2002: 12)

O curso permaneceu orientado por este decreto-lei até a década de 1960, sendo o “esquema 3+1” reforçado por nova regulamentação contida no Parecer 251/1962, decorrente dos postulados da Lei no. 4.024/1961, que estabeleceu o currículo mínimo do curso de pedagogia.

Durante o período de recuperação econômica (iniciado com o golpe militar de 1964), seguiu-se a fase da retomada da expansão com grande desenvolvimento do setor industrial, acentuando-se a divisão social do trabalho e a necessidade de formação de mão-de-obra qualificada.

A educação emerge, neste momento, como área estratégica, já que era através dela que ocorreria esta formação de mão-de-obra, propondo-se para ela uma série de medidas de médio e longo alcance. Essas medidas se materializaram nas leis que alteravam a forma de organização e estruturação da educação brasileira: Lei 5.540/68, que normatizou o funcionamento do ensino superior e a Lei 5.692/71, que reestruturou a educação básica.

Neste contexto de reformulação do ensino para adequação às necessidades impostas pelo modelo econômico vigente (desenvolvimentista / tecnicista), surgem as Faculdades de Educação.

1.2) As Faculdades de Educação como locus na formação do pedagogo

Nascidas do processo de desarticulação das Faculdades de Filosofia e Letras, que se subdividiram em vários institutos e faculdades e tendo o curso de pedagogia como unidade nuclear, as Faculdades de Educação surgem das seções de pedagogia. (Freitas, 1996)

A dinâmica da estrutura da Faculdade de Educação foi definida pelo Parecer 252/1969 e pela Resolução 2/1969. Estes documentos regulamentaram o conteúdo e o período de duração dos cursos de pedagogia, definindo as disciplinas obrigatórias da parte comum e a parte diversificada do curso.

Dentro dessas faculdades o curso de Pedagogia foi construído de forma fragmentada, sendo organizado por diferentes departamentos e por disciplinas dadas de forma independente, dentro de uma visão unilateral em cada uma delas.

O modelo tecnicista de formação de professores e de especialistas mantinha a coerência tecnicista, já que fragmentava as tarefas dos profissionais na escola como ocorre na fábrica, consonantemente à própria divisão do trabalho nas sociedades capitalistas (Freitas, 1996: 76)

Nos cursos oferecidos, acentuava-se a dicotomia e fragmentação já existente para a formação do educador. Tratava-se da formação de professores e de técnicos, sendo as Faculdades de Educação o locus para a formação desse técnico, agora chamado especialista. É, portanto, nesta lógica de divisão do trabalho do pedagogo que surgem as habilitações.

Com a predominância das habilitações dentro do curso de Pedagogia, acentua-se a separação entre o trabalho de elaboração – especialistas – e o de execução – professores.

Em síntese, a reforma universitária, durante o governo militar, reformulou o curso de pedagogia pelo parecer 252/1969, provocando mudanças estruturais que aprofundaram ainda mais a indefinição de sua identidade ao fragmentar a formação do pedagogo em habilitações técnicas efetivadas na graduação. (Brezekinski, 1996: 78)

Os questionamentos a esse modelo opunham-se a uma lógica de formação de profissionais por meio de estudos sobre técnicas e métodos de educação de forma acrítica, que

originavam uma atuação profissional (trabalho pedagógico) fragmentada; questionavam, também a implementações arbitrárias, advindas do poder instituído.

Em decorrência do “pacote pedagógico” que surgia como proposta para formação do pedagogo, vê-se ganhar força o movimento dos educadores que opunham resistência ao poder instituído, em especial do CFE (Conselho Federal de Educação). Este “pacote” era constituído pelas Indicações 67/1975 e 70/1976, que discorreram sobre os estudos superiores em educação, pretendendo inserir mudanças nos cursos de formação do magistério e pelas Indicações 68/1975 e 71/1976 que complementavam as anteriores.

1.3) O Movimento dos Educadores nos debates para definição do curso

A partir desse histórico e preocupados com o rumo da formação dos educadores no Brasil, começa-se a debater, desde o final de 1970, a identidade do pedagogo, “identidade fragmentada por um currículo e por uma profissionalização insatisfatória para realizar uma tarefa efetivamente educativa”. (Scheibel e Aguiar, 1999)

Segundo esclarece Silva,

Foi no final da década de 1970, a partir da notícia de que as indicações sustadas começavam a ser reativadas pelo MEC, que professores e estudantes universitários se organizaram para controlar o processo de reforma dos cursos de formação de educadores no Brasil, através de movimentos que perduram até nossos dias.

(...)

No que se refere ao curso de pedagogia, o I Seminário de Educação Brasileira realizado na Universidade de Campinas, em 1978, constituiu-se numa oportunidade para iniciar-se uma reação mais organizada no intuito de se pensar conjuntamente os estudos pedagógicos em nível superior. (2002: 62)

Havia a necessidade de os educadores se mobilizarem em âmbito nacional para uma ampla discussão a respeito da formação do educador, porém apenas a partir de 1980, quando o MEC pretendia retomar a matéria a partir das Indicações CFE de no. 67/75 e no. 70/76, é que os educadores movimentaram-se para desencadear a mobilização em nível nacional.

Na I Conferência Brasileira de Educação, realizada na PUC de São Paulo, foi criado o “Comitê Nacional Pró-reformulação”, formado por integrantes originários de vários pontos do país e com atuação nacional através dos comitês regionais.

As Conferências Brasileiras de Educação (CBEs) passaram a representar a possibilidade concreta de os educadores tomarem para si os rumos das discussões e políticas educacionais para o setor. Elas foram co-promovidas pela Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (Anped), o Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes) e a Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes)¹³.

Dada as formas de organização e mobilização, o Comitê Nacional funcionou inicialmente como núcleo irradiador dos objetivos do movimento, mas este movimento se configurava como um movimento de bases, visto que dependia das bases regionais e estaduais.

A identidade pretendida pelo movimento não era o que era proposto pela legislação em momento da criação do curso, nem a que vinha sendo construída nas legislações criadas de forma autoritária. A identidade do curso de pedagogia necessitava ser construída e para isso havia também a necessidade de divulgação e ampliação das discussões acerca dessa identidade (formação do pedagogo).

O processo natural de amadurecimento dos estudos e das experiências vividas pelas instituições, até então, indicava que havia um longo caminho a percorrer para propor reformulações curriculares, mas ao mesmo tempo os educadores estavam ameaçados por uma proposta que poderia advir dos gabinetes do ministério, após consultas a 'especialistas' e 'autoridades'. (Brezezinski, 1996: 122)

Com a amplitude das discussões e a necessidade de se pensar em proposições diretas para a reformulação do curso, em 1983 foi formada a Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de formação dos Educadores (Conarcfe) em substituição ao Comitê, criado em 1980.

Neste mesmo encontro de 1983, em Belo Horizonte, surgiu a discussão sobre a base comum nacional, que permanece até hoje como proposta para a formação dos educadores e que prevê a docência como base da formação de todo educador.

A idéia de base comum nacional origina-se na formulação de princípios no I Encontro Nacional, em Belo Horizonte (1983). Essa base se

¹³ As duas primeiras CBEs contaram com a co-promoção do Centro de Estudos e Cultura Contemporânea (CEDEC).

insurgia contra a formação do pedagogo apenas especialista sem que se formasse professor. (...) ela [a base comum nacional] mostra a resistência do movimento ao currículo mínimo fixado pelo CFE e nega a idéia de um elenco de disciplinas, que poderia restringir essa definição a um rol de matérias que se agrupariam num núcleo comum de conhecimentos básicos de formação do educador. (Brezezinski, 1996: 122)

No II Encontro Nacional, em 1986, a discussão sobre a base comum nacional é ampliada, elucidando melhor suas concepções e as conseqüências de sua aceitação por parte dos educadores. Define-se que a base comum nacional deverá abranger três dimensões:

- a) a dimensão profissional que define a docência como base da formação do educador quando afirma que “como professores, devemos confluir num certo saber e num certo fazer”;
- b) a dimensão política que aponta para a necessidade de os profissionais do ensino estarem capacitados para repensar e recriar a relação teoria-prática, entender as relações educação-sociedade e o seu papel na sociedade, “comprometidos com a superação das desigualdades”; e
- c) a dimensão epistemológica que “remete à natureza dos profissionais da escola, instituição necessária à transmissão e à elaboração de um saber, onde o científico deve ter um espaço privilegiado”. (Conarcfe 1988, apud Freitas 1996:69)

Ainda nesse encontro, retomam-se algumas discussões acerca da identidade do curso de Pedagogia, entretanto, em decorrência da ênfase na questão das habilitações, naquele momento não foi possível fazer o estudo detalhado do curso de Pedagogia propriamente expresso em sua totalidade, retardando a discussão da especificidade desse curso, que é tratado pelo movimento como uma licenciatura, sem deixar de lado seu papel na construção da ciência da educação.

Segundo Freitas (1996), o movimento, a esta altura, passa a demarcar as diferenças existentes entre a questão da identidade do curso - “a política científica para a área” - e a discussão sobre a extinção ou manutenção das habilitações - “a política profissional para o pedagogo”.

O IV Encontro Nacional¹⁴, em 1989, reafirmou os princípios gerais do movimento e avançou na formulação de outros dois princípios:

- a) os cursos de formação do educador deverão estruturar-se de forma a propiciar o trabalho interdisciplinar e a iniciação científica no campo da pesquisa em educação;
- b) paralelamente à política profissional haverá o desenvolvimento de uma política científica que permita aos discentes o envolvimento significativo com a iniciação científica no campo da pesquisa em ensino. (Conarcfe 1989, apud Freitas 1996:70)

O V Encontro, realizado em 1990, foi o local principal de discussão da questão do trabalho docente como base da formação do pedagogo. Isso se deve ao surgimento de divergências em relação à identidade da pedagogia, que giravam em torno de duas concepções: a primeira, que afirmava que o objeto de estudo da pedagogia seria a educação formal em ambiente escolar; e a segunda, que coloca este objeto como a educação em qualquer ambiente social em que ela ocorra (Freitas, 1996). Apontava-se ainda a crítica à fragmentação dentro das próprias Faculdades de Educação, que eram organizadas em departamentos.

Este encontro marcou um momento importante no movimento dos educadores, pois nele foram aclaradas e reafirmadas todas as tendências de reformulações curriculares, como também foi criada a Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) em substituição à Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores (Conarcfe) criada em 1983.

Essa Associação teve seus objetivos redimensionados com a promoção de estudos, a serem considerados como referenciais para as reformulações dos cursos de formação dos profissionais da educação.

O VI Encontro, realizado em 1992, avança para a formulação de uma proposta concreta para uma política de formação do profissional da educação. Esta proposta, segundo Freitas (1996), rompe com a tendência do movimento de não sugerir alternativas para a organização das agências de formação do profissional da educação, apresentando uma estrutura que coloca nas Faculdades de Educação o lugar onde deve ocorrer essa formação.

¹⁴ O III Encontro Nacional realizou-se em agosto de 1988, durante a V CBE em Brasília e teve um trabalho apenas organizativo.

Os princípios apresentados pela Anfope para a reformulação dos cursos de formação dos profissionais da educação incluíram princípios como: a contextualização da educação e compromisso com a mudança, na direção de relações sociais mais democráticas e igualitárias; o compromisso do Estado com a educação pública de qualidade; a valorização do trabalho docente; a docência como base comum nacional da formação em Pedagogia; o trabalho interdisciplinar e articulado, a pesquisa com constituinte da identidade do pedagogo; a indissociabilidade teoria-prática; a gestão democrática; a autonomia universitária.

1.4) O reflexo das discussões do movimento dos educadores nas IES

Em meados da década de 1980, os cursos de Pedagogia de Universidades comprometidos com as reflexões acerca da formação dos profissionais da educação passaram a apresentar modificações em seus currículos de modo a abranger a formação do educador e dos professores de primeira a quarta séries e educação infantil.

Entretanto, foi durante a década de 1990 que houve um maior incremento das reformulações e algumas Faculdades de Educação Públicas protagonizaram propostas de reformulação dos cursos de Pedagogia fundamentadas nos princípios da ANFOPE (Brzezinski, 1995)

Entre as universidades que apresentaram tais discussões e reformulações, podemos citar as propostas da Universidade Federal Fluminense (1994), da Universidade Federal de Minas Gerais (1996), da Universidade Federal de Mato Grosso (1994) e da Universidade Estadual de Campinas (1992 e 1997).

Em relação especificamente à organização curricular do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Unicamp e em todo o processo de reformulação pelo qual passou o curso (principalmente em 1992 e 1997) a adesão à tendência citada por Brzezinski pode ser visualizada.

1.5) As legislações que regulamentam a formação do pedagogo: duas legislações - duas concepções?

Na perspectiva legal, temos duas legislações que orientam nacionalmente a formação do pedagogo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei 9394/96) e o Parecer que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia de 2005 (CNE/CP no 5/2005), as quais, curiosamente, evidenciam concepções diferenciadas para a formação do pedagogo e que, acrescidas dos Referenciais para a formação de professores e pelo Plano Nacional de Educação (que contém parte que trata exclusivamente da formação de professores), vão definindo os parâmetros para a educação e especificando a formação dos profissionais necessários a esta.

Em 1996, ocorreu a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que seguiu por caminhos tortuosos e conflitantes entre o Poder Instituído e o Movimento dos Educadores¹⁵, acirrando os debates em torno da formação dos profissionais da educação.

A LDB de 1996 reforçou a dicotomia entre professores e especialistas e tirou dos cursos de Pedagogia e das Faculdades de Educação o lócus para a formação do professor para a Educação Infantil e para as Séries Iniciais do Ensino Fundamental.

Tendo em vista o que definiu {a Lei 9394/96}, em seu TÍTULO VI DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO encontra-se:

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade Normal.

Art. 63. Os institutos superiores de educação manterão:

I - cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental;

Art. 64. A formação de profissionais de educação para administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica, será feita em cursos de graduação em pedagogia ou em nível de pós-graduação, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional.

Assim, a LDB organiza os profissionais da educação separando-os em função docente e não-docente para professores e especialistas (pedagogos), respectivamente, embora estabeleça que para os cargos de gestão haja a necessidade da experiência docente.

A partir dessa legislação, as entidades e estudiosos da área reavivam os debates acerca da formação dos profissionais da educação a fim de construir uma proposta para as Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, já que seria essa legislação a que efetivamente ditaria qual a especificidade do pedagogo e assim a finalidade da formação no curso de Pedagogia.

¹⁵ Para maior esclarecimento acerca da aprovação da LDB de 1996, recomendamos a leitura de Saviani, 1997 e 2000.

A ANFOPE, juntamente com o FORUMDIR¹⁶, CEDES¹⁷ e ANPEd¹⁸, entregaram ao Conselho Nacional de Educação sua proposta para as Diretrizes que, se não foi aceita na íntegra, teve muitos de seus elementos integrados ao texto final, em especial a concepção de docência como base da formação do pedagogo. Segundo as Diretrizes,

Entende-se que a formação do licenciado em Pedagogia fundamenta-se no trabalho pedagógico realizado em espaços escolares e não-escolares, que tem a docência como base. (...)

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e nas outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos. (CNE, 2005)

Dessa forma, com as Diretrizes, o curso de Pedagogia recuperou para si a formação de professores para a educação infantil e séries iniciais, além das funções não docentes desse profissional, atendendo ao que os estudiosos da educação representados pela ANFOPE, FÓRUMDIR, ANPEd e CEDES vinham reivindicando.

O que queremos evidenciar, por outro lado, é a incoerência estabelecida entre essas duas legislações (LDB e Diretrizes), já que a primeira vai ao encontro de uma concepção que vê o pedagogo como especialista, frisando a separação entre o pedagogo/especialista do professor, enquanto a segunda elucida a concepção de pedagogo como profissional cuja tarefa não se limita à docência, mas cuja base está nela.

O interessante desse movimento legal acerca dos cursos de Pedagogia é que a LDB não alterou o rumo daqueles cursos de Pedagogia que vinham discutindo e implementando novas propostas curriculares, mesmo porque já explicitava que as determinações específicas viriam das Diretrizes para o curso. Já as Diretrizes forçam os cursos que ainda não atendem às especificações para o curso de Pedagogia, a elaborarem novo projeto político pedagógico, obedecendo ao que está contido na Resolução das Diretrizes no prazo máximo de 1(um) ano, a contar desde a data de publicação da Resolução. Isso torna a adequação e materialização de um bom curso um tanto quanto complexa, tendo em vista a não preparação das IES para o oferecimento de um curso nos moldes propostos.

¹⁶ FORUMDIR – Fórum de Diretores das Faculdades / Centros de Educação das Universidades Públicas do Brasil.

¹⁷ CEDES – Centro de Estudos Educação e Sociedade.

¹⁸ ANPEd – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação.

No caso do Curso de Pedagogia da Unicamp, as diretrizes vieram reforçar as concepções defendidas e implementadas no Curso, desde a reforma curricular de 1997, que propôs uma configuração curricular inovadora e audaciosa, rompendo com as habilitações ainda vigentes naquele período.

2. CURSO DE PEDAGOGIA DA FE-UNICAMP

Em 05 de outubro de 1973, o Prof. Marconi Freire Montezuma, responsável pelo Departamento de Educação, expediu um ofício de nº 147/73 ao Reitor, Zeferino Vaz, solicitando autorização para a instalação e funcionamento do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Unicamp, salientando a importância do referido curso para a formação de especialistas para a educação. (Coutinho, 2002: 70)

Ao que tudo indica sua solicitação e justificativa surtiram efeito, pois o curso de Pedagogia da Faculdade de Educação da Unicamp começou a funcionar em 1974 com a finalidade de formar especialistas para a educação.

No momento de sua criação, o curso foi organizado em três habilitações: Orientação Educacional, Administração Escolar e Supervisão Escolar, não constando a habilitação para o magistério nesta primeira fase do curso.

A habilitação para o magistério não consta dos catálogos de graduação de 1974, 1975 e 1976; no entanto, o catálogo de 1976 afirmava que o licenciado em Pedagogia poderia atuar no magistério de primeiro e segundo graus e, ainda, como docente Universitário. Esta habilitação de magistério (da Escola Normal que habilitava o graduado a lecionar as disciplinas e atividades práticas da Escola Normal) só esteve presente como tal a partir do catálogo de 1977, que afirmava, ainda, que o licenciado poderia atuar no ensino de primeiro e segundo graus.

O reconhecimento do referido curso veio em 03 de outubro de 1977, quando foi publicado no Diário Oficial da União sob o Decreto 80.480. De acordo com este Decreto, o curso poderia ser organizado em quatro habilitações: Orientação Educacional, Administração Escolar, Supervisão Escolar e Magistério das Disciplinas Especializadas do Ensino de 2º Grau.

Dessa forma, nos catálogos subseqüentes, ao invés da habilitação de Magistério da Escola Normal, consta a de Magistério das Disciplinas Especializadas do Ensino de Segundo Grau, em que além da docência nos anos iniciais de escolarização, era possibilitado aos habilitados o magistério das disciplinas e atividades práticas especializadas.

O currículo, nestes primeiros anos, era organizado em dois blocos: um núcleo comum a todas as habilitações e um específico a cada habilitação escolhida, sendo permitido a conclusão de no mínimo uma e no máximo duas habilitações.

Nesta primeira fase do curso, o estágio acontecia no segundo bloco e de acordo com a habilitação específica.

O curso passou por várias reformas, em que se destacaram: a relação teoria-prática e as habilitações propostas (reformulação de 1979); ampliação e diversificação da didática na formação do pedagogo, bem como a ampliação da carga horária de estágios (reformulação de 1984); a obrigatoriedade da formação para o magistério nas séries iniciais, a pesquisa como eixo de formação, a criação do curso noturno (reformulação de 1992); a docência como base da formação, a formação teórica sólida e interdisciplinar, não fragmentada em habilitações, o eixo da pesquisa, a criação dos núcleos temáticos, a organização curricular por módulos bimestrais; o compromisso ético e político com a escola pública (reformulação de 1997).

Pode-se notar que o currículo atual, implementado em 1997, é fruto de uma discussão pautada pelos indicativos do Movimento dos Educadores organizado pela ANFOPE, ANPEd, CEDES, FÓRUMDIR, entre outros, em que a FE-Unicamp sempre se fez representar.

Tal currículo se materializava de forma inovadora e ousada não só pelos princípios que o orientam, mas, e principalmente, pela estrutura que apresenta como possibilidade para a implementação de tais princípios.

3. AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA O CURSO DE PEDAGOGIA E AS DEMANDAS PARA O ATUAL CURRÍCULO

A recente publicação das Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia (maio de 2006) trouxe a necessidade premente de revermos alguns dos aspectos do nosso currículo, notadamente os estágios, as distintas práticas de formação e a carga horária do curso. É importante salientar que, embora as diretrizes carreguem em seu bojo as contradições e conflitos de interesses que marcam as políticas educacionais no Brasil – como é de se esperar –, elas representam um relevante avanço nas perspectivas de formação do pedagogo, na medida em que:

- assumem a docência como base da formação do pedagogo;
- propõem uma formação integrada e multidisciplinar, não fragmentada em habilitações;
- incorporam a gestão como componente central da formação;
- ampliam a perspectiva de formação para além da visão disciplinar;
- destacam a centralidade da pesquisa e do estágio curricular;
- ampliam a carga horária para a formação em Pedagogia, o que implica em no mínimo 4 anos para a realização dessa formação.

Em certa medida, as diretrizes vieram na mesma direção já apontada pelo currículo da Pedagogia, e certamente a participação da FE em seu processo de discussão, em conjunto com a ANFOPE, ANPED, CEDES E FORUMDIR, foi importante para a consolidação dos princípios elencados.

Passados, porém, 10 anos de formação com base no atual currículo, alguns elementos foram consolidados, assim como outros mereceram rediscussão e aperfeiçoamento: o eixo da pesquisa, os estágios curriculares, os núcleos temáticos, a grade curricular “fechada”. Esses aspectos vinham sendo recorrentemente apontados em nossos momentos de avaliação semestral – assembleias e avaliações individuais –, bem como nas discussões que se realizavam na Comissão de Pedagogia e nos Departamentos.

Propusemo-nos, então, a tarefa de repensar o currículo de Pedagogia, não apenas na direção do atendimento às exigências legais, mas da possibilidade de aperfeiçoarmos nossas propostas e práticas. A partir das discussões realizadas nos Seminários de Pedagogia e Seminários de Estágio no decorrer do ano de 2006, passamos a analisar o currículo a partir dos princípios já delineados e assumidos, porém destacando os seguintes aspectos:

- o eixo da pesquisa e da prática – unidade teoria-prática;
- o estágio supervisionado;

- os núcleos temáticos;
- a ampliação das práticas de formação;
- perspectiva multidisciplinar e de trabalho coletivo;
- o compromisso social e ético;
- o tempo necessário para a formação do pedagogo.

Ainda a partir dos seminários, foram sendo delineados os elementos que orientariam a reorganização do currículo de Pedagogia:

- eixo pesquisa – prática desde o primeiro semestre do curso;
- a abertura, no currículo, para experiências não disciplinares de formação;
- a reformulação dos núcleos temáticos, mantendo-se o princípio da interdisciplinaridade;
- estágio curricular:
 1. estágios que contemplem o ensino, bem como a vivência da escola em sua totalidade, em que se inclui a gestão democrática, o projeto político pedagógico e outras dimensões do cotidiano escolar;
 2. estágio que contemple a educação infantil, as séries iniciais do ensino fundamental, a educação de jovens e adultos, bem como os espaços e experiências de educação não-escolar e não-formal;
 3. a necessidade de elaboração de um projeto de estágio que possibilite o estabelecimento de convênios com as redes públicas e que não seja dependente de iniciativas individuais, quer seja do professor, quer seja do aluno. Nesta perspectiva, é importante que as escolas conveniadas participem da construção de uma proposta de estágio, e que se estabeleça uma relação de reciprocidade entre as mesmas e a FE;
 4. o estágio como projeto da Faculdade de Educação como um todo, assumido por todos os departamentos.
 5. estágio curricular a partir do 5º semestre do curso, que permita a imersão do aluno nos contextos acima mencionados.

- a duração do curso, nos períodos diurno e noturno;
- a organização, periodização, nomenclatura e ementas das disciplinas.

A partir de ampla discussão das questões propostas, apresenta-se a seguir o Projeto de Reformulação do Currículo de Pedagogia.

4. PROPOSTA CURRICULAR DO CURSO DE PEDAGOGIA

4.1) Perfil Do Profissional

Licenciado: O percurso de formação do licenciado em Pedagogia objetiva qualificação para o trabalho em instituições educativas para atuar no magistério na Educação Infantil, Anos Iniciais do Ensino Fundamental, disciplinas pedagógicas de cursos de formação em nível médio e Educação Especial, na gestão pedagógica e educacional, no âmbito escolar e institucional. Qualifica também para o trabalho em instituições não-escolares e não formais. Faz parte dessa formação profissional a experiência investigativa, bem como de reflexão acerca de aspectos políticos e culturais da ação educativa.

Reconhecimento

Decreto Federal nº 080480, de 03/10/1977, ratificado pela Portaria MEC nº 001790, de 22/12/1993. Renovado pela Portaria CEE/GP Nº 000102, de 30/03/2006.

4.2) Integralização

Para graduar-se neste curso, o aluno deverá perfazer o total de 231 créditos (3.465 horas).

O curso poderá ser integralizado em 08 semestres no Curso Diurno, em período integral, e em 10 semestres no Curso Noturno, conforme sugestão da unidade para o cumprimento do currículo pleno.

Os limites para integralização do Curso ficam assim estabelecidos:

Pedagogia Diurno:

Mínimo: 8 semestres

Máximo: 12 semestres

Total: 231 créditos (3465 horas), sendo:

Pedagogia Noturno:

Mínimo: 10 semestres

Máximo: 15 semestres

- 196 créditos em disciplinas teórico-práticas (2940 horas);
- 28 créditos em estágio (420 horas);
- 07 créditos em práticas curriculares (105 horas)

Limite de Créditos para matrícula semestral:

Diurno: Máximo de 40 créditos.

Noturno: Máximo de 32 créditos

Pré-requisitos: não haverá pré-requisitos para as disciplinas do currículo, objetivando-se conferir maior flexibilidade e autonomia ao aluno na escolha das disciplinas.

Para matricular-se nas disciplinas de Estágio, o aluno deverá ter cumprido o equivalente a 30% das disciplinas do Curso (AA430).

4.3) Conhecimentos Teóricos e Práticos e compromissos esperados para o profissional pedagogo

- a) capacidade de entender os novos parâmetros da cultura como atividade humana, como prática de produção e de criação;
- b) compreender o processo de trabalho pedagógico que ocorre nas condições da escola, da educação formal e não formal e as condições de desenvolvimento da criança de 0 a 10 anos;
- c) compreender a dinâmica da realidade, utilizando-se das diferentes áreas do conhecimento para produzir a teoria pedagógica;
- d) identificar os processos pedagógicos que se desenvolvem na prática social concreta, que ocorrem nas instituições escolares e também fora delas, nos movimentos sociais;
- e) equacionar os fundamentos das políticas públicas, em especial no campo educacional e, a partir deles, intervir nas diferentes instâncias – em nível dos sistemas municipal, estadual e federal – em condições de propor/alterar/contrapor políticas educacionais, pedagógicas e curriculares que busquem a eliminação da discriminação e a seletividade que hoje impedem o acesso e o direito à educação;
- f) buscar articuladores que garantam a unidade teoria/prática no trabalho pedagógico, tendo parâmetros claros que orientem a tomada de decisão em relação à seleção, organização e sequência dos conteúdos curriculares que superem a forma atual de organização da escola e do currículo;
- g) vivenciar o trabalho coletivo e interdisciplinar na ação pedagógica, de forma interrogativa e investigativa, contribuindo para a construção de saberes e conhecimentos no campo educacional;

- h) implementar formas de gestão democrática na escola, estando em condições de organizar e gerir, como profissional, a articulação dos sujeitos escolares entre si e destes com os movimentos sociais fora da escola;
- i) assumir o compromisso com a educação pública de qualidade, para todos;
- j) assumir o compromisso de transformar a educação e as condições sociais sobre as quais ela se dá, tendo como norte a transformação da sociedade.

4.4) PRINCÍPIOS NORTEADORES DA PROPOSTA CURRICULAR

- a) **Valorização do trabalho pedagógico como base da formação do profissional da educação**, independente do campo de atuação futura.
- b) **Formação teórica sólida, interdisciplinar e articulada**, permitindo a compreensão da educação em todas as suas dimensões, de modo a responder às exigências da realidade atual em relação à educação – escolar e não escolar – e também às necessidades e problemas sociais e às demandas da escola pública. A busca pela formação teórica sólida, neste momento histórico, encaminha para uma formação que demanda um tempo mínimo de 4 anos, como indicam as diretrizes curriculares, e implica assumir posição contrária às propostas vigentes de aligeiramento e formação à distância.
- c) **Pesquisa como eixo de formação**. O eixo da pesquisa não somente se evidencia em disciplinas específicas como Pesquisa e Prática Pedagógica, Metodologia de Pesquisa em Ciências da Educação e Trabalho de Conclusão de Curso, mas perpassa a discussão e produção de conhecimento em todas as disciplinas do Currículo.
- d) **As práticas e o Estágio como eixos de formação / articulação**, entendidos a partir da perspectiva de indissociabilidade teoria-prática, que permite constante diálogo, construção, elaboração e ressignificação dos elementos teóricos, bem como das experiências advindas da prática. O estágio, proposto a partir da metade do Curso, não tem caráter meramente ilustrativo, mas pressupõe imersão nos contextos educativos, em projetos articulados.

- e) **Trabalho partilhado/coletivo** – que envolva os docentes do curso em discussões coletivizadas e articuladas, a partir da Pesquisa e Prática Pedagógica, dos Seminários de Integração Curricular e dos Estágios.
- f) **Possibilidade de ampliação e aprofundamento de conhecimentos**, quer seja nos Seminários Eletivos oferecidos no final do Curso, quer seja nas disciplinas eletivas, em que se busca a abertura do currículo para outros institutos / faculdades da Unicamp.
- g) **Reconhecimento de experiências não disciplinares** como elementos curriculares altamente relevantes para a formação do pedagogo, por meio das Práticas Curriculares.

5. DISCIPLINAS E GRADE CURRICULAR

Núcleo Comum ao Curso (disciplinas obrigatórias)

- EP107 Introdução à Pedagogia – Organização do trabalho pedagógico
- EP110 História da Educação I
- EP128 Psicologia I
- EP129 Psicologia II
- EP130 Filosofia da Educação I
- EP139 Pedagogia da Educação Infantil
- EP140 Sociologia Geral
- EP142 Educação e Antropologia Cultural
- EP144 Metodologia de Pesq. em Ciências da Educação
- EP146 Educação e Tecnologias
- EP147 Práticas Curriculares
- EP152 Didática – Teoria Pedagógica
- EP153 Metodologia do Ensino Fundamental
- EP158 Educação, Corpo e Arte
- EP162 Escola e Currículo
- EP163 Política Educacional – Estrutura e Funcionamento da Educação Básica
- EP164 Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar
- EP210 História da Educação II
- EP226 Psicologia e Educação
- EP230 Filosofia da Educação II
- EP315 Pesquisa e Prática Pedagógica I
- EP316 Pesquisa e Prática Pedagógica II
- EP317 Pesquisa e Prática Pedagógica III
- EP330 Filosofia da Educação III
- EP340 Sociologia da Educação I
- EP347 Educação, Cultura e Linguagens
- EP348 Educação Especial e Inclusão
- EP372 Avaliação Educacional
- EP376 Prática de Ensino e Estágio Supervisionado nos Anos iniciais do Ensino Fundamental
- EP377 Planejamento Educacional e Estágio Supervisionado em Gestão Escolar
- EP412 História da Educação III
- EP445 Sociologia da Educação II
- EP471 Escola, Alfabetização e Culturas da Escrita
- EP472 Escola e Conhecimento de História e Geografia
- EP473 Escola e Cultura Matemática
- EP474 Escola e Conhecimento em Ciências Naturais
- EP529 Educação de Surdos e Língua de Sinais
- EP566 Seminário de Integração Curricular I
- EP567 Seminário de Integração Curricular II
- EP568 Seminário de Integração Curricular III
- EP765 Fundamentos da Educação Infantil
- EP808 Trabalho de Conclusão de Curso I
- EP809 Trabalho de Conclusão de Curso II
- EP887 Educação Não-formal
- EP910 Estágio Supervisionado I – Gestão Escolar
- EP911 Estágio Supervisionado II – Anos Iniciais do Ensino Fundamental
- EP912 Estágio Supervisionado III – Educação Infantil
- EP913 Estágio Supervisionado IV – Educação Infantil
- EP914 Estágio Supervisionado V – Educação não-formal

Seminários Eletivos:

O aluno deverá cursar, obrigatoriamente, um dos Seminários:

- EP810 Seminário de Educação Especial
- EP811 Seminário de Pesquisa nas Áreas do Currículo Escolar
- EP812 Seminário de Pesquisa em História da África
- EP813 Seminário de Pesquisa em História Indígena
- EP814 Seminário de Educação, Cultura e Artes
- EP815 Seminário de Relações Interpessoais na Escola e na Educação Infantil

Disciplinas Eletivas

O aluno deverá cumprir obrigatoriamente **12 créditos** entre as disciplinas eletivas oferecidas pela FE, ou quaisquer disciplinas da Unicamp.

- EP125 Psicologia e Ensino
- EP132 Educação, Democracia, Cidadania e Direitos Humanos
- EP161 Movimentos Sociais e Gestão
- EP170 História das Políticas Educacionais
- EP171 Educação e Cidadania
- EP172 Organização do Trabalho Cotidiano da Sala de Aula
- EP173 Elaboração de Material Didático
- EP174 Olhando a Produção do Aluno
- EP175 Cultura Escrita, Leitura e Sociedade
- EP176 A Família, a Lei, a Escola
- EP177 O Saber Histórico e Geográfico e suas Dimensões Educacionais
- EP178 Questões de Desenvolvimento e Linguagem
- EP179 Educação Estética, Cultural e Política
- EP204 Introdução à Pedagogia II
- EP207 Teoria Social
- EP223 Psicologia Genética
- EP225 Psicodrama Pedagógico
- EP240 Educação e Transformação Social
- EP243 Antropologia da Educação
- EP304 Oficina sobre Direitos Humanos e Cidadania
- EP310 História da Educação do Pré-Escolar
- EP320 Aprendizagem e Informática na Educação I
- EP325 Jogos Dramáticos na Pré-Escola
- EP331 Antropologia Filosófica
- EP343 Comunicação e Educação
- EP355 Metodologia, Ciência e Sociedade
- EP356 Literatura e Educação
- EP357 Alfabetização: A Produção Social da Escrita
- EP363 Economia da Educação
- EP364 Legislação do Ensino
- EP366 Comportamento Humano nas Organizações
- EP368 Educação, Saúde e Trabalho
- EP402 Educação Física e Recreativa do Pré-Escolar
- EP403 Escolas Abertas à Diversidade
- EP406 Seminário Interdisciplinar em Educação Infantil
- EP407 Educação e Sexualidade Humana
- EP408 Imagens do Outro: Educação, Cultura e Alteridade
- EP409 Ética e Diversidade
- EP420 Aprendizagem e Informática na Educação II
- EP422 Psicologia da Personalidade
- EP427 Pensamento, Linguagem e Desenvolvimento Humano I
- EP441 Sociologia da Educação - Trabalho
- EP444 Teorias Políticas e Educação
- EP446 Direito à Infância e Educação

EP464 Administração Educacional e Ideologia
 EP465 Desenvolvimento Organizacional
 EP467 Tópicos Especiais em Administração Escolar
 EP503 Língua(gem), Poder e Práticas Educacionais
 EP504 Educação, Tecnologia e Sociedade
 EP506 Pedagogia da Imagem
 EP507 Fracasso Escolar
 EP509 Ambientes Educacionais Virtuais
 EP511 Tópicos Especiais em História da Educação
 EP514 Tópicos Especiais em Educação do Deficiente Mental I
 EP519 Desenvolvimento Emocional da Criança Deficiente
 EP521 Tópicos Especiais em Psicologia da Educação
 EP524 Psicomotricidade
 EP525 Psicologia Social da Educação
 EP527 Aprendizagem e Educação Especial
 EP531 Tópicos Especiais em Filosofia da Educação
 EP532 Filosofia da Educação - Cultura e Valores
 EP550 Planejamento de Ensino
 EP551 Tópicos Especiais em Didática
 EP554 Educação da Saúde no 1o. e 2o. Grau
 EP562 Seminários de Administração Educacional
 EP563 Seminários de Supervisão Educacional
 EP600 Seminários Sobre Educação e Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs)
 EP601 Ensinar, Aprender e Avaliar: As TICs nas salas de aula
 EP602 Aspectos da Comunicação na rede Internet
 EP603 História, Política e Educação
 EP604 Filosofia da Cultura
 EP606 História e Educação Pública
 EP607 Educação, Filosofia e Sociedade
 EP608 Ética e Educação
 EP609 Família: Diferenciação Sócio-Cultural e Representação
 EP625 Psicologia do Trabalho
 EP626 Tópicos Especiais em Psicologia da Educação I
 EP631 Teorias da Educação
 EP632 Filosofia das Ciências Humanas
 EP641 Educação e Ideologia
 EP644 Questões Atuais da Política Educacional
 EP650 Avaliação do Ensino e da Aprendizagem
 EP711 Evolução Política Educacional Brasileira
 EP721 Psicologia da Motivação
 EP722 Tópicos Especiais em Psicologia do Deficiente Mental II
 EP732 Epistemologia das Ciências da Educação
 EP742 Prática Pedagógica em Instituições Sociais Não Escolares
 EP743 Análise sócio-política e pensamento pedagógico brasileiro
 EP756 Pesquisa em Metodologia de Ensino I
 EP802 Seminário sobre Criatividade Infantil
 EP803 Tópicos Especiais em Educação Pré-Escolar
 EP807 Atividades Livres
 EP816 Educação Estatística
 EP842 Tópicos Especiais em Ciências Sociais aplicadas à Educação
 EP843 Deficiência Mental e Família
 EP844 Educação e Populações Rurais
 EP854 Tópicos Especiais em Alfabetização
 EP856 Pesquisa em Metodologia de Ensino II
 EP885 Alfabetização de Adultos
 EP886 Educação de Adultos
 EP992 Movimentos Sociais e Educação
 EP993 Educação Sindical
 EP994 Política Educacional

Pesquisa e Prática Pedagógica I, II, III

As disciplinas de Pesquisa e Prática Pedagógica serão sempre assumidas pelos docentes responsáveis pelas disciplinas do semestre de oferta, que organizarão, a partir dos conteúdos que trabalham, formas de debate e trabalho interdisciplinar para serem desenvolvidos na PPP, vinculando esse debate com a pesquisa nessas áreas. Seu caráter é mais flexível, permitindo que se proponham distintas modulações em sua organização. A PPP abre espaço no currículo para o trabalho interdisciplinar entre os distintos campos de conhecimento, tendo em vista sua apropriação na construção das Ciências da Educação.

Seminário de Integração Curricular I, II, III

Os Seminários de Integração Curricular I, II e III apresentam-se como momentos privilegiados e significativos no desenvolvimento da grade curricular, tempo e espaço que permitirão aos alunos a construção da integração dos seus conhecimentos desenvolvidos nos vários campos disciplinares, tendo em vista sua contribuição à construção e compreensão das Ciências da Educação. Assim pensados, eles se constituirão na formação dos estudantes como momentos de síntese, espaços essenciais para a problematização da Educação.

Práticas Curriculares

As Práticas Curriculares são atividades de formação que ocorrem fora do âmbito da sala de aula e dos estágios supervisionados; representam outras experiências formadoras, que são igualmente importantes para o desenvolvimento profissional do aluno. Entre essas práticas, encontram-se: participação em Congressos, Seminários, Simpósios, Colóquios, Mesas Redondas; audiência de defesas de dissertação ou tese; trabalhos de Iniciação Científica; monitorias; estágios extracurriculares; participação em grupos de pesquisa da FE; apresentação de trabalhos em eventos científicos; representação estudantil; participação em atividades culturais no âmbito da FE e da Unicamp.

Estágio Curricular

O estágio curricular, que ocorre a partir do 5º semestre do curso, visa proporcionar ao aluno imersão / vivência em distintos campos de estágio, na dimensão da docência e da gestão democrática, em espaços formais (creche, pré-escola, anos iniciais do Ensino Fundamental e educação de adultos) e não formais. A data de início do estágio não seguirá, obrigatoriamente, o calendário acadêmico da Unicamp, e sim o calendário das escolas, desde o período de planejamento, que antecede o período letivo.

Trabalho De Conclusão De Curso I e II

A pesquisa, como componente da identidade do pedagogo, está presente na grade curricular de graduação em Pedagogia desde o primeiro semestre do curso, perpassando todo o período dessa formação. Ao final do Curso, como resultado de um processo de construção de conhecimentos e perspectivas investigativas, o aluno realiza o Trabalho de Conclusão de Curso, em formato de monografia, de caráter teórico, de campo ou memorial de formação, sob orientação de um professor da Faculdade. Por meio do orientador, o aluno vincula-se aos grupos e áreas de pesquisa da Pós-graduação. Os TCCs produzidos, incorporados ao acervo da biblioteca da Faculdade de Educação, são disponibilizados a todos os usuários desse setor por meios convencionais e virtuais.

GRADE DE PEDAGOGIA – DIURNO

Sem.	Disciplina	C. H. semanal		
		T	P	O
1	EP107 Introdução à Pedagogia – Org. do trabalho pedagógico	4		
	EP130 Filosofia da Educação I	4		
	EP110 História da Educação I	4		
	EP140 Sociologia Geral	4		
	EP142 Educação e Antropologia Cultural	4		
	EP315 Pesquisa e Prática Pedagógica I	1	1	
2	EP230 Filosofia da Educação II	4		
	EP128 Psicologia I	4		
	EP210 História da Educação II	4		
	EP340 Sociologia da Educação I	4		
	EP347 Educação, Cultura e Linguagens	2	2	
	EP316 Pesquisa e Prática Pedagógica II	1	1	
3	EP129 Psicologia II	4		
	EP163 Política Educacional – Estrutura e Func. da Ed. Básica	4	2	
	EP152 Didática – Teoria Pedagógica	4	2	
	EP412 História da Educação III	4		
	EP330 Filosofia da Educação III	4		
	EP317 Pesquisa e Prática Pedagógica III	2		
4	EP153 Metodologia do Ensino Fundamental	4	2	
	EP226 Psicologia e Educação	4		
	EP445 Sociologia da Educação II	4		
	EP164 Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar	4	2	
	EP158 Educação, Corpo e Arte	4	2	
	EP566 Seminário de Integração Curricular I	1	1	
	ELETIVA	4		
5	EP471 Escola, Alfabetização e Culturas da Escrita	4	2	
	EP473 Escola e Cultura Matemática	4	2	
	EP472 Escola e Conhecimento de História e Geografia	4	2	
	EP474 Escola e Conhecimento em Ciências Naturais	4	2	
	EP376 Prática de Ensino e Estágio Supervisionado nos Anos iniciais do EF	2	4	
	EP910 Estágio Supervisionado I – Gestão Escolar		4	2
6	EP765 Fundamentos da Educação Infantil	4		
	EP144 Metodologia de Pesq. em Ciências da Educação	4	2	
	EP372 Avaliação Educacional	2		
	EP567 Seminário de Integração Curricular II	2		
	EP377 Planejamento Educacional e Estágio Supervisionado em Gestão Escolar	2	4	
	EP911 Estágio Supervisionado II – Anos Iniciais do EF		4	2
	ELETIVA	4		

Sem.	Disciplina	C. H. semanal		
		T	P	O
7	EP139 Pedagogia da Educação Infantil	4		
	EP348 Educação Especial e Inclusão	4		
	EP162 Escola e Currículo	4		
	EP146 Educação e Tecnologias	2	2	
	EP912 Estágio Supervisionado III - Educação Infantil		6	2
	EP808 TCC I			4
	EP147 Práticas Curriculares		7	
	ELETIVA	4		
8	EP887 Educação não-formal	2	2	
	EP529 Educação de Surdos e Língua de Sinais	2	2	
	EP913 Estágio Supervisionado IV- Educação Infantil		3	1
	EP914 Estágio Supervisionado V - Educação não-formal		3	1
	EP568 Seminário de Integração Curricular III	2		
	EP809 TCC II			4
	ELETIVA*	2		

*** O aluno deverá escolher, obrigatoriamente, um destes seminários optativos.**

EP810 Seminário de Educação Especial

EP811 Seminário de Pesquisa nas Áreas do Currículo Escolar

EP812 Seminário de Pesquisa em História da África

EP813 Seminário de Pesquisa em História Indígena

EP814 Seminário de Educação, Cultura e Artes

EP815 Seminário de Relações Interpessoais na Escola e na Educação Infantil

12 créditos em disciplinas eletivas – qualquer código de disciplinas da Unicamp

07 créditos em práticas curriculares – EP147

GRADE DE PEDAGOGIA - NOTURNO

Sem.	Disciplina	C. H. semanal		
		T	P	O
1	EP107 Introdução à Pedagogia – Org. do trabalho pedagógico	4		
	EP130 Filosofia da Educação I	4		
	EP110 História da Educação I	4		
	EP140 Sociologia Geral	4		
	EP315 Pesquisa e Prática Pedagógica I	1	1	
2	EP230 Filosofia da Educação II	4		
	EP128 Psicologia I	4		
	EP210 História da Educação II	4		
	EP142 Educação e Antropologia Cultural	4		
	EP316 Pesquisa e Prática Pedagógica II	1	1	
3	EP340 Sociologia da Educação I	4		
	EP152 Didática – Teoria Pedagógica	4	2	
	EP129 Psicologia II	4		
	EP347 Educação, Cultura e Linguagens	2	2	
	EP317 Pesquisa e Prática Pedagógica III	1	1	
	ELETIVA	4		
4	EP153 Metodologia do Ensino Fundamental	4	2	
	EP412 História da Educação III	4		
	EP163 Política Educacional – Estr. e Func. da Ed. Básica	4	2	
	EP330 Filosofia da Educação III	4		
	EP566 Seminário de Integração Curricular I	2		
5	EP471 Escola, Alfabetização e Culturas da Escrita	4	2	
	EP472 Escola e Conhecimento de História e Geografia	4	2	
	EP164 Organização do Trabalho pedagógico e gestão escolar	4	2	
	EP376 Prática de Ensino e Estágio Supervisionado nos Anos Iniciais do EF	2	4	
	EP910 Estágio Supervisionado I - Gestão Escolar		4	2
6	EP473 Escola e Cultura Matemática	4	2	
	EP474 Escola e Conhecimento em Ciências Naturais	4	2	
	EP158 Educação, Corpo e Arte	4	2	
	EP377 Planejamento Educacional e Estágio Supervisionado em Gestão escolar	2	4	
	EP911 Estágio Supervisionado II - Anos Iniciais do EF		4	2
7	EP765 Fundamentos da Educação Infantil	4		
	EP445 Sociologia da Educação II	4		
	EP226 Psicologia e Educação	4		
	EP912 Estágio Supervisionado III - Educação Infantil		6	2
	ELETIVA	4		
8	EP144 Metodologia de Pesq. em Ciências da Educação	4	2	
	EP139 Pedagogia da Educação Infantil	4		
	EP146 Educação e Tecnologias	2	2	
	EP372 Avaliação Educacional	2		
	EP913 Estágio Supervisionado IV - Educação Infantil		3	1
	EP567 Seminário de Integração Curricular II	2		

Sem.	Disciplina	C. H. semanal		
		T	P	O
9	EP887 Educação não-formal	2	2	
	EP348 Educação Especial e Inclusão	4		
	EP162 Escola e Currículo	4		
	EP914 Estágio Supervisionado V - Educação não-formal		3	1
	EP808 TCC I			4
	EP147 Práticas Curriculares		7	
	ELETIVA	4		
10	EP529 Educação de Surdos e Língua de Sinais	2	2	
	EP568 Seminário de Integração Curricular III	2		
	EP809 TCCII			4
	ELETIVA*	2		

*** O aluno deverá escolher, obrigatoriamente, um destes seminários optativos.**

EP810 Seminário de Educação Especial

EP811 Seminário de Pesquisa nas Áreas do Currículo Escolar

EP812 Seminário de Pesquisa em História da África

EP813 Seminário de Pesquisa em História Indígena

EP814 Seminário de Educação, Cultura e Artes

EP815 Seminário de Relações Interpessoais na Escola e na Educação Infantil

12 créditos em disciplinas eletivas – qualquer código de disciplinas da Unicamp

07 créditos em práticas curriculares – EP147.

EMENTAS DAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

EP107 Introdução à Pedagogia – Organização do trabalho pedagógico Ementa: O objetivo das ciências da educação. O problema da unidade, especificidade e autonomia das ciências da educação. A educação como ponto de partida e de chegada dos estudos e das reflexões dos cientistas. A contribuição das ciências para a explicação e compreensão da educação. Contextualização histórica da Pedagogia no Brasil – o curso de Pedagogia da Unicamp.
EP110 História da Educação I Ementa: Introdução à História da Educação. Bases epistemológicas, metodológicas e teóricas da História e História da Educação. Fundamentos da História da Educação e da Pedagogia: na antigüidade, na modernidade e na contemporaneidade.
EP128 Psicologia I Ementa: Contribuições das perspectivas teóricas comportamental e psicanalítica para o estudo do processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento e suas implicações para o contexto educativo.
EP129 Psicologia II Ementa: Contribuições das perspectivas teóricas cognitiva e histórico-cultural para o estudo do processo de ensino, aprendizagem e desenvolvimento e suas implicações para o contexto educativo.
EP130 Filosofia da Educação I Ementa: Introdução à Filosofia mediante sua caracterização em face de outras formas de conhecimento, tais como o mito, o senso comum, a religião e a ciência. Estudo de filósofos antigos que contribuíram significativamente para a reflexão sobre problemas pedagógicos ou que forneceram os fundamentos filosóficos da educação ocidental, entre eles: Sócrates, os sofistas, Platão e Aristóteles.
EP139 Pedagogia da Educação Infantil Ementa: Estuda as teorias e as práticas pedagógicas da educação infantil de caráter não obrigatório para as crianças de 0-6 anos de idade, na primeira etapa da educação básica. Assim como sua crítica numa abordagem das diferenças de classes, idade, gênero e etnia, analisa a formação docente e as condições de produção das culturas infantis. Estuda, numa perspectiva das ciências sociais, as instituições de educação infantil para a pequena infância constituída pelas famílias, crianças e professoras/es no âmbito da educação pública municipal.
EP140 Sociologia Geral Ementa: Estudo das Teorias Sociológicas Clássicas - Durkheim, Weber e Marx. Todos esses autores trouxeram para a sociologia temas fundamentais para o entendimento da formação e transformação da sociedade moderna por intermédio da interpretação e visão de mundo diversas.
EP142 Educação e Antropologia Cultural Ementa: O objetivo geral da disciplina é o diálogo entre antropologia e educação, buscando compreender uma possível cultura da infância e da família, as formas de construção dos modos de viver humanos e sua realidade enquanto processo e enquanto valor, que se revelam nas instituições básicas da vida social. Em discussão formas alternativas de culturas paralelas, diversidade e multiculturalidade, que permeiam diferentes espaços tais como: a escola, o trabalho, o lazer e outros.
EP144 Metodologia de Pesquisa em Ciências da Educação I Ementa: Introdução às questões epistemológicas, teóricas, técnicas e tecnológicas da produção científica na educação: os problemas contemporâneos da ciência, teorias e modos e linguagens da pesquisa. Prepara o aluno para, na área da educação, apreender o processo de produção do conhecimento, ler, avaliar e criticar pesquisas e formular projetos.
EP146 Educação e Tecnologias

Ementa: Abordagem interdisciplinar, propondo-se o tratamento das tecnologias de comunicação e informação no ambiente educativo. Os alunos vivenciarão situações práticas que os levarão a refletir criticamente sobre o uso de tecnologias na educação.

EP147 Práticas Curriculares

Ementa: Contempla a realização, pelo aluno, de algumas das seguintes atividades: participação em Congressos, Seminários, Simpósios, Colóquios, Mesas Redondas; audiência de defesas de dissertação ou tese; trabalhos de Iniciação Científica; monitorias; estágios extracurriculares; participação em grupos de pesquisa da FE; apresentação de trabalhos em eventos científicos; representação estudantil; participação em atividades culturais no âmbito da FE e da Unicamp.

EP152 Didática – Teoria Pedagógica

Ementa: As características da instituição escolar no contexto socioeconômico cultural brasileiro: objetivos, finalidades, organização, política educacional, recursos humanos e materiais. As diferentes formas de ensino como planos de organização e processos de interação. Identificação e análise de estratégias de ensino, da natureza dos conteúdos e das formas de avaliação em consonância com as características da clientela escolar.

EP153 Metodologia do Ensino Fundamental

Ementa: Trabalho de campo orientado para o diagnóstico dos componentes metodológicos envolvidos na prática educativa das escolas públicas de ensino fundamental, procurando analisá-las no conjunto das determinações mais amplas a que estão submetidas. Numa perspectiva integrada da área de Magistério, propor reflexões a partir da prática das escolas, a serem encaminhadas para as metodologias específicas, visando à continuidade do trabalho.

EP158 Educação, Corpo e Arte

Ementa: Esta disciplina, de caráter teórico-prático, visa introduzir os(as) alunos(as) às diferentes linguagens corporais e/ou artísticas em suas relações com o processo educacional.

EP162 Escola e Currículo

Ementa: Determinações histórica, cultural, epistemológica, social e ideológica do currículo; paradigmas técnico, prático e crítico e suas implicações para o processo de desenvolvimento curricular; pós-modernidade e suas implicações para o currículo escolar; perspectivas construtivista, pós-construtivista e sociointeracionista do currículo escolar; pressupostos sociofilosóficos de propostas curriculares de diferentes sistemas de educação, níveis de ensino e escolas; o currículo no cotidiano da escola pública.

EP163 Política Educacional – Estrutura e Funcionamento da Educação Básica

Ementa: Estudo analítico das políticas educacionais no Brasil com destaque para: a política educacional no contexto das políticas públicas; organização dos sistemas de ensino considerando as peculiaridades nacionais e os contextos internacionais; políticas educacionais e legislação de ensino; estrutura e funcionamento da educação básica e do ensino superior; impasses e perspectivas das políticas atuais em relação à educação.

EP164 Organização do Trabalho Pedagógico e Gestão Escolar

Ementa: Fundamentos teóricos da Administração. Teorias da Administração e Gestão Educacional. Escola, Gestão e Projeto Político da escola. A organização do trabalho escolar: linguagem, tempo, espaço. Indivíduo e Organização.

EP210 História da Educação II

Ementa: As bases da educação e da escola no Brasil no período colonial e no Império.

EP226 Psicologia e Educação Ementa: Contribuições da Psicologia para a análise de questões relativas ao contexto educativo com base em pesquisas e relatos de experiência.
EP230 Filosofia da Educação II Ementa: Estudo de filósofos e/ou correntes filosóficas medievais e modernas que mais significativamente contribuíram para a reflexão sobre problemas pedagógicos ou que forneceram os fundamentos filosóficos da educação ocidental, entre elas: Agostinho e a Patrística, Tomás de Aquino e a Escolástica, Comenius, o racionalismo (Descartes), o empirismo (Locke, Hume), a síntese kantiana e Rousseau.
EP315 Pesquisa e Prática Pedagógica I Ementa: Estudo de questões ligadas à educação e à escola, a partir das contribuições teóricas e da pesquisa em distintas áreas do conhecimento. Investigação e análise das práticas educativas.
EP316 Pesquisa e Prática Pedagógica II Ementa: Estudo de questões ligadas à educação e à escola, a partir das contribuições teóricas e da pesquisa em distintas áreas do conhecimento. Investigação e análise das práticas educativas.
EP317 Pesquisa e Prática Pedagógica III Ementa: Estudo de questões ligadas à educação e à escola, a partir das contribuições teóricas e da pesquisa em distintas áreas do conhecimento. Investigação e análise das práticas educativas.
EP330 Filosofia da Educação III Estudo de filósofos e/ou correntes filosóficas contemporâneas que mais significativamente contribuíram para a reflexão sobre problemas pedagógicos ou que forneceram os fundamentos filosóficos da educação ocidental, entre elas: o liberalismo, o positivismo, a fenomenologia e o materialismo histórico dialético (Marx & Engels, Althusser, Gramsci, Snyders). Análise problematizadora de diferentes concepções da educação, tais como: a concepção liberal, a reprodutivista e a dialética.
EP340 Sociologia da Educação I Ementa: Interpreta as relações educação e sociedade e educação e Sociologia. Estudo das concepções teóricas sobre a educação no discurso sociológico dos autores clássicos das Ciências Sociais (Marx, Durkheim e Weber) e no discurso dos autores contemporâneos.
EP347 Educação, Cultura e Linguagens Ementa: Estudos sobre as diferentes linguagens verbais (fala e escrita), visuais (artes plásticas) e audiovisuais (cinema e televisão) que dão forma à Educação cultural e escolar, ao imaginário e à inteligência contemporâneas.
EP348 Educação Especial e Inclusão Ementa: O acesso ao conhecimento e aos ambientes sociais e escolares de alunos com deficiência e altas habilidades, diante da responsabilidade de se garantir o direito à Educação, como prescrição constitucional, no ensino básico e superior. A produção social da normalidade e da anormalidade. A constituição da Educação Especial e as propostas de escolarização das pessoas com deficiência, em diferentes momentos históricos.
EP372 Avaliação Educacional Ementa: A disciplina toma a escola como objeto de estudo, do ponto de vista de sua organização do trabalho pedagógico; insere a avaliação neste contexto e discute a função ideológica da escola e dos processos de avaliação. São examinados os vários níveis de avaliação – em sala de aula, institucional e de redes de ensino. Discutem-se novas abordagens para o trabalho pedagógico que permitam visualizar novas formas de avaliação.

EP376 Prática de Ensino e Estágio Supervisionado nos Anos iniciais do Ensino Fundamental Planejamento, desenvolvimento e avaliação dos projetos de ensino envolvidos nas práticas educativas dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Constitui espaço para tratamento interdisciplinar dos fundamentos oferecidos.
EP377 Planejamento Educacional e Estágio Supervisionado em Gestão Escolar Ementa: Acompanhamento e análise do processo de planejamento escolar e educacional no âmbito da educação básica e suas modalidades, como fase decisiva da implementação da política e da administração da educação, levando em conta os fundamentos teóricos que embasam a organização da escola e do sistema educacional.
EP412 História da Educação III Ementa: Fundamentos históricos da educação e da escola no Brasil republicano. Problemas e perspectivas da educação contemporânea.
EP445 Sociologia da Educação II Ementa: Estudo da sociologia do conhecimento com o objetivo de, em termos teóricos, levar à compreensão da sociologia do currículo. Far-se-á o estudo das principais correntes sociológicas atuais, com destaque para a discussão do currículo relacionado com os contextos socioculturais e com as novas tecnologias do setor produtivo. Serão analisadas as contribuições dessas teorias nas relações entre escola e sociedade e no conhecimento escolar.
EP471 Escola, Alfabetização e Culturas da Escrita Ementa: Conhecimentos da ordem da escrita, seus usos e objetos, discursos e lugares de produção, circulação, divulgação. Estudos sobre o ensino da língua escrita. Alfabetização e Letramento: conceitos e práticas.
EP472 Escola e Conhecimento de História e Geografia Ementa: Estudos sobre as questões de tempo e de espaço, como produções sócio-culturais, intimamente articuladas, historicamente datadas e inscritas nas culturas escolares, bem como extra-escolares.
EP473 Escola e Cultura Matemática Ementa: A disciplina pretende identificar, caracterizar e problematizar, de forma multidisciplinar e comparativa, os condicionamentos singulares que conformam as práticas escolares e não escolares que envolvem cultura matemática, visando à formação reflexiva e crítica do professor dos anos iniciais da educação básica.
EP474 Escola e Conhecimento em Ciências Naturais Ementa: Aspectos históricos do ensino de Ciências Naturais e da pesquisa na área. Concepção de Ciência, Ambiente, Tecnologia e Sociedade e suas relações, subjacentes aos principais modelos curriculares de ensino de Ciências. Reflexão sobre o ensino de Ciências Naturais com base nas diferentes visões do processo de aprendizagem e do processo de construção do conhecimento científico. Papel do ensino de Ciências no ensino fundamental e inter-relações com os demais componentes curriculares. Recursos e materiais didáticos para o ensino de Ciências Naturais. Ensino de Ciências como Educação Ambiental.
EP529 Educação de Surdos e Língua de Sinais Ementa: Estudo da história dos movimentos políticos organizados por associações de surdos e suas conquistas; a diferença entre linguagens e língua - implicações para se pensar os processos identitários; a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em suas singularidades lingüísticas e seus efeitos sobre o desenvolvimento, aquisição da língua(gem) e produções culturais; o campo e objetos do campo "Estudos Surdos em Educação" bem como suas relações com a Psicologia Educacional; as bases epistemológicas das divergências das diferentes formas de se entender a inclusão de pessoas surdas.

EP566 Seminário de Integração Curricular I Ementa: Problemática de questões de interesse para a Educação no cenário nacional contemporâneo, em uma perspectiva interdisciplinar e articulada.
EP567 Seminário de Integração Curricular II Ementa: Problemática de questões de interesse para a Educação no cenário nacional contemporâneo, em uma perspectiva interdisciplinar e articulada.
EP568 Seminário de Integração Curricular III Organização conjunta – Coordenação de Pedagogia e alunos concluintes do Curso, de encontros e seminários que permitam a socialização e compartilhamento das experiências de estágio e dos trabalhos desenvolvidos no TCC.
EP765 Fundamentos da Educação Infantil Ementa: Análise dos fundamentos políticos, econômicos e sociais da educação infantil, ou seja, do atendimento educacional em creches e pré-escolas de crianças de 0 a 6 anos. Conceitos de infância, família e suas historicidades. Funções da educação infantil. Políticas de atendimento à infância. Creches e pré-escolas. Relações entre educação infantil e ensino fundamental. Articulações dos equipamentos de atendimento a crianças de 0 a 6 anos com outras instituições.
EP808 Trabalho de Conclusão de Curso I Ementa: O aluno deverá iniciar trabalho de conclusão de curso, nos termos da deliberação da Congregação da FE, o qual será desenvolvido sob orientação de um docente da FE.
EP809 Trabalho de Conclusão de Curso II Ementa: O aluno deverá apresentar trabalho de conclusão de curso sob orientação de um docente da FE, nos termos da deliberação da Congregação da FE.
EP810 Seminário de Educação Especial Ementa: As distintas necessidades especiais e a produção da subjetividade. Perspectiva multidisciplinar para compreensão das necessidades especiais; formas de trabalho educativo e a atuação do pedagogo.
EP811 Seminário de Pesquisa nas Áreas do Currículo Escolar EMENTA: A disciplina propõe identificar, problematizar e analisar a literatura referente a pesquisas que focalizam a educação nas áreas do currículo escolar do Ensino Fundamental, visando contribuir à formação do professor dos anos iniciais da educação básica com um olhar crítico, reflexivo e propositivo para essa dimensão da pesquisa educacional.
EP812 Seminário de Pesquisa em História da África Ementa: Dimensão histórica da escravidão. Aspectos da história dos negros na África e contextos da escravidão no Brasil. Reflexos nas condições materiais e simbólicas de existência do negro na atualidade e em sua inserção nos contextos educativos.

EP813 Seminário de Pesquisa em História Indígena Ementa: Estudos sobre a história indígena no Brasil. Análise das condições materiais e simbólicas de existência das populações indígenas na atualidade e em sua inserção nos contextos educativos.
EP814 Seminário de Educação, Cultura e Artes Ementa: Abordagem de temas que articulem a Arte, em suas diferentes linguagens (dança, música, teatro e artes visuais), e a Educação como produções culturais.
EP815 Seminário de Relações Interpessoais na Escola e na Educação Infantil Ementa: Contribuições da Psicologia para reflexão e análise acerca de temáticas ligadas às relações interpessoais no contexto das instituições educacionais.
EP887 Educação não-formal Ementa: A disciplina objetiva fornecer aos alunos uma visão teórico-prática sobre modos, formas e processos educacionais existentes na sociedade que contribuem para a formação crítica do profissional da área da Educação, especialmente em campos que dizem respeito à formação para a cidadania do indivíduo e grupos socioculturais.
EP910 Estágio Supervisionado I – Gestão Escolar Ementa: Acompanhamento do processo de organização e administração da escola (educação básica e suas modalidades) enquanto unidade vinculada a um sistema de ensino, buscando o entendimento de seus problemas cotidianos e alternativas de solução baseadas nos fundamentos da política e da administração educacional.
EP911 Estágio Supervisionado II – Anos iniciais do Ensino Fundamental Ementa: Estágio junto às escolas de educação fundamental (anos iniciais), direcionado ao trabalho pedagógico, entendido na articulação entre a docência e a gestão escolar, observação e análise da sala de aula e sua articulação com os demais espaços da escola.
EP912 Estágio Supervisionado III – Educação Infantil Ementa: Estágio em Instituições Formais de Educação da 1ª etapa da educação básica: creches e pré escolas. Observação da (des)organização do tempo e do espaço físico, da relação criança-criança e da construção das culturas infantis e da relação adulto(professores, educadores)-criança e adulto-adulto(pais, professores e educadores).
EP913 Estágio Supervisionado IV – Educação Infantil Ementa: Estágio em Instituições Formais de Educação da 1ª etapa da educação básica: creches e pré escolas. Observação da (des)organização do tempo e do espaço físico, da relação criança-criança e da construção das culturas infantis e da relação adulto(professores, educadores)-criança e adulto-adulto(pais, professores e educadores).
EP914 Estágio Supervisionado V – Educação não-formal Ementa: Fornecer conhecimento teórico-prático para diferenciar entre a educação não-formal e a formal, permitindo que: 1 – percebam que o campo de trabalho do pedagogo é mais amplo do que da escola formal; 2 – se conscientizem de que a educação não formal tem propósitos: a) reformadores, contribuindo para o funcionamento da sociedade, b) transformadores, para formar uma atitude frente à realidade, buscando a transformação social, c) mesclando as duas atitudes ao realizar a educação; 3 – conhecendo propostas não formais de caráter formador.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. C. **Curso de Pedagogia da Unicamp: imagens da formação sob a ótica da prática profissional de seus formados**. Trabalho de Conclusão de Curso, Campinas: FE / Unicamp, 2004.
- ANFOPE. **I Encontro Nacional da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação**. Avaliação da Comissão Nacional de Reformulação dos Cursos de Formação de Educadores, 1984. Disponível em <http://www.lite.fae.unicamp.br/anfope>. Acesso em 04/out/2005.
- _____. **VI Encontro Nacional da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação I**. Documento Final, 1992. (mimeo.).
- _____. **VII Encontro Nacional da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação**. Documento final, 1994. (mimeo.).
- _____. **VIII Encontro Nacional da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação**. Belo Horizonte, 1996. Disponível em <http://www.lite.fae.unicamp.br/anfope>. Acesso em 08 de janeiro de 2006.
- _____. **Por uma política global de formação dos profissionais da educação**. Artigo. Disponível em <http://www.lite.fae.unicamp.br/anfope>. Acesso em 08/mar/2004.
- _____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura - Resolução CNE/CP 1/2006**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2006.
- BRZEZINSKI, I. **Pedagogia, Pedagogos e Formação de Professores: Busca e movimento**. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. **Tendências na formação de professores**. Texto de uma palestra proferida na Universidade Estadual de Londrina em 22/05/95. Mimeo.
- COUTINHO, L. S. **Curso de pedagogia da Unicamp: Processo de reformulação curricular. Trabalho de Conclusão de Curso, Campinas: FE- Unicamp, 2002**.
- FREITAS, H C L. **O trabalho como princípio articulador na prática de ensino e nos estágios**. Campinas/SP: Papirus, 1996.
- SCHEIBE, L; AGUIAR, M A. **Formação de profissionais da educação no Brasil: o curso de Pedagogia em questão**. Educação e Sociedade. 20, no. 68, 1999: CEDES.
- SILVA, C S B da. **Curso de Pedagogia no Brasil: História e Identidade**. Campinas: Autores Associados, 2003.

ANEXO III – Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais Para o Curso de Graduação em Pedagogia.

AO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

PROPOSTA DE DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA

ENCAMINHADA POR : COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE ENSINO DE PEDAGOGIA (CEEP) E COMISSÃO DE ESPECIALISTAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Representantes da Comunidade acadêmica junto à SESu/MEC

APRESENTAÇÃO

No momento atual consolidam-se no país, reformas educacionais estreitamente vinculadas aos novos padrões de regulação estatal derivados dos re-ordenamentos mundiais. Neste contexto, são estabelecidas pelo poder federal, políticas as quais, entre outros aspectos, determinam novas configurações aos padrões curriculares que, até recentemente, vigoravam em todos os níveis e modalidades de ensino. A tais medidas têm se contraposto movimentos da sociedade civil, no campo específico da educação superior, mais especialmente, no que diz respeito à formação em nível superior, de professores para atuarem na educação básica. Desde a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, foram tomadas públicas inúmeras manifestações e posicionamentos das entidades representativas dos educadores, comprometidas com a defesa da educação pública brasileira e que buscam influir na definição das políticas específicas direcionadas a este setor. Um dos aspectos problemáticos decorrentes da nova Lei mais enfaticamente denunciado nessas manifestações, é o da criação de novos espaços institucionais para a formação inicial e continuada desses professores e, dentre eles, os responsáveis pela Educação Infantil e pelos Anos Iniciais do Ensino Fundamental com a conseqüente desqualificação dos Cursos de Pedagogia como *locus* privilegiado dessa formação.

Como expressão desse movimento em defesa do espaço da Pedagogia, situa-se o presente documento, na medida em que congrega propostas originadas do conjunto de educadores integrantes das principais entidades organizadas da sociedade civil no campo da educação, às quais se agregam as propostas das Comissões de Especialistas do Ensino de Pedagogia (maio/99 e fevereiro/2001) e da Comissão de Especialistas de Formação de Professores (fevereiro/2001). Este documento reafirma às autoridades constituídas e à sociedade as principais teses sobre a formação do Pedagogo que resultaram das discussões, experiências, propostas, reflexões e pesquisas que fazem parte da agenda das Instituições de Ensino Superior, especialmente das Universidades públicas, nos últimos vinte anos.

Ao assumir essas teses, as entidades signatárias tornam a reiterar a necessidade de definição de uma política nacional global de formação dos profissionais da educação e de valorização do magistério, que contemple no âmbito das políticas educacionais, a sólida formação inicial no campo da educação, condições de trabalho, salário e carreira dignas e a formação continuada como um direito dos professores e responsabilidade do Estado e das instituições contratantes.

Nessa perspectiva, as Comissões de Especialistas que encaminham este documento, (Portaria SESU/MEC 1518 de 16/06/00), como porta-vozes das entidades acima referidas, reafirmam que a formação de profissionais da educação, no Curso de Pedagogia, constitui reconhecidamente um dos principais requisitos para o desenvolvimento da educação básica no país e, em atendimento à solicitação da Comissão Especial do Conselho Nacional de Educação, encarregada de estabelecer as Diretrizes Curriculares Nacionais para este Curso, apresentam sua **Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia**, formulada a partir de um amplo processo de construção democraticamente conduzido em nível nacional. Isto significa, para as Comissões, retomarem as teses subjacentes no Documento orientador por elas elaborado em fevereiro de 2001, igualmente formuladas no documento conjunto das entidades encaminhado no âmbito do Programa Especial "Mobilização Nacional por uma nova Educação Básica" do CNE, em 07/11/2001.

PROPOSTA DE DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA O CURSO DE PEDAGOGIA

1 - O CURSO DE PEDAGOGIA NO CONTEXTO ATUAL

Os cursos de Pedagogia em desenvolvimento no país configuram-se, a partir da década de 80, em duas grandes tendências: a) a formação de licenciados especialistas, habilitados nos moldes do Parecer CFE 252/69, a saber: docentes das disciplinas pedagógicas nos cursos de Magistério em nível médio, administradores escolares, supervisores e orientadores educacionais, e até mesmo inspetores educacionais; b) a formação de licenciados para o exercício do magistério dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e/ou Educação Infantil e, em alguns casos, incluindo a formação para o magistério das disciplinas pedagógicas do nível médio. Registre-se que esta última tendência, configurada em novas habilitações profissionais, passou a ser dominante na década de 90 ainda que conviva, em muitos casos, com o antigo modelo. Este predomínio explica-se pela consciência crescente da importância de prover uma formação em nível superior àqueles professores antes egressos dos cursos de nível médio.

O estabelecimento da LDB/96, que criou os Institutos Superiores de Educação (ISE) e o Curso Normal Superior, transformou a caracterização do Curso de Pedagogia em um dos temas mais polêmicos e de difícil regulamentação na área da graduação. Curso basilar da formação acadêmico-científica do campo

educacional, passou a ter sua existência ameaçada; ao retirar-lhe a legislação sua principal tarefa, a ele atribuída pelo movimento dos educadores e assumida pelas instituições universitárias ao longo das duas últimas décadas, qual seja, a formação de professores; seu desaparecimento gradativo apresenta-se hoje como uma forte possibilidade no contexto das novas definições legais.

A criação dos ISEs, aos quais se atribui a responsabilidade da formação de todos os professores para a Educação Básica, sob a justificativa de integração espacial e pedagógica do processo formador, acabou exacerbando o dualismo que caracteriza o modelo de licenciatura vigente, ao separar a atividade de formação da atividade de produção de conhecimentos essenciais à docência de cada área, desenvolvida no ambiente universitário e responsável pelos significativos avanços teóricos na área da Educação nos últimos trinta anos. Este dualismo fica consagrado pelas disposições dos Decretos 3.276/99 e 3.654/2000, da Resolução 01/99/CNE/CP, do Parecer 133/2001/CNE/CES e, mais recentemente, das Resoluções CNE/CP n.1/2002 e n.2/2002, que instituem, respectivamente, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em Nível Superior, Curso de Licenciatura de Graduação Plena e a duração e a carga horária desses cursos.

Em relação ao Curso de Pedagogia, esses sucessivos ordenamentos legais, ao instituírem o Curso Normal Superior como espaço preferencial da formação de professores para os Anos Iniciais e para a Educação Infantil, além de retirar-lhe uma função que vem desempenhando com sucesso, pretendem consagrar uma indesejável separação entre docentes e especialistas que se ocupariam da gestão educacional. Esta separação é indicadora de uma visão ultrapassada entre o fazer e o pensar a docência e a escola, contraditória na própria LDBEN, como se evidencia no seu Título VI que trata dos "Profissionais da Educação". Embora estabeleça distinção entre as funções do profissional docente daquelas de outros profissionais da educação (os especialistas), a lei deixa claro que todos os profissionais da educação devem possuir formação docente, conforme Art. 67, § único, pelo qual a experiência docente é condição para o exercício de qualquer outra função do magistério. A formação docente, portanto, não pode deixar de ser a "base comum nacional" a qual se refere o Art. 64 da LDB/96, que atribui a formação de especialistas aos cursos de Graduação em Pedagogia.

Assim, mesmo que a formação desses especialistas (administração, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional para a educação básica), em nível de graduação, seja incorporada à formação do pedagogo, este pedagogo deverá ser um professor.

A formação docente, por sua vez, como especificado no Art. 65 da LDB/96 e nos ordenamentos legais subsequentes, inclui, necessariamente, uma prática de ensino. Isto nos leva a propor para o Curso de Pedagogia, dada a sua trajetória histórica dos últimos vinte anos, a prática de ensino vinculada à

Educação Infantil e às Séries Iniciais do Ensino Fundamental e, quando for o caso, ao magistério das disciplinas pedagógicas. Esta proposta apóia-se nas teses defendidas pelo movimento dos educadores, representado pelos signatários, a seguir desenvolvidas.

Tese 1. A base do Curso de Pedagogia é a docência.

Com uma proposta inovadora, fruto de discussões consistentes e de decisões políticas coletivamente assumidas, construída e consolidada no cotidiano de algumas Faculdades/Centros de Educação de universidades públicas do país, emerge no início dos anos oitenta, o curso de graduação em Pedagogia, como espaço pioneiro da formação de profissionais da educação para atuarem na Educação Infantil, nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Tal proposta, gradativamente assumida pelas demais instituições públicas e privadas de ensino superior, caracteriza, já nos anos 90, o Curso de Pedagogia como o *locus* principal daquela formação.

A concepção de *profissional da educação* é fundamental para a compreensão contextualizada desse novo espaço formativo do pedagogo no curso de Pedagogia. Nunca é demais considerar que *"o que confere, pois, especificidade à função do profissional da educação é a compreensão histórica dos processos de formação humana, a produção teórica e a organização do trabalho pedagógico, a produção do conhecimento em educação, para o que usará da economia, sem ser economista, da sociologia sem ser sociólogo, da história, sem ser historiador, posto que seu objeto são os processos educativos historicamente determinados pelas dimensões econômicas e sociais que marcam cada época"* (FORUMDIR, 1998)

O eixo da sua formação é o *trabalho pedagógico, escolar e não escolar, que tem na docência, compreendida como ato educativo intencional, o seu fundamento*. É a ação docente o fulcro do processo formativo dos profissionais da educação, ponto de inflexão das demais ciências que dão o suporte conceitual e metodológico para a investigação e a intervenção nos múltiplos processos de formação humana. A base dessa formação, portanto, é a docência tal qual foi definida no histórico Encontro de Belo Horizonte¹: considerada em seu sentido amplo, enquanto trabalho e processo pedagógico construído no conjunto das relações sociais e produtivas, e, em sentido estrito, como expressão multideterminada de procedimentos didático-pedagógicos intencionais, passíveis de uma abordagem transdisciplinar. Assume-se, assim, a docência no interior de um projeto formativo e não numa visão reducionista que a configure como um conjunto de métodos e técnicas neutros, descolado de uma dada realidade histórica. Uma docência que contribui para a instituição de sujeitos.

É importante ressaltar, ainda, que a docência constitui o elo articulador entre os pedagogos e os licenciados das áreas de conhecimentos específicos,

¹ Encontro Nacional 1988

abrindo espaço para se pensar/propor uma concepção de formação articulada e integrada para todos os professores. Essa concepção de docência supõe:

- sólida formação teórica e interdisciplinar sobre o fenômeno educacional e seus fundamentos históricos, políticos e sociais, bem como o domínio dos conteúdos a serem ensinados pela escola (matemática, ciências, história, geografia, química, etc) que permita a apropriação do processo de trabalho pedagógico, criando condições de exercer a análise crítica da sociedade brasileira e da realidade educacional;
- unidade entre teoria e prática;
- capacitação para a gestão democrática como instrumento de luta pela qualidade do projeto educativo;
- compromisso social do profissional da educação;
- trabalho coletivo e interdisciplinar.

Tese 2 - O curso de Pedagogia, porque forma o profissional de educação para atuar no ensino, na organização e gestão de sistemas, unidades e projetos educacionais e na produção e difusão do conhecimento, em diversas áreas da educação, é, ao mesmo tempo, uma Licenciatura e um Bacharelado.

Como bem traduziu o documento do FORUMDIR/98, *"As diferentes ênfases do trabalho pedagógico (educação infantil, fundamental e médio, jovens e adultos, trabalhadores, e assim por diante), assim como as tarefas de organização e gestão dos espaços escolares e não escolares, de formulação de políticas públicas, de planejamento, etc., constroem-se sobre uma base comum de formação, que lhes confere sentido e organicidade: a ação docente. É a partir dela, de sua natureza e de suas funções que se materializa o trabalho pedagógico, com suas múltiplas facetas, espaços e atores. Ao compreendê-lo como práxis educativa, unidade teórico-prática e unitária, porquanto não suporta parcelizações, rejeita-se qualquer processo de formação que tome como referência "competências" definidas a partir da prévia divisão dos espaços e tarefas dos processos educativos. Ao contrário, esta forma de conceber, que toma a ação docente como fundamento do trabalho pedagógico, determina que os processos de formação dos profissionais da educação tenham organicidade a partir de uma base comum – os processos educativos em sua dimensão de totalidade sobre a qual dar-se-ão os recortes específicos, em termos de aprofundamento".*

É por demais oportuno ressaltar que são amplas as possibilidades de formação no curso de Pedagogia. O recorte a ser efetivado pelas instituições

formadoras, entretanto, vincula-se às condições específicas de cada uma, entre as quais a existência de um corpo docente qualificado, a capacidade de desenvolver pesquisas e uma infra-estrutura adequada. Não se trata, portanto, de abranger um amplo leque de opções, mas sim de escolher e verticalizar aquelas áreas priorizadas no Projeto Pedagógico da Instituição formadora. Sublinhe-se, ainda, que na complexidade do mundo da escola, o educador deve ser capaz de exercer a docência e tantas outras práticas que em sua formação acadêmica teve a oportunidade de pesquisar e discutir coletivamente.

II - ÁREAS DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL

São áreas de atuação profissional do Pedagogo:

1. **Docência** na Educação Infantil, nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental (nas diversas modalidades, tais como escolarização de crianças, jovens e adultos; Educação Especial; Educação Indígena) e nas disciplinas pedagógicas para a formação de professores (conteúdos específicos da docência e do processo de ensino e aprendizagem em diferentes âmbitos: Curso Normal em nível médio e superior, programas especiais de formação pedagógica, programas de educação continuada, etc) destaca-se que a atuação do pedagogo em nível superior- Normal Superior e Licenciaturas, supõe a necessária qualificação profissional em nível de pós-graduação.
2. **Gestão educacional**, entendida como a organização do trabalho pedagógico em termos de planejamento, coordenação, acompanhamento e avaliação nos sistemas de ensino e nos processos educativos formais e não formais;
3. **Produção e difusão** do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional;
4. **Atuação docente/técnica em áreas emergentes** no campo educacional, em função dos avanços teóricos e tecnológicos.

III. PROJETO ACADÊMICO /PEDAGÓGICO E CURRÍCULO

A Instituição formadora deve apresentar um Projeto Pedagógico para cada licenciatura que pretenda oferecer em seu curso de Pedagogia, considerando as condições institucionais, locais e regionais. O todo orgânico em que se constitui o Projeto Acadêmico-Pedagógico do curso deve garantir que o processo de formação inicial do profissional pedagogo, voltado para a prática da educação formal e não-formal e orientado pela dimensão teórico-crítica assegure a necessária interrelação entre as funções de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas pela Instituição.

A especificidade dos projetos acadêmicos será garantida pela articulação entre as abordagens da docência e da gestão do trabalho pedagógico desenvolvidas em espaços de educação formal e não formal.

1. Dimensões do Projeto Acadêmico (Estrutura Curricular)

A relação teoria e prática será entendida como eixo articulador da produção do conhecimento na dinâmica do currículo do curso de Pedagogia, orientando a organização de sua estrutura., a qual, respeitada a necessária diversidade no âmbito nacional e a especificidade eleita pela Instituição formadora, deverá abranger:

(i) um núcleo de conteúdos básicos, considerados obrigatórios pelas IES, articuladores da relação teoria e prática, que desenvolvam a reflexão crítica sobre educação, escola e sociedade, contextualizada na realidade brasileira (ii) um núcleo de conteúdos específicos relativos ao exercício da docência, resultante da opção institucional - na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, em seus diferentes âmbitos e modalidades, nas disciplinas pedagógicas para a formação pedagógica ou em áreas específicas de atuação docente-; (iii) tópicos de estudo de aprofundamento e/ou diversificação da formação; (iv) estudos independentes.

(i) O núcleo de conteúdos básicos compreende conhecimentos relativos :

- ao contexto histórico e sócio-cultural, abrangendo estudos filosóficos, históricos, políticos, econômicos, sociológicos, psicológicos e antropológicos que fundamentam a compreensão da sociedade, dos homens e mulheres, da educação como processo social e das teorias pedagógicas e curriculares e são necessários para a reflexão crítica sobre os diversos setores da educação na sociedade contemporânea;

- ao contexto sócio-histórico próprio da criação e desenvolvimento do curso de Pedagogia no Brasil;

- ao contexto do exercício profissional em âmbitos escolares e não escolares, articulando saber acadêmico, pesquisa e prática educativa;

- ao ambiente escolar como espaço de trabalho educativo, enfatizando as relações educação e trabalho;

(ii) O núcleo de conteúdos relativos ao exercício da docência e da gestão educacional, compreende :

1. o estudo dos conteúdos específicos que compõem os currículos dos níveis de ensino em que irão atuar os professores- pedagogos, decorrentes da(s) opção(ões) da Instituição no que concerne à docência, considerando as peculiaridades da educação de cada nível.

2. os conhecimentos didáticos, as teorias pedagógicas em articulação com as metodologias; tecnologias de informação e comunicação e suas linguagens específicas aplicadas ao ensino.

3. o estudo dos processos de organização do trabalho pedagógico, gestão em espaços escolares e não escolares;

4. o estudo das relações entre educação e trabalho, entre outras, demandadas pela sociedade.

5. questões atinentes à ética e a estética no mundo de hoje, historicamente referenciadas

6. questões atinentes ao contexto do exercício profissional em âmbitos escolares e não-escolares, articulando saber acadêmico, pesquisa e prática educativa.

(iii) Tópicos de estudo para aprofundamento e/ou diversificação da formação:

A diversificação na formação do pedagogo é desejável para atender às diferentes demandas sociais e para articular a formação aos aspectos inovadores que se apresentam no mundo contemporâneo.

Essa diversificação pode ocorrer através do aprofundamento de conteúdos da formação básica e pelo oferecimento de conteúdos voltados às áreas de atuação profissional priorizadas pelo projeto pedagógico da IES.

(iv) Estudos Independentes:

Os Estudos Independentes, como componentes da estrutura curricular, têm como finalidade a criação pela IES de mecanismos de aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes, complementares à integralização curricular, desde que atendido o prazo mínimo, estabelecido pela instituição, para a conclusão do curso. Podem ser reconhecidos:

Monitorias e estágios;

Programas de iniciação científica;

Estudos complementares;

Cursos realizados em áreas afins;

Integração com cursos sequenciais correlatos à área.

Participação em eventos científicos no campo da educação.

Outras atividades reconhecidas pela IES

A IES deve definir critérios de avaliação para o aproveitamento dos estudos independentes efetuados pelo aluno, estabelecendo o limite máximo de horas a serem incorporadas ao currículo pleno do aluno.

2. Duração e Carga horária do Curso

Uma organização curricular inovadora deve contemplar uma sólida formação profissional acompanhada de possibilidades de aprofundamentos e opções realizadas pelos alunos e propiciar, também, tempo para pesquisas, leituras e participação em eventos, entre outras atividades, além da elaboração de um trabalho final de curso que sintetize suas experiências. Logo, sua duração e carga horária mínima devem assegurar a realização das atividades acima especificadas.

Para atingir este objetivo, além de cumprir a exigência de 200 dias letivos anuais, com 4 horas de atividades diárias, em média, é desejável que a duração do curso seja de 4 anos, com um total de 3.200 horas.

O tempo máximo para a integralização do curso será de oito anos.

3. Prática Pedagógica / Prática de Ensino

A prática pedagógica, denominada na perspectiva legal de Prática de Ensino, deve constituir-se em espaço de integração teórico-prática para professores e estudantes, uma vez que a rele e não deve ser vista como tarefa de responsabilidade de apenas um professor, mas configurar-se como trabalho coletivo da IES, fruto de seu Projeto Pedagógico. Nesse sentido, todos os professores responsáveis pela formação do pedagogo deverão participar, em diferentes níveis, do desenvolvimento da mesma pelos estudantes. Tal situação implica a elaboração, pela Instituição, de um Projeto de Prática que envolva suas múltiplas dimensões e etapas de desenvolvimento.

A prática de ensino, vista como instrumento de integração do aluno com a realidade social, econômica e do trabalho de sua área/curso, deverá possibilitar a interlocução com os referenciais teóricos do currículo. Deve ser iniciada nos primeiros anos do curso e acompanhada pela coordenação docente da IES. Essa atividade permitirá aos alunos participarem de projetos integrados, favorecendo a aproximação entre as ações propostas pelas disciplinas/áreas/atividades. Deve, igualmente, constituir-se em possibilidade efetiva de iniciação dos estudantes à atividade de pesquisa.

Essas diferentes experiências de práticas podem ocorrer concomitantemente, envolvendo as diferentes disciplinas, complexificando-se e verticalizando-se de acordo com o desenvolvimento do curso, culminando com o exercício efetivo da docência em contexto escolar ou não escolar.

A prática pedagógica, como instrumento de iniciação à pesquisa e ao ensino, na forma de articulação teoria-prática, considera que a formação profissional não deve se desvincular da pesquisa. A reflexão sobre a realidade observada gera problematizações e projetos de pesquisa entendidos como

formas de iniciação à pesquisa educacional, elemento constitutivo do processo de formação profissional do pedagogo. .

4. Trabalho de conclusão de Curso

A IES deve estabelecer, ao longo do curso, mecanismos de orientação, acompanhamento e avaliação das atividades relacionadas à produção do Trabalho de Conclusão de Curso.

O Trabalho de Conclusão de Curso pode decorrer da reflexão sobre as experiências propiciadas pelas Práticas Pedagógicas /de Ensino, do desenvolvimento de projetos de pesquisa ou de outras alternativas de interesse do aluno.

Brasília, de abril de 2002

**COMISSÃO DE ESPECIALISTAS
DE ENSINO DE PEDAGOGIA
PROFESSORES**

**COMISSÃO DE ESPECIALISTAS
FORMAÇÃO DE**

**Merion Campos Bordas
Presidente**

**Yoshie Ussami Ferrari Leite
Presidente**

Maisa B. Kullock

Giselle C. Martins Real

Olga Teixeira Damis

José Batista Neto

Roberto Nardi

